UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELIANE AZEVEDO DE MELLO

EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PRÉ-ESCOLA E AS PERCEPÇÕES FAMILIARES SOBRE SUA INCLUSÃO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO QUALITATIVO

FREDERICO WESTPHALEN - RS
2024

ELIANE AZEVEDO DE MELLO

EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PRÉ-ESCOLA E AS PERCEPÇÕES FAMILIARES SOBRE SUA INCLUSÃO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO QUALITATIVO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

Orientadora: Profª. Dra. Eliane Cadoná

FREDERICO WESTPHALEN - RS

2024

M477e Mello, Eliane Azevedo de
Educação para a sexualidade na pré-escola e as percepções familiares sobre sua inclusão como ferramenta de prevenção à violência sexual infantil : um estudo qualitativo / Eliane Azevedo de Mello. – 2024.
179 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2024.
Orientadora: Dra. Eliane Cadoná.

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Violência sexual. 4. Família e escola. 5. Educação Infantil. I. Cadoná, Eliane. II. Título.

CDU 37

Catalogação na fonte: Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687

ELIANE AZEVEDO DE MELLO

EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PRÉ-ESCOLA E AS PERCEPÇÕES FAMILIARES SOBRE SUA INCLUSÃO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO QUALITATIVO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

Frederico Westphalen, 23 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Eliane Cadoná

URI – Câmpus de Frederico Westphalen

_____

Prof. Dr. Márcio Caetano

Universidade Federal de Pelotas

_____

Profa. Dra. Ana Paula Teixeira Porto

URI – Câmpus de Frederico Westphalen

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/Unidade

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen – RS.

Rua Assis Brasil, nº 709, Bairro Itapagé, CEP 98400-000

Frederico Westphalen – RS

Direção do Câmpus

Diretora Geral: Profa.ª Dra.ª Elisabete Cerutti

Diretor Acadêmico: Prof. Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor Administrativo: Prof. Me. Alzenir José de Vargas

Departamento/Curso

Curso de Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação - Coordenadora: Professora Dra. Luci Mari Duso Pacheco

Orientadora

Prof.ª Dr.ª Eliane Cadoná

Disciplina

Dissertação

Linha de Pesquisa

Processos educativos, linguagens e tecnologias

Dedico este trabalho a todas as crianças, que refletem em seus olhares a esperança de um mundo melhor. Que suas infâncias sejam vividas em plenitude, livres de violência, desigualdade e abandono, envoltas em amor e proteção. Que recebam uma educação que as conduza a um futuro onde o respeito, a igualdade e a paz prevaleçam. Que encontrem na segurança do lar e na força da educação o caminho para desabrocharem plenamente. Que cresçam em um mundo onde seus direitos sejam honrados, sua dignidade enaltecida, e onde possam florescer com liberdade e ternura.

Dedico especialmente a mim mesma, àquela criança que um dia fui e que ainda vive em meu coração.
Àquela menina cheia de sonhos e coragem, que enfrentou desafios com bravura e acreditou na beleza da vida, mesmo quando as circunstâncias eram difíceis. Hoje, quero te dizer que tudo valeu a pena. Sua força, sua resiliência e sua fé me trouxeram até aqui.
Você sempre foi diferente, e isso é motivo de orgulho. Obrigada por nunca desistir, por acreditar que era possível e por me ensinar a ser forte e verdadeira. Este trabalho é fruto do que você sempre acreditou ser capaz de realizar. Estaremos sempre juntas, caminhando de mãos dadas, e eu prometo continuar honrando a sua essência.
Com todo o amor,
Eliane.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, autor da minha vida e meu mestre de amor incondicional. Ao meu amado esposo, Deivid, minha eterna gratidão pelo apoio, incentivo e paciência. Em momentos de ausência, você assumiu com dedicação os papéis de pai e mãe, permitindo-me perseguir meus sonhos. Às minhas preciosas filhas, Diulia e Diovana, meu coração transborda de gratidão. Vocês são minha maior inspiração e a razão pela qual luto por um mundo melhor. À minha querida mãe, Melita, minha gratidão eterna pelos ensinamentos de dignidade, integridade, respeito e amor.

À minha orientadora, Profª. Dra. Eliane Cadoná, minha profunda gratidão. Sua acolhida carinhosa, a sabedoria com que me orientou foram fundamentais para que eu pudesse trilhar este caminho. Você não apenas guiou meu trabalho, mas acendeu em mim uma paixão pela escrita e pelo universo acadêmico. Sua singularidade, dedicação e generosidade fazem de você uma pessoa verdadeiramente especial, e sou imensamente grata por ter tido a honra de ser sua orientanda.

Aos meus amigos e familiares, obrigada por entenderem e respeitarem minha ausência em tantos momentos. Aos meus colegas do programa, Eliara, Eduardo, Kátia Zardo, Lia Machado, Clei, Quezia, Simone e Jeanice, sou imensamente grata pelo apoio e pela amizade. Um agradecimento especial à Estéfani, parceira no projeto de extensão, e à Mônica e ao Evandro, meus preciosos amigos e companheiros na escrita de artigos.

Agradeço também ao PPGEDU da URI e às secretárias, Lia e Louise, por toda a atenção e gentileza. Minha gratidão se estende à CAPES, que tornou possível a realização deste mestrado através da concessão da bolsa de estudos. E ao Instituto Federal Farroupilha, meu sincero agradecimento pelo incentivo e pela concessão da licença capacitação, permitindo-me dedicar plenamente a este estudo.

Cada um de vocês contribuiu de maneira única para a concretização deste sonho, e sou eternamente grata por isso.

Menina...

[...] Corpo ainda impúbere,
Obrigada a dar-se a quem lhe tomou a infância,
O sonho de boneca,
A ilusão da vida [...]
Menina negra,
De tantos traços,
Cabelos loiros, negros, azulados,
Pele pálida, boca desdentada;
Menina negra,
Redesenhada em cada esquina chamada abandono.
Menina negra, branca, caída de sono,
Menina amarela, lilás,
Não sabes, nem saberás,
Porque o destino te escolheu
Para sentir o desatino neste mundo de Deus.
[...] Cresceu ainda tão pequena,
Perdeu a criancice serena
Pelas mãos covardes de uma nação.
País,
Não tardes em rever
Esta canção triste que pariste,
Ferindo o melhor do teu próprio coração...
De menina.

(Maria do Rosário Lino)

NOTA DA AUTORA

Durante o desenvolvimento desta dissertação, optei por utilizar o termo "violência sexual" em vez de "abuso sexual", uma escolha que considero fundamental para a abordagem e compreensão do tema. Embora a Lei 13.431/17 defina a violência sexual e inclua nela conceitos como abuso sexual, exploração sexual e tráfico para fins sexuais, acredito que o termo "violência" captura de maneira mais precisa e enfática a gravidade e a natureza coercitiva dessas ações. Para mim, a palavra "violência" não apenas transmite a agressão física ou psicológica envolvida, mas também reforça a ideia de que qualquer ato de natureza sexual contra crianças é uma violação severa de seus direitos e de sua integridade. Enquanto o termo "abuso" pode, em certos contextos, sugerir um uso excessivo ou inadequado de algo que poderia ser considerado normal; "violência sexual" elimina essa ambiguidade, deixando claro que não há circunstâncias em que tais atos possam ser considerados aceitáveis ou normais. Essa escolha terminológica é, portanto, um posicionamento ético e metodológico pessoal que visa sublinhar a seriedade e o impacto devastador dessas ações, reconhecendo que são, sem exceção, atos de violência que ferem profundamente as vítimas, especialmente as crianças.

RESUMO

Diante da relevância da compreensão das percepções familiares sobre a inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como uma ferramenta para o combate à violência sexual infantil, esta pesquisa teve como objetivo analisar essas percepções, crenças, valores e sugerir propostas para sua implementação nas escolas. Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar como as famílias definem a violência sexual infantil; analisar as estratégias de conscientização utilizadas; compreender as barreiras culturais e religiosas que influenciam essa discussão; e propor recomendações para uma implementação participativa e inclusiva da educação para a sexualidade nas escolas. Para atingir esses objetivos, foi conduzida uma pesquisa qualitativa utilizando entrevistas semiestruturadas com sete núcleos familiares de crianças matriculadas na rede municipal de ensino de Frederico Westphalen, RS. A análise dos dados foi realizada à luz da teoria foucaultiana de poder e saber, o que permitiu identificar as dinâmicas de resistência e aceitação dentro das famílias em relação ao tema. Os resultados demonstraram que, apesar das barreiras culturais e religiosas, a maioria das famílias reconhece a importância da educação para a sexualidade como uma estratégia crucial para prevenir a violência sexual infantil. No entanto, questões relacionadas a valores religiosos, crenças enraizadas e falta de conhecimento sobre o tema muitas vezes dificultam a sua aceitação plena. O estudo conclui que, embora o respeito às crenças familiares seja importante, a prioridade deve ser dada à segurança e ao bem-estar das crianças. Conclui-se que a educação para a sexualidade na pré-escola é essencial para a prevenção da violência sexual infantil, sendo necessário enfrentar barreiras culturais e promover um diálogo aberto com as famílias para uma implementação efetiva. Destaca-se também a necessidade de políticas públicas que garantam uma abordagem dialógica, colaborativa e que considere as particularidades de cada comunidade escolar. As recomendações incluem a formação continuada de educadores/as e o envolvimento ativo das famílias no processo educativo, de modo a criar um ambiente de confiança e apoio mútuo. Assim, o estudo contribui para o debate sobre a educação para a sexualidade desde os primeiros anos escolares, ressaltando a importância de políticas educativas que protejam as crianças e promovam um desenvolvimento saudável e informado. O investimento em ações que priorizem o diálogo e a educação para a sexualidade nas escolas é essencial para a construção de uma sociedade mais segura e consciente dos direitos das crianças.

Palavras-chave: Criança. Família. Educação para a sexualidade. Escola. Violência Sexual.

ABSTRACT

Given the relevance of understanding family perceptions regarding the inclusion of sexuality education in preschool as a tool to combat child sexual violence, this research aimed to analyze these perceptions, beliefs, values, and suggest proposals for its implementation in schools. The following specific objectives were established: to identify how families define child sexual violence; analyze the awareness strategies used; understand the cultural and religious barriers that influence this discussion; and propose recommendations for a participatory and inclusive implementation of sexuality education in schools. To achieve these objectives, qualitative research was conducted using semi-structured interviews with seven family units of children enrolled in the public school system of Frederico Westphalen, RS. Data analysis was carried out in light of Foucault's theory of power and knowledge, which allowed for the identification of dynamics of resistance and acceptance within families regarding the topic. The results showed that, despite cultural and religious barriers, most families recognize the importance of sexuality education as a crucial strategy to prevent child sexual violence. However, issues related to religious values, deeply rooted beliefs, and lack of knowledge about the topic often hinder its full acceptance. The study concludes that, while respecting family beliefs is important, the priority must be the safety and well-being of the children. It is concluded that sexuality education in preschool is essential for preventing child sexual violence, and it is necessary to confront cultural barriers and promote open dialogue with families for effective implementation. The study also highlights the need for public policies that ensure a dialogical, collaborative approach that considers the particularities of each school community. Recommendations include the continuous training of educators and the active involvement of families in the educational process to create an environment of trust and mutual support. Thus, the study contributes to the debate on sexuality education from the early school years, emphasizing the importance of educational policies that protect children and promote healthy, informed development. Investing in actions that prioritize dialogue and sexuality education in schools is essential for building a safer society that is aware of children's rights.

Keywords: Child. Family. Sexuality education. School. Sexual violence.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1- Pesquisas no PPGEDU- URI 17
Tabela 2 - Descrição da Pesquisa 49
Tabela 3 - Detalhamento e Descrição das Pesquisas Consideradas Relevantes 50
Tabela 4 - Descrição da Pesquisa II 52
Tabela 5 - Detalhamento e Descrição das Pesquisas Consideradas Relevantes - II 52
Gráfico 1 - Comparativo de resultados de busca na CAPES e BDTD entre: teses e dissertações, trabalhos de mulheres e homens após filtros 53
Gráfico 2 - Percentual de trabalhos selecionados nos portais de buscas por região brasileira 55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.

CMEI – Centro municipal de Educação Infantil.

IST's - Infecções sexualmente transmissíveis

LGBTQIA+ - Acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo e assexual com um sinal "+" que aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.

MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

ONDH - Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - é uma pesquisa realizada com escolares adolescentes, desde 2009, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e com o apoio do Ministério da Educação - MEC. Ela é realizada por amostragem, utilizando como referência para seleção o cadastro das escolas públicas e privadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O objetivo da pesquisa é subsidiar o monitoramento de fatores de risco e proteção à saúde de escolares do Brasil. Além disso, identifica as questões prioritárias para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde em escolares, em especial o Programa Saúde na Escola - PSE.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online - Biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico.

SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas - é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais. Desde sua criação, em 1969, tem sido um ator chave nos programas de desenvolvimento populacional relacionados com os temas de saúde sexual, reprodutiva e igualdade de gênero.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 Vivências, motivações pessoais e justificativa para a escolha do tema da dissertação 21
1.2 Evidências que respaldam e justificam a pesquisa 25
1.2.1 Justificativa pessoal 27
1.2.2 Impacto social da dissertação 29
1.2.3 Impactos econômicos 33
1.2.4 Impactos culturais 34
1.3 Estrutura dos capítulos e progressão lógica da pesquisa 36
2. CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS 39
2.1 Levantamento de informações por meio de entrevistas com famílias ... 39
2.2 Estruturação e interpretação dos dados 41
2.3 Procedimentos éticos adotados 42
2.4 Ponderação quanto aos riscos e benefícios da pesquisa 43
2.4.1 Quanto aos possíveis riscos 43
2.4.2 Quanto aos benefícios da pesquisa 45
2.6 Sobre a devolutiva aos/às participantes 46
3. ESTADO DO CONHECIMENTO 47
3.1 O que falam as pesquisas 56
3.2 Considerações acerca do Estado do Conhecimento 70
4 EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL 73
4.1 Principais canais de denúncia de violência sexual infantil no Brasil 74
4.2 Educação para sexualidade: Uma abordagem integral e transformadora 77
4.2.1 Conceitos-chave da educação para a sexualidade para crianças de 05 a 08 anos 79
4.2.2 Desmistificando preocupações comuns sobre a educação para a sexualidade na infância 83
5 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS PASSADAS E ATUAIS 86

5.1 Educação para a sexualidade: Desafios e perspectivas nas escolas brasileiras 92
5.1.1 Educação para a sexualidade: Proteção e desafios.....96
6 O PAPEL INTEGRADO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA 101
7 ATUAIS REGULAMENTAÇÕES E DIRETRIZES SOBRE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NO BRASIL 105
7.1 Atuais regulamentações e diretrizes sobre educação para a sexualidade no Rio Grande do Sul 125
8. PERCEPÇÕES FAMILIARES SOBRE A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PRÉ-ESCOLA COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL 128
8.1 Violência Sexual Infantil e seus impactos sob a ótica dos núcleos familiares de crianças da pré-escola 130
8.2 Percepções, crenças, valores e sugestões das famílias em relação à educação para a sexualidade na pré-escola 144
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 153
REFERÊNCIAS.....156
ANEXO I - ROTEIRO PRÉVIO PARA ENTREVISTA COM FAMÍLIAS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRÉ-ESCOLA E VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL 175
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 177

1 INTRODUÇÃO

A educação para a sexualidade é essencial para promover o conhecimento, a saúde e os direitos de crianças e jovens, além de fomentar o respeito e a compreensão nas relações. Sua abordagem nas escolas envolve ensinar e discutir temas como sexualidade, saúde sexual, direitos, relações de gênero, diversidade sexual e desejos emocionais e sexuais. No entanto, existem muitos obstáculos que dificultam a implementação eficaz dessa educação.

Segundo Abreu (2022), a educação sexual tem como objetivo ensinar e esclarecer crianças e jovens sobre sexualidade. Durante esse aprendizado, são abordados temas como relações, diferenças, identidades, sexo, gravidez, aborto, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. Além disso, é fundamental discutir a gravidez na adolescência e a violência sexual infantil. Sem deixar de mencionar que também ajuda a desenvolver a autonomia dessas crianças e jovens nas questões sexuais, mostrando a importância de cuidar do próprio corpo.

Louro (2014) considera que a questão é complexa, com muitas opiniões diferentes e interesses diversos na sociedade. Na escola, especialmente na pré-escola, tem havido muita discussão e polêmica sobre isso. Alguns afirmam que crianças tão novas não estão prontas para falar sobre sexualidade e que isso é responsabilidade principalmente da família. Por outro lado, há quem defenda que é importante começar cedo, com o objetivo de entender e se familiarizar com essa parte da vida humana.

Seguindo essa ideia, Felipe (2007) sugere que esse debate vai além de teorias pedagógicas, envolvendo crenças, valores e tabus culturais enraizados sobre sexualidade e desenvolvimento infantil. Portanto, introduzir a educação para sexualidade nas escolas desafia visões dominantes sobre o que é certo ou errado discutir com as crianças.

Diante da relevância das discussões, debates e reflexões atuais sobre este tema, decidi iniciar minha pesquisa de mestrado em Educação na linha de Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias, no Programa de Pós-Graduação em Educação da URI - Campus de Frederico Westphalen/RS, sob a orientação da Professora Doutora Eliane Cadoná.

O tema "Educação para a sexualidade na pré-escola e as percepções familiares

sobre sua inclusão como ferramenta de prevenção à violência sexual infantil: um estudo qualitativo" se insere no amplo campo de estudos de gênero e sexualidade. Até junho de 2024, foi identificada apenas uma dissertação no mesmo programa de pós-graduação da Universidade, vinculada à linha de pesquisa similar (linha 3) e orientada pela Professora Dra. Eliane Cadoná, defendida em 2021. Foram também encontradas duas dissertações em outras linhas de pesquisa que tangenciam ou se relacionam o com o tema. Para melhor ilustrar essa conexão, um quadro demonstrativo foi elaborado:

Tabela 1- Pesquisas no PPGEDU- URI

LINHA DE PESQUISA	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	ANO	AUTOR (A)	ORIENTADOR (A)
Linha 2 - Políticas Públicas e Gestão da Educação	Responsabilidades da escola e dos educadores: sexualidade e Políticas públicas de educação	2017	Analice Horn Spinello	Prof.º Drº. Cênio Back Weyh
Linha 2 - Políticas Públicas e Gestão da Educação	A orientação sexual e a abordagem do Projeto Político Pedagógico na Escola Estadual Técnica José Cañellas no Ensino Médio, em Frederico Westphalen – RS.	2019	Alexandre Castanho Bueno	Prof.ª Dra. Edite Maria Sudbrack
Linha 3 - Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias	Sobre Produções Discursivas De Gênero Na Infância: O que Fala e Faz Falar A Publicidade Nos Canais Infantis Do Youtube?	2021	Heloísa Derkoski Dalla Nora	Prof.ª Dra. Eliane Cadoná

Fonte: Elaborado pela autora.

Consideramos relevante destacar minha participação no grupo de pesquisa em Psicologia, inserido na linha de Políticas Públicas, Saúde e Produção de Subjetividade em Contextos Institucionais, sob a coordenação da orientadora Dra. Eliane Cadoná. Ao longo dos anos de 2012 a 2023, a referida professora coordenou e participou de 13 projetos de pesquisa, dos quais 10 se dedicaram a temas relacionados a gênero e sexualidade.

Nessa pesquisa qualitativa, buscamos explorar as percepções das famílias em relação à integração da educação para a sexualidade na pré-escola como uma das

ferramentas de prevenção e combate à violência sexual infantil. Buscamos também entender como as famílias e responsáveis legais de crianças da pré-escola em uma cidade do noroeste do Rio Grande do Sul percebem e compreendem esse tema, levantando reflexões e identificando possíveis tabus associados.

A educação para a sexualidade está cada vez mais em destaque na sociedade contemporânea, devido à sua crescente importância e necessidade. Diversos autores e autoras contribuem para essa discussão, como Figueiró (2006), em "Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível", destacando a urgência na formação dos/as educadores/as sexuais; Furlani (2011), em "Educação sexual na sala de aula", explorando métodos para abordar a educação para a sexualidade em diferentes níveis educacionais, desde a educação infantil até o ensino médio. Santos e colaboradores (2014) também enfatizam que a escola desempenha um papel essencial na promoção da educação para a sexualidade entre crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento integral e uma sexualidade saudável dos/as estudantes.

No entanto, o tema ainda encontra barreiras para sua efetiva implementação no ambiente escolar. De acordo com Abreu (2022), a educação para a sexualidade enfrenta obstáculos, pois questões de gênero e sexualidade, por exemplo, são assuntos ainda considerados tabus e muitas famílias têm dificuldade em falar com os filhos abertamente, com conhecimento e de maneira correta. Nesse sentido, a família ou núcleo familiar pode ter grande influência sobre como a criança irá compreender e significar esses temas.

Diante disso, a problemática central desta pesquisa foi investigar como as famílias de uma cidade do Noroeste do Rio Grande do Sul percebem a inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola, compreendendo-a como uma ferramenta de prevenção e combate à violência sexual infantil.

A partir dessa problemática, esta dissertação tem como objetivo geral promover uma compreensão sobre a percepção das famílias em relação à inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como estratégia de prevenção e combate à violência sexual infantil. Para alcançar esse objetivo, os objetivos específicos incluem: “Compreender o que o núcleo familiar de crianças da pré-escola conhece sobre violência sexual infantil e seus possíveis impactos na vida de crianças em idade pré-escolar”; “Explorar as percepções, crenças, valores e atitudes das famílias em relação à introdução do tema na pré-escola como meio de prevenir a violência sexual infantil”;

“Identificar possíveis barreiras ou resistências por parte das famílias em relação à inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola"; “Propor recomendações e diretrizes para a implementação da educação para a sexualidade na pré-escola de forma participativa e dialógica com as famílias ou responsáveis legais, levando em consideração suas percepções e necessidades, visando combater a violência sexual infantil.”

Finalmente, as questões que nortearam esta pesquisa foram formuladas com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre as percepções das famílias em relação à educação para a sexualidade na pré-escola, e seu potencial como medida preventiva contra a violência sexual infantil. Dentre os principais questionamentos investigados estão: "Como as famílias de crianças da pré-escola percebem a importância da educação para a sexualidade como uma medida preventiva à violência sexual infantil? Além disso, como elas compreendem a violência sexual infantil e seus impactos nas crianças em idade pré-escolar?"; "Quais são as percepções, crenças, valores e atitudes das famílias em relação à introdução da educação para a sexualidade na pré-escola como meio de prevenir a violência sexual infantil?"; "Existem barreiras ou resistências por parte das famílias em relação à inclusão da educação sexual na pré-escola?"; e "Que recomendações poderiam ser sugeridas para a implementação da educação para a sexualidade na pré-escola de forma participativa e dialógica entre as famílias, responsáveis legais e a escola, levando em consideração as percepções e necessidades das famílias, com o objetivo de combater a violência sexual infantil?".

Essas questões buscam explorar a complexidade das percepções familiares e das dinâmicas sociais que influenciam a aceitação e a eficácia da educação para a sexualidade no contexto da educação infantil, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais inclusivas e eficazes na proteção das crianças.

Ao envolver as famílias ativamente, é possível garantir que as diretrizes sejam realistas e sustentáveis, refletindo as preocupações e expectativas da comunidade. Dessa forma, a pesquisa visa promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade de opiniões, enquanto fortalece as bases para uma educação preventiva, inclusiva e protetora para as crianças.

A escolha deste tema fundamentou-se na expectativa de entender a percepção das famílias e compreender como o núcleo familiar percebe a importância da

educação para a sexualidade na pré-escola como medida preventiva contra a violência sexual infantil. Isso é importante para que as escolas possam estabelecer um diálogo eficaz e uma parceria sólida na implementação e abordagem do tema para crianças, visando especialmente a prevenção deste tipo de violência. Ampliar o entendimento sobre sexualidade, gênero e corpo desde cedo pode contribuir significativamente para uma sociedade mais justa, igualitária, livre de preconceitos e, sobretudo, para o combate à violência sexual infantil.

A definição dos fundamentos teóricos e metodológicos escolhidos nesta pesquisa sustentam e justificam a relevância do tema. A escolha de uma teoria do conhecimento para abordar a educação para a sexualidade na pré-escola, entre tantas opções disponíveis, baseou-se na minha percepção e visão de mundo pessoal. Essa decisão é guiada pela minha experiência pessoal e pela busca contínua por conhecimento e pela compreensão das lacunas existentes sobre o tema.

Ao longo da minha trajetória, identifiquei a necessidade de uma abordagem teórica que não apenas esclareça as complexidades da educação para a sexualidade na infância, mas que também ofereça um arcabouço sólido para analisar as percepções familiares e os impactos dessa educação como medida preventiva contra a violência sexual infantil. Portanto, a seleção dos fundamentos teóricos e metodológicos não é apenas uma escolha acadêmica, mas também um reflexo do meu compromisso com o aprofundamento e a relevância deste estudo.

Saliento que esta pesquisa não tem a pretensão de apresentar uma verdade absoluta nem de esgotar as discussões sobre o tema. Pelo contrário, o objetivo é ampliar as reflexões e explorar diversas perspectivas, enriquecendo o entendimento e a aplicação do conhecimento tanto na vida pessoal quanto na sociedade como um todo. Além disso, a pesquisa busca contribuir para a conscientização e a valorização da educação para a sexualidade, especialmente no contexto da educação infantil, destacando sua importância como ferramenta de prevenção contra a violência sexual infantil. Ao fomentar um debate mais amplo e inclusivo, desejo que este estudo ajude a promover um ambiente mais seguro e acolhedor para as crianças, além de abrir possibilidades de novas reflexões e estudos que possam contribuir para a prevenção da violência sexual infantil.

Para aprofundar este estudo, partimos de uma metodologia qualitativa descritiva, fundamentada em referenciais teóricos pós-estruturalistas que se apoiam

no construcionismo social, estudos de gênero e feminismo. Autores como *Michel Foucault*, *Guacira Lopes Louro*, *Jane Felipe*, entre outros/as autores e obras tão relevantes quanto, serviram como fontes centrais de inspiração e contribuição teórica. Essas teorias oferecem insights importantes sobre práticas discursivas que influenciam o aprendizado, o conhecimento e o exercício do poder, promovendo uma compreensão mais profunda da produção de sujeitos sociais e éticos.

Porém, antes de avançar para a análise aprofundada do estado do conhecimento, é essencial destacar alguns aspectos que fundamentam a escolha deste tema para a dissertação. No próximo tópico, serão apresentadas as vivências e motivações pessoais que influenciaram diretamente a definição do tema, bem como a justificativa para sua relevância. Esses elementos são fundamentais para entender a trajetória que culminou na escolha da educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta de prevenção à violência sexual infantil sob a ótica das famílias. A seguir, serão discutidos em detalhes esses fatores que conferem sentido e direção à pesquisa.

1.1 Vivências, motivações pessoais e justificativa para a escolha do tema da dissertação

Para esclarecer a motivação inicial por trás da escolha do tema desta dissertação, gostaria de compartilhar brevemente um pouco da minha trajetória. Como mencionei anteriormente, “esta escolha é guiada pela experiência pessoal e pela busca contínua por conhecimento e compreensão das lacunas existentes sobre o tema ao longo da minha vida”. Esta experiência pessoal tem sido uma motivação profunda para minha pesquisa sobre educação para a sexualidade na educação infantil, especialmente no que diz respeito à percepção familiar sobre este tema. Pois acredito firmemente que as famílias têm um papel crucial em contribuir para um futuro melhor, ao compreenderem desde cedo que a educação para a sexualidade abrange um vasto campo de conhecimento. Acredito que a forma como aprendemos e interpretamos esse campo pode influenciar profundamente nossa visão de mundo, nossa identidade como indivíduos e nossos relacionamentos interpessoais.

Nasci em 12 de outubro de 1982, no estado de Santa Catarina, em uma família com três irmãos, sendo eu a única do sexo feminino. Desde cedo, fui criada em um

ambiente fortemente influenciado pela igreja evangélica, onde assuntos relacionados à sexualidade eram considerados tabu. Lembro-me vividamente das restrições impostas em casa: não podíamos ver uns aos outros sem roupas, nem mesmo nossos pais. Minha mãe costumava dizer que eu tinha vindo ao mundo trazida por uma cegonha, uma explicação ingênua, porém típica para crianças da minha geração.

Essa falta de informação básica sobre sexualidade despertou em mim uma curiosidade intensa e uma necessidade crescente de compreender as diferenças entre mim e meus irmãos. Como qualquer criança, eu tinha muitas perguntas, mas esses temas eram proibidos em nossa casa. Esse foi um dos contextos que reforçou minha determinação em explorar e compreender a sexualidade na infância, percebendo sua importância vital para o desenvolvimento saudável das crianças.

Apesar do maior acesso atual a informações sobre sexualidade, as crianças em idade pré-escolar começam a manifestar curiosidades naturais sobre seus corpos e sentimentos, ainda enfrentando muitos tabus e barreiras para aprender e compreender. Minha própria educação, como imagino ser a de muitos/as outros/as, não permitia discussões abertas sobre esse tema; era considerado "feio", "pecaminoso" e estritamente proibido. Pais, professores, avós e a igreja evitavam falar sobre sexualidade, o que, paradoxalmente, aumentava a curiosidade das crianças e as colocava em maior risco de sofrerem violências sexuais, além de silenciá-las por vergonha e medo de repressão.

Foucault aborda como a sociedade molda a sexualidade infantil através de discursos e práticas disciplinares, como a educação moral e religiosa. Ele critica o poder dessas instituições em normalizar certos comportamentos sexuais enquanto reprimem outros, resultando na supressão da sexualidade infantil em nome de valores sociais e morais (Foucault, 1988).

Lembro-me bem do período que antecedeu minha primeira menstruação. Já tinha uma noção do que poderia acontecer, pois algumas amigas mais velhas já tinham passado por isso e me explicaram, mas minha mãe abordou o assunto de forma breve, talvez por não saber muito bem como explicar ou porque ela própria foi educada da mesma maneira, sem questionamentos. Era frustrante saber tão pouco. Entre minhas colegas, havia uma expectativa de que menstruar significava tornar-se realmente uma "mocinha". Era um evento muito aguardado e importante para mim. Acredito que até hoje, a chegada desse primeiro dia ainda é um momento esperado e

marcante para algumas meninas, temido e desejado por outras, fazendo parte do processo de evolução e desenvolvimento do corpo feminino. Guacira Lopes Louro, em “*O Corpo Educado”* (2022), descreve a primeira menstruação como um evento carregado de significados para as meninas. Senti-me especialmente representada quando ela menciona: "a expectativa e a ansiedade pela primeira menstruação, a comparação com as colegas de escola está entre as lembranças significativas de muitas de nós" (Louro, 2022, p. 29).

Ainda hoje, no mundo contemporâneo, questiono-me sobre quanto se discute esses assuntos nos lares e nas escolas. Os tabus persistem na sociedade e, lamentavelmente, continuam a silenciar muitas dúvidas — não apenas sobre a primeira menstruação, mas também sobre uma variedade de outros temas. Esclarecer essas questões desde a infância poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento social e sexual das crianças.

Continuando minha jornada, recordo-me vividamente da introdução da educação sexual na escola durante a adolescência, embora fosse disfarçada como parte do currículo de biologia. Nos anos 90, os tópicos abordados ainda eram bastante superficiais: métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e, especialmente, a gravidez precoce. Essa educação, embora fundamental, era limitada, e muitas das minhas descobertas sobre esses temas ocorreram apenas na adolescência. As dúvidas persistiam. Muitas dúvidas.

Sempre recordo os dias na escola quando nos ensinavam sobre métodos contraceptivos de uma maneira quase impositiva e alarmante. A sensação era de que engravidar precocemente era algo pior do que contrair uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST). Esses assuntos eram abordados com um tom de pavor, amplificado pela influência da sociedade e, no meu caso, pela religião. Embora tenha nascido no estado de Santa Catarina, cresci em uma cidade do interior do Paraná, onde a influência religiosa moldava a educação e a doutrina, independentemente da denominação religiosa.

Essa educação, quase que assustadora, especialmente em relação à gravidez, nos ensinava que uma mãe solteira não poderia ser vista como uma pessoa boa ou uma companhia adequada. Lembro-me das reações quando alguém engravidava antes de casar, ou pior ainda, quando se tratava de uma mãe solteira: cochichos e dedos apontados eram comuns. Meu maior medo, assim como o das minhas amigas,

era engravidar antes do casamento, temendo o preconceito e a repulsa social.

Tive amigas que abandonaram os estudos por engravidarem. Uma delas conseguiu esconder a gravidez até o nono mês, mesmo seus professores não sabendo, porque sua família desejava que ela continuasse estudando, embora sentissem vergonha da situação. Ela estava no último ano do ensino médio e, quando a criança nasceu, foi uma surpresa para muitos, inclusive para suas amigas mais próximas. A criança nasceu após sua formatura na escola.

Até hoje, imagino o quão difícil deve ter sido para ela esconder essa gravidez. Deve ter sentido medo, dúvidas, solidão... As amigas não podiam saber, pois se uma garota engravidasse como "mãe solteira", era vista como má influência e muitas vezes excluída socialmente.

No entanto, não recordo que essa mesma imposição de medo, restrições e cuidados fosse tão severa para os meninos, colegas de escola ou até mesmo para meus irmãos. Na época, um ditado muito comum ecoava constantemente e, lamentavelmente, ainda hoje pode ser ouvido: "homens serão sempre homens", justificando tudo com frases como "é da natureza do homem" ou "a mulher deve se preservar e se valorizar". Era claro que as consequências mais severas de qualquer imprevisto recaíam sempre sobre as mulheres. Enquanto elas eram mal faladas, os homens raramente sofriam críticas, afinal, "homens são homens", como diziam.

O preconceito era intenso naquela época, e infelizmente ainda persiste, embora agora se veja um avanço gradual, especialmente entre a geração nascida após o ano 2000, que demonstra mais empatia, respeito e tolerância. Criada em uma cidade do interior, de descendência alemã, onde até mesmo a cor da pele era vista como algo diferente e, por vezes, excludente, talvez minha escrita possa parecer radical, mas não deixa de expressar minha experiência. Naquela época, assuntos como orientação sexual, educação para a sexualidade, gênero eram tabus, pecado e proibidos. Apenas as denominações "gays e lésbicas" eram conhecidas, sem mais discussões.

Hoje, observando o passar do tempo, desejo profundamente que temas que foram tão desconhecidos para mim durante a infância e adolescência deixem de ser tabu. Desejo profundamente que as crianças recebam esclarecimento, entendimento e tenham um espaço seguro para aprender, discutir e compreender todos os aspectos da sexualidade. É necessário e urgente que, desde criança, todos/as possam ter direito a uma educação para a sexualidade efetiva e de qualidade, que fale sobre a

sexualidade, sobre gênero, sobre as diferenças, para isso o núcleo familiar precisa ser parte do todo, entender e participar do processo de ensino junto da escola.

Portanto, considero crucial que as famílias reconheçam a importância da educação para a sexualidade desde a mais tenra idade das crianças, além de promover políticas públicas abrangentes e equitativas. Investir na capacitação profissional dos/as professores/as é fundamental para que se sintam seguros/as ao desempenhar seu papel essencial. Mais do que apenas transmitir conhecimentos básicos, os/as educadores devem ensinar cidadania, respeito, igualdade de gênero e explorar todas as potencialidades que a educação para a sexualidade oferece. Visualizo uma escola que não apenas prepara academicamente, mas também guia as crianças na jornada para se tornarem adultos/as sexualmente saudáveis e responsáveis.

1.2 Evidências que respaldam e justificam a pesquisa

Compreender as percepções dos núcleos familiares de crianças da pré-escola sobre a inclusão da educação para a sexualidade como ferramenta de combate à violência sexual infantil exige uma análise que leve em conta diferentes perspectivas e demandas da sociedade, especialmente das famílias. É essencial promover a conscientização de que essa abordagem é uma medida proativa e eficaz na prevenção da violência sexual infantil, ao capacitar as crianças com conhecimento, incentivar a comunicação aberta e fomentar valores de respeito e consentimento.

A violência sexual infantil é um problema grave e complexo, e a educação para a sexualidade tem sido amplamente reconhecida como uma ferramenta essencial na prevenção desse tipo de violência. Ao compreender como as famílias percebem essa abordagem educacional, podemos identificar tanto os apoios quanto as resistências que possam surgir, além de explorar as crenças, valores e atitudes que moldam suas opiniões. Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e culturalmente sensíveis, que possam implementar a educação para a sexualidade desde a primeira infância de uma maneira que seja aceita e apoiada pelas famílias, contribuindo assim para a proteção e o bem-estar das crianças.

A inclusão do tema da educação para a sexualidade na pré-escola ainda gera controvérsias e debates, especialmente em relação à idade adequada, ao nível de

detalhamento a ser abordado e ao grau de envolvimento das famílias. Diante disso, é fundamental compreender as percepções e o papel das famílias nesse processo, considerando fatores como valores morais e religiosos que podem influenciar a maneira como a sexualidade é compreendida e tratada no ambiente escolar.

As perspectivas pós-estruturalistas, especialmente aquelas fundamentadas na análise do discurso de Michel Foucault e nos estudos de Guacira Lopes Louro e Jane Felipe, oferecem uma abordagem crítica das relações de poder e da construção do conhecimento. Essas literaturas problematizam concepções essencialistas de gênero e sexualidade, promovendo uma compreensão dessas temáticas como construções históricas, culturais e políticas, influenciadas por processos de regulação e resistência. Com base nessa perspectiva, esta dissertação busca fornecer subsídios teóricos e metodológicos que contribuam para o desenvolvimento de propostas pedagógicas voltadas à proteção infantil, ao respeito à diversidade de gênero e sexualidade, à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos. Além disso, o trabalho visa facilitar e fortalecer o diálogo entre a escola e as famílias, promovendo um ambiente educativo mais inclusivo e consciente.

Entender a percepção das famílias em relação à abordagem do tema na pré-escola é fundamental, pois muitas vezes o núcleo familiar não dispõe de estrutura ou conhecimento adequados para discutir sexualidade com seus/suas filhos/as.

A compreensão da percepção das famílias na atualidade torna-se essencial, especialmente diante dos alarmantes dados de violência sexual infantil, onde somente em 2022, 4.486 denúncias foram registradas até maio, com a maioria dos suspeitos sendo pessoas próximas, como pais e padrastos, e quase 79% das vítimas sendo crianças (Cristaldo, 2022).

Já em 2023 as estatísticas mostram um aumento significativo. Nos primeiros quatro meses, foram registradas 69.300 denúncias de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, das quais 17.500 envolveram violência sexual. A maioria dessas violações ocorre na casa das vítimas ou dos suspeitos, com o ambiente virtual também representando um risco crescente (Poder360, 2023). Segundo a Agência Brasil, houve um aumento de quase 70% nas violações sexuais contra crianças em 2023, confirmando que os principais agressores são pessoas próximas e que o acesso à internet é um fator de risco adicional (Agência Brasil, 2023).

Esses dados demonstram uma escalada preocupante na violência sexual

contra crianças, destacando a necessidade urgente de medidas preventivas e de proteção, tanto no ambiente físico quanto no virtual.

Segundo o Movimento Todos pela Educação, a deficiência de reflexões na escola sobre sexualidade contribui para intolerância, violência, abuso sexual infantil, violência contra mulheres e a população LGBTQIA+, além de não fortalecer o combate ao preconceito e violência (Brasil, 2018). Portanto, a escolha do tema visa entender a perspectiva das famílias e como elas percebem a educação para a sexualidade na escola como ferramenta de combate à violência sexual infantil, visando promover um diálogo eficaz e uma parceria sólida na implementação dessa educação.

O Brasil ocupa a 11ª posição entre 60 países no ranking global de combate à violência sexual infantil, segundo o índice "*Out of the Shadows*" de 2023 (Afrontosas, 2023). Embora à frente de muitos países em desenvolvimento, o Brasil ainda enfrenta desafios na reabilitação de agressores/as e na implementação de ações preventivas. A educação para a sexualidade é essencial no combate à violência sexual infantil, feminicídios, exploração sexual infantil, desigualdade de gênero e preconceitos (Nações Unidas no Brasil, 2022).

Dados levantados pelo Ministério da saúde de 2021 a 2024 mostram um cenário preocupante de violência sexual no Brasil. Em 2021, houve 35.196 notificações de violência sexual, com a maioria das vítimas sendo crianças e adolescentes, e 70,9% dos casos ocorrendo na residência da vítima (Brasil, 2023). Estima-se que ocorram aproximadamente 822 mil estupros anuais no Brasil, mas apenas uma pequena parte é reportada às autoridades (Ipea, 2022, 2023). Os relatórios do Atlas da Violência indicam que mais de 80% das vítimas são mulheres, com a maioria dos agressores sendo homens conhecidos das vítimas (Ipea, 2022).

A urgência de investir em educação para a sexualidade desde a infância é evidente, juntamente com a necessidade de melhorar a coleta de informações e o atendimento às vítimas, além de implementar políticas públicas eficazes. Esta pesquisa justifica-se não só por questões pessoais, mas também por sua relevância social, cultural e econômica que abordaremos nos tópicos seguintes.

1.2.1 Justificativa pessoal

Várias são as justificativas que motivam e inspiram esta pesquisa, mas antes

de mencionar as contribuições e impactos sociais, econômicos e culturais que almejo com este estudo, gostaria de compartilhar a principal motivação e justificativa pessoal que me inspirou a buscar, pesquisar, entender e talvez colaborar para uma sociedade melhor. Compreendo que a pesquisa sobre educação sexual seja um tópico sensível e relevante para mim, especialmente porque sofri violência sexual na infância. No entanto, minha justificativa pessoal para embarcar nesta pesquisa é profunda e multifacetada.

Primeiramente, concordo com os diversos estudos e relatos de que a violência sexual é uma experiência devastadora que pode ter um impacto duradouro na vida das vítimas, afetando tanto a sua saúde mental quanto a emocional. De acordo com Faleiros e Faleiros (2007), as experiências infantis exercem impacto significativo na vida adulta. Nesse sentido, esse tipo de violência pode deixar marcas e sequelas profundas. Costa e col. (2007) alertam que a falta de informação adequada sobre sexualidade, consentimento e limites do próprio corpo fragiliza as crianças. Concordo plenamente com os autores.

Por isso, acredito que a educação para a sexualidade eficiente e baseada em evidências pode desempenhar um papel fundamental na prevenção da violência sexual, se fornecida às crianças, desde a primeira infância, como ferramentas e o conhecimento necessário para identificar situações de risco, estabelecer limites saudáveis e a saber como e onde buscar ajuda quando necessário.

Além disso, como alguém que passou por uma experiência traumática, acredito que a educação para a sexualidade pode desempenhar um papel crucial na promoção da saúde sexual e emocional das crianças, quando oferecida ainda na primeira infância, permitindo que futuramente desenvolvam relacionamentos saudáveis e consensuais, que compreendam a importância do consentimento e tenham consciência de seus direitos e responsabilidades sexuais.

Pessoalmente, acredito que proporcionar às crianças uma educação para a sexualidade efetiva e eficaz, politicamente amparada e com profissionais bem capacitados/as, me trará alívio e paz, principalmente por ter duas filhas, pelas quais tenho verdadeiro pavor de que sofram qualquer tipo de violência.

Além disso, acredito ser urgente realizar pesquisas que contemplem qualquer possibilidade de combate à violência sexual infantil, que é crescente e alarmante no Brasil e no mundo. Precisamos de estudos que possam de alguma forma contribuir

para a criação de políticas públicas mais eficazes e programas de prevenção a esse tipo de violência, beneficiando não apenas as vítimas, mas toda a sociedade. Ao realizar esta pesquisa, desejo estar contribuindo para uma sociedade onde a educação para a sexualidade seja de fato valorizada e acessível a todos/as, ajudando a prevenir o sofrimento que muitas pessoas passam ao serem vítimas de violência sexual infantil e tantas outras violências, como as de gênero, feminicídio, de raça, etnia, social.

Em resumo, minha motivação pessoal ao realizar esta pesquisa é acreditar que o conhecimento e a prevenção podem ser poderosos aliados na construção de um futuro mais seguro e saudável para todos/as. Ao investigar e promover a educação para a sexualidade, espero contribuir para uma sociedade mais informada, empoderada e consciente sobre questões relacionadas à sexualidade e gênero, especialmente na prevenção da violência sexual infantil. Além disso, ao realizar esta pesquisa, sinto que estou, de certa forma, curando uma ferida pessoal, transformando a dor em ação positiva para o benefício coletivo.

1.2.2 Impacto social da dissertação

Além da motivação pessoal, a importância social desta pesquisa é destacada pela necessidade urgente de enfrentar problemas extremamente graves que afetam a infância no Brasil, como a violência sexual infantil.

Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2022) e da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (2022) apontam que a maioria das vítimas de violência sexual no Brasil são crianças e adolescentes. Em congruência, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública informa que, em 2022, as crianças e adolescentes continuaram sendo as maiores vítimas da violência sexual, e que 61,4% das vítimas tinham no máximo 13 anos de idade (Bueno e Col. 2023, p.156).

A educação para sexualidade e o ensino de gênero surgem, portanto, como importante e fundamental estratégia de prevenção e erradicação de qualquer tipo de violência, garantindo a todos/as os mesmos direitos, seja para homens e mulheres ou crianças, meninos e meninas (UNESCO, 2016a). Além disso, também ajuda a desenvolver habilidades para a vida, como maior senso crítico e outras habilidades capazes de melhorar as relações familiares, amizades e sociedade em geral (UNFPA,

2014).

A desigualdade social, principalmente com a população negra, que ainda é maioria entre os mais pobres, tem aumentado no Brasil, e o comportamento sexual predominante entre adolescentes negras de rendas mais baixas e de baixa escolaridade é o de maiores riscos. Junto a isso, uma Pesquisa Nacional de Saúde evidenciou que a população negra com baixa escolaridade e de baixa renda, é a que menos possui acesso aos serviços de saúde. Isso traz à tona a necessidade de focalizar a atenção de serviços de saúde e educação nessa população (Alves e Dimarães, 2023).

Outro fator que deve ser considerado é a gravidez precoce e parto prematuro, que podem levar para sérias consequências tanto sociais quanto de saúde, e infelizmente vêm a ser a segunda maior causa de mortes de meninas na adolescência até os 19 anos de idade, devido a complicações no decorrer da gestação e no momento do parto. Além do mais, meninas com gravidez precoce, muitas vezes por não conhecerem ou não entenderem sobre a importância de um acompanhamento, acabam postergando a busca por ajuda médica e deixando de dar a devida atenção para à saúde materna nesse período (UNESCO, 2019).

Também é preciso considerar que a família pode não conhecer os temas abordados na educação sexual, por isso precisamos de políticas públicas que invistam ainda mais em maneiras de esclarecer sobre sua importância e sobre as possíveis consequências da falta desta aprendizagem.

A falta de educação para a sexualidade e relacionamentos de alta qualidade e apropriada para a idade e para o estágio de desenvolvimento pode deixar crianças e jovens vulneráveis e expostos/as a comportamentos sexuais nocivos e à exploração sexual (UNESCO, 2019, p. 18).

A citação da UNESCO ressalta a importância crucial de fornecer educação para a sexualidade e relacionamentos que seja de alta qualidade e apropriada para a idade e o estágio de desenvolvimento das crianças. A falta desse tipo de educação pode resultar em uma vulnerabilidade aumentada, deixando crianças e jovens expostos/as a comportamentos sexuais nocivos e à exploração e violência sexual. Isso ocorre porque, sem um entendimento adequado de seus corpos, limites e relações saudáveis, as crianças não têm as ferramentas necessárias para reconhecer, evitar e denunciar situações de risco. Portanto, implementar programas de educação para a

sexualidade abrangentes e bem estruturados é essencial para a proteção e o empoderamento das crianças, ajudando a criar uma base sólida para sua segurança e bem-estar ao longo da vida. Desse modo, conhecer a percepção das famílias sobre esse trabalho é essencial para que escolas e famílias atuem em sintonia na proteção integral das crianças. Segundo Figueiró (2006), a educação para a sexualidade não pode ser vista como responsabilidade exclusiva da escola, mas sim como uma ação conjunta com as famílias.

A violência sexual infantil é um problema social grave por várias razões:

- **Impacto na Saúde Física e Mental**: Crianças vítimas de violência sexual frequentemente sofrem de problemas de saúde física e mental a longo prazo. Isso pode incluir lesões físicas, doenças sexualmente transmissíveis, depressão, ansiedade, transtornos de estresse pós-traumático e pensamentos suicidas. Segundo Alves e Dimarães (2023, s.p.), “O abuso sexual durante a infância pode deixar marcas profundas na psique de uma pessoa, afetando sua saúde mental, relacionamentos interpessoais e qualidade de vida geral”.
- **Efeitos no Desenvolvimento**: A violência sexual pode afetar negativamente o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. De acordo com Romaro e Capitão (2007), as diferentes formas de violência impactam negativamente a saúde mental de crianças e adolescentes, que estão em um processo de desenvolvimento físico e psíquico. Essas experiências produzem efeitos prejudiciais no desempenho escolar, na adaptação social e no desenvolvimento orgânico das crianças e dos/as jovens. Segundo os autores, diversos estudos demonstram uma relação entre a violência doméstica e o surgimento de transtornos de personalidade, transtornos de ansiedade, transtornos de humor, comportamentos agressivos, dificuldades sexuais, doenças psicossomáticas e transtorno de pânico. Além disso, essas experiências comprometem a autoestima das vítimas, muitas vezes levando à identificação com o/a agressor/a e à adoção de comportamentos agressivos.
- **Custos Econômicos**: A violência contra crianças, incluindo a violência sexual infantil, acarreta custos significativos para a sociedade, abrangendo despesas com saúde, justiça e perda de produtividade. A violência sexual infantil é vista como um grave problema de saúde pública e, conforme mencionado por Lustosa e col. (2019), representa inúmeros riscos para as vítimas, resultando em alterações nas

condições psicológicas, físicas e sociais dessas crianças. Os autores também ressaltam que, por ser uma questão delicada que envolve múltiplos aspectos, como a família, a justiça, os/as agressores/as e, principalmente, as vítimas, torna-se ainda mais desafiador para os/as profissionais de saúde identificarem esses casos, exigindo, portanto, uma atenção mais cuidadosa.

- **Impacto na Educação**: Crianças que sofrem violência sexual, frequentemente apresentam dificuldades no ambiente escolar, o que pode levar a um desempenho acadêmico reduzido. Conforme Amorim e col. (2021), a violência sexual infantil tem um impacto significativo, causando perturbações no desenvolvimento normal das crianças. Entre os prejuízos cognitivos e intelectuais estão a queda no desempenho escolar, dificuldades de atenção e concentração, problemas de linguagem e aprendizagem, além de desmotivação nas tarefas escolares e na vida em geral.
- **Direitos Humanos**: A violência sexual contra crianças constitui uma séria violação dos direitos humanos. Garantir a proteção das crianças contra violência é uma responsabilidade essencial tanto da sociedade quanto do estado. A intervenção do estado, conforme o artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é crucial para proteger os direitos das crianças e adolescentes, assegurando medidas de prevenção e a responsabilização por atos de violência sexual.
- **Desigualdade Social**: A violência sexual infantil é frequentemente mais comum em comunidades marginalizadas, o que agrava as desigualdades sociais existentes. Crianças provenientes de famílias com renda baixa, pouca educação e sem acesso a serviços de saúde e apoio estão em maior risco. As principais causas do aumento da violência sexual infantil incluem pobreza, exclusão social, desigualdade, discriminação racial, de gênero e étnica. A falta de conhecimento e informação sobre os direitos das crianças e adolescentes também contribui para essa problemática. Identificar e denunciar esse tipo de crime é crucial para enfrentar essa realidade. (Câmara dos Deputados, 2018)
- **Impacto nas Famílias e Comunidades**: A violência sexual infantil não afeta apenas a vítima, mas também suas famílias e comunidades, desestruturando lares, gerando conflitos e criando um ambiente de desconfiança e medo.

Esses fatores ressaltam a necessidade de uma abordagem integrada e multifacetada para prevenir e tratar a violência sexual infantil. Isso abrange a

educação para a sexualidade, o fortalecimento das leis e políticas de proteção à criança, e campanhas de conscientização pública para desmistificar e quebrar tabus sobre a violência sexual infantil. Contudo, é importante destacar que esta pesquisa não pretende ser a única verdade ou a solução exclusiva entre as várias possibilidades de enfrentamento da violência sexual infantil.

1.2.3 Impactos econômicos

A saúde sexual no Brasil representa um desafio para as políticas de saúde, abordando tanto aspectos biológicos quanto psicossociais (Vonk, Bonan e Silva, 2013). É evidente que persistem crenças equivocadas sobre a sexualidade em nosso país. Conforme Vonk, Bonan e Silva (2013), isso demonstra a necessidade de investir na capacitação de professores/as, profissionais de saúde, além de envolver a família e a mídia, com o intuito de fornecer informações corretas e desconstruir mitos, preconceitos e crenças.

Alves e Dimarães (2023) indicam que a condição socioeconômica vulnerável prejudica a saúde dos/as adolescentes durante a iniciação sexual e a transição para a vida adulta. Portanto, é essencial investir em educação para a sexualidade, tanto na família quanto na escola e nos serviços de saúde, respeitando as idades e os estágios de desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente os/as mais vulneráveis. Isso pode promover mais saúde e conhecimento, evitando maiores gastos para o sistema de saúde e assistência social no futuro.

Leal (2021) afirma que a educação para a sexualidade é uma parte crucial da educação em saúde e tem uma relevância econômica significativa, contribuindo para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez precoce e violência sexual, sendo indispensável na promoção da saúde.

Hana e Morais (2020) defendem que a educação para a sexualidade é uma questão de saúde pública e do ensino básico, tema de debates controversos no Brasil. Para eles, é necessário esclarecer todos os aspectos relacionados ao corpo e ao sexo, incluindo sexualidade e questões de gênero, trazendo informações de forma natural. Eles argumentam que essa área da educação pode ajudar a combater a violência sexual, já que os números crescentes de violência sexual contra vulneráveis mostram a necessidade de informar crianças, jovens e adolescentes sobre sexualidade e

gênero, sem tabus e preconceitos.

Economicamente, a falta de educação para a sexualidade pode resultar em custos significativos para a sociedade. Por exemplo, quase 18% das adolescentes de baixa renda tornam-se mães, segundo levantamento realizado por Fontoura e Pinheiro (2010), evidenciando a urgência de abordar esse tema no ensino público. Portanto, investir na abordagem do tema na escola pode ajudar a reduzir custos a longo prazo.

A falta de educação para a sexualidade no Brasil tem impactos significativos no sistema de saúde, refletindo em custos elevados. Um exemplo é a alta incidência de gravidez na adolescência. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019 indicam que 8% das meninas entre 13 e 17 anos que já tiveram relações sexuais engravidaram pelo menos uma vez. Em 2022, 9,6% dos óbitos maternos no Brasil ocorreram em adolescentes, o que destaca a necessidade urgente de educação para a sexualidade adequada (Brasil, 2024a).

A ausência da abordagem do tema contribui também para altas taxas de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e violência sexual. Em 2022, o Brasil registrou 74.930 casos de estupro, com mais de 60% das vítimas sendo menores de 14 anos. Isso demonstra que a educação para a sexualidade nas escolas é crucial para ajudar as crianças a reconhecer e denunciar violências, além de promover atitudes mais saudáveis em relação à sexualidade e reduzir a violência sexual (Brasil, 2024a).

Esses fatores aumentam os custos para o sistema de saúde devido à necessidade de tratamento de complicações da gravidez na adolescência, ISTs e apoio às vítimas de violência sexual. Dessa forma, investir na educação para a sexualidade abrangente pode resultar em economias significativas para o sistema de saúde a longo prazo, além de promover uma sociedade mais informada e saudável.

1.2.4 Impactos culturais

Educar para a sexualidade deve ser compreendido como uma preparação abrangente para a vida pessoal, social, comunitária e familiar, fundamentada em valores de vida, civismo, amor, responsabilidade, dignidade e respeito humano (Revés, 2020). Segundo Louro (2008), a sexualidade é um processo contínuo,

influenciado por experiências sociais e culturais, e pelo aprendizado sobre prazer e qualidade de vida. Portanto, uma educação para a sexualidade eficiente e responsável busca proteger e informar crianças e adolescentes sobre os diferentes aspectos da sexualidade, prevenindo violências sexuais e conscientizando-os/as a não reproduzirem atos de violência e discriminação.

Estatísticas recentes sublinham a importância crucial dessa abordagem. Conforme já relatado pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, uma porcentagem significativa de meninas entre 13 e 17 anos já tiveram relações sexuais e engravidaram pelo menos uma vez. Além disso, dados de 2022 mostraram que uma parte significativa dos óbitos maternos no Brasil ocorreu entre adolescentes (Brasil, 2024a). Esses dados ressaltam a necessidade urgente de implementar uma educação para a sexualidade abrangente nas escolas para prevenir tais desfechos.

Além disso, a educação para a sexualidade é capaz de promover o senso crítico, incentivando os/as jovens a não se submeterem a padrões estéticos impostos e a lidarem com as mudanças corporais, cultivando autoestima e autocuidado (Aiache, 2023). Também tem um impacto positivo na fase jovem, ajudando-os/as a desenvolver relações saudáveis com amigos/as, parceiros/as e a sociedade em geral, além de capacitá-los/as a tomar melhores decisões no futuro. Projetos de educação para a sexualidade geralmente incluem tópicos essenciais para o amadurecimento e desenvolvimento pessoal, como anatomia, gênero e sexualidade (ASSEF, 2023).

Discutir sexualidade e identidade de gênero nas escolas desde a educação infantil tem o potencial de promover mudanças culturais positivas, levando à aceitação da diversidade sexual e de gênero. Estudos mostram que a educação para a sexualidade apropriada para a idade pode contribuir para prevenir a violência e discriminação de gênero e aumentar atitudes equitativas de gênero e a confiança dos/as estudantes (Canineu, Cabrera, Escudero, 2023). Ao abordar esses temas, os/as alunos/as podem desenvolver uma compreensão mais empática e tolerante das diferenças individuais.

Quanto mais cedo a sexualidade for discutida, melhor será para que crianças e adolescentes adquiram bons hábitos, tenham suas dúvidas esclarecidas e cuidem de sua própria saúde (Almeida e Centa, 2009). Isso também contribui para a formação de uma cultura inclusiva e respeitosa, combatendo a discriminação e a violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero.

Portanto, é essencial pesquisar e entender as percepções das famílias. Compreender essas percepções pode ajudar a desenvolver métodos eficazes, desde políticas públicas até a formação de professores/as, que envolvam as famílias como aliadas na luta contra a violência sexual infantil e de gênero. Isso possibilita contribuir para a construção de práticas educativas mais inclusivas, críticas e reflexivas, promovendo a cultura do respeito e uma sociedade mais justa e informada.

Após apresentar as vivências, motivações pessoais e as justificativas que orientaram a escolha do tema desta dissertação, é fundamental delinear a organização do trabalho. No próximo tópico, será apresentada a estrutura dos capítulos, descrevendo a progressão lógica da pesquisa.

1.3 Estrutura dos capítulos e progressão lógica da pesquisa

A dissertação foi organizada em capítulos, cada um dedicado a abordar um aspecto essencial da pesquisa, permitindo uma análise detalhada e progressiva do tema.

Portanto, após o primeiro capítulo com a introdução e contextualização da pesquisa dando destaque às motivações pessoais e justificativas que levaram à escolha do tema, descrevemos no segundo capítulo os caminhos metodológicos adotados na pesquisa. Este capítulo também detalha os procedimentos éticos seguidos, destacando a importância da confidencialidade e do consentimento informado, além de apresentar os riscos e benefícios associados à pesquisa. Além disso, aborda o armazenamento dos dados e a devolutiva aos/às participantes após a conclusão do estudo.

O terceiro capítulo apresenta o estado do conhecimento sobre a educação para a sexualidade na pré-escola. O capítulo contextualiza a pesquisa dentro da literatura existente, apresentando uma análise crítica dos principais estudos e teorias dos últimos cinco anos sobre o tema proposto. A revisão buscou identificar lacunas na literatura e justificar a relevância deste estudo, sintetizando as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que embasam a investigação.

No quarto capítulo, aborda-se a educação para a sexualidade na prevenção da violência sexual infantil. O texto trata da importância crucial da educação para a sexualidade como uma ferramenta preventiva contra a violência sexual infantil e

explora como a falta de informações e a persistência de tabus familiares podem aumentar a vulnerabilidade das crianças a esse tipo de violência. A educação para a sexualidade, especialmente no ambiente escolar, é apresentada como um meio de capacitar as crianças a reconhecerem e denunciarem situações de risco, promovendo assim um ambiente mais seguro e informando-as sobre seus direitos e a integridade corporal. Além disso, o capítulo enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada entre escola e família para que a prevenção seja eficaz e para que se construam bases sólidas de respeito e igualdade desde a primeira infância.

O quinto capítulo examina a evolução histórica da educação para a sexualidade na educação infantil, desde as primeiras discussões sobre saúde e moralidade até o reconhecimento de seu papel na pré-escola. Ele explora o arcabouço legal que respalda a implementação desse tema nas escolas, destacando os marcos legislativos nacionais. Além disso, aborda os desafios enfrentados, como tabus culturais e resistências sociais, e reflete sobre a importância de uma educação inclusiva, que respeite a diversidade e proteja os direitos das crianças.

O sexto capítulo aborda a importância da colaboração entre família e escola na educação para a sexualidade infantil. Ele enfatiza que essa parceria é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças, contribuindo para que lidem com questões corporais e emocionais de forma segura. O capítulo explora como a integração entre os ambientes familiar e escolar fortalece a prevenção da violência sexual e promove uma educação baseada em direitos humanos. Além disso, destaca a necessidade de políticas públicas e formação adequada dos/as profissionais da educação para garantir que essa educação seja eficaz e respeitosa, preparando as crianças para enfrentar os desafios contemporâneos.

O sétimo capítulo explora as regulamentações e diretrizes atuais que orientam a educação para a sexualidade no Brasil, destacando o papel dessas normas na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes. O capítulo analisa marcos regulatórios que, embora nem sempre abordem diretamente a educação para a sexualidade, integram aspectos essenciais como gênero, saúde e direitos humanos em seus objetivos. Além disso, discute a implementação dessas diretrizes no Rio Grande do Sul, onde iniciativas locais buscam promover uma educação inclusiva e abrangente. O capítulo também considera os desafios de implementação dessas políticas, enfatizando a necessidade de formação contínua de professores/as e a

superação de resistências culturais para garantir que essas normas realmente promovam um ambiente educacional seguro e respeitoso para todos/as os/as estudantes.

No capítulo 8, apresentamos a análise dos discursos provenientes das entrevistas realizadas com os núcleos familiares participantes, o que motivou a escolha do título "Percepções familiares". Inicialmente, contextualizamos o local da pesquisa, especificando o município onde o estudo foi conduzido, destacando o número estimado de habitantes e a quantidade de escolas que oferecem a educação infantil (pré-escolas) no município.

No capítulo final, serão apresentadas as considerações finais, destacando as principais conclusões da pesquisa e oferecendo reflexões sobre os avanços e desafios na implementação da educação para a sexualidade a partir da pré-escola. Além disso, serão sugeridos caminhos futuros para estudos e políticas públicas que possam fortalecer essa prática educativa, enfatizando a importância de incluir as famílias de forma ativa e colaborativa nesse processo. Essas propostas visam à construção de uma abordagem mais integrada e eficaz, capaz de promover a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças.

Essa estrutura permite uma discussão aprofundada do tema e garante que todas as etapas da pesquisa sejam claramente apresentadas e analisadas.

2. CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as percepções das famílias em relação à educação para a sexualidade na pré-escola como uma ferramenta para combater a violência sexual infantil. A opção pela pesquisa qualitativa deve-se à sua capacidade de proporcionar dados ricos e aprofundados, permitindo explorar as complexidades dos fenômenos além de suas aparências superficiais. Como destaca Minayo (2001, p. 21-22), a pesquisa qualitativa "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", buscando compreender as dinâmicas internas dos fenômenos estudados.

O estudo foi conduzido por meio de entrevistas com familiares e responsáveis por crianças matriculadas na pré-escola de escolas públicas de um município, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, que conta com uma população aproximada de 32.627 habitantes, segundo dados do IBGE levantados no ano de 2022 (IBGE, 2022). A escolha desse local foi motivada pela facilidade de acesso às instituições de educação infantil e às famílias, além da relevância do tema da educação para a sexualidade no contexto específico da região.

Sob essa ótica, optou-se pelo estudo de campo, considerando o interesse em explorar as percepções das famílias sobre a educação para a sexualidade na pré-escola como uma estratégia de combate à violência sexual infantil. Para isso, a próxima subseção é dedicada à apresentação dos instrumentos, técnicas e procedimentos utilizados na obtenção dos dados.

2.1 Levantamento de informações por meio de entrevistas com famílias

A metodologia adotada foi a pesquisa de campo, com coleta de dados diretamente no município onde se realizou a pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com familiares ou representantes das crianças matriculadas na pré-escola do ensino municipal, com o objetivo de compreender suas percepções sobre a educação para a sexualidade como ferramenta de combate à violência sexual infantil. Essas entrevistas permitiram aos/às participantes discorrerem livremente sobre suas visões, expectativas e preocupações em relação ao tema, proporcionando

flexibilidade e profundidade às questões abordadas. As perguntas utilizadas nas entrevistas podem ser vistas no Anexo I, sendo ajustadas conforme necessário, durante as conversas, para garantir um ambiente mais natural e dinâmico. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para análise, garantindo-se o anonimato dos/as participantes com o uso de pseudônimos.

O universo da pesquisa incluiu representantes de núcleos familiares com idades entre 30 e 45 anos, de crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola em instituições públicas do município. Segundo dados obtidos na Secretaria de Educação do município, o município conta com 11 escolas que oferecem a pré-escola dentro do perímetro urbano. Algumas escolas estaduais também cedem espaço para a pré-escola.

As escolas que oferecem a pré-escola no município são:

- E.M.E.F. Duque de Caxias (Bairro São Cristóvão);
- E.M.E.F. Giusto Damo (Bairro Santo Antônio);
- E.M.E.F. Irmã Odila Lehnen (Bairro São Francisco de Paula);
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Falcon (Bairro São José);
- Escola Estadual de Ensino Médio Cardeal Roncalli (Centro);
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Afonso Pena (Bairro Itapagé);
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Vergínio Cerutti – CIEP (Bairro Aparecida);
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Inácio (Bairro Santo Inácio);
- Escola Estadual Edgar Marques de Mattos (Bairro Primavera);
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima (Bairro Fátima);
- Escola Estadual Sepe Tiaraju (Centro).

A amostra foi definida por conveniência, com o objetivo de abranger a diversidade socioeconômica das famílias, incluindo diferentes classes sociais. Inicialmente, foram estimadas entrevistas com 7 famílias, das quais duas seriam consideradas como testes. As famílias participantes foram selecionadas de 5 escolas públicas situadas nos maiores bairros da cidade. O critério de saturação teórica foi utilizado para determinar o tamanho final da amostra (Fontanella, Ricas e Turato,

2008). A saturação em uma amostragem qualitativa ocorre quando os dados começam a se repetir, indicando que a coleta adicional não resultará em novas informações relevantes (Borsari, 2012).

2.2 Estruturação e interpretação dos dados

Para a estruturação e análise dos dados, foi adotada a análise do discurso proposta por Michel Foucault, que possibilita a identificação das relações de poder/saber presentes nos discursos e práticas sociais, assim como das estratégias de regulação e normalização que envolvem a educação para a sexualidade na educação infantil (Fischer, 2001). Após a realização das entrevistas, os dados foram organizados em categorias e codificados com o objetivo de identificar os principais temas, conceitos e relações de poder. A análise buscou revelar as crenças, valores, tabus e concepções de gênero e sexualidade, além das diferentes abordagens do tema e das resistências encontradas, assim como os padrões de significado atribuídos pelos participantes.

A análise do discurso, sob a perspectiva de Foucault, permite compreender como a linguagem e a comunicação influenciam e são influenciadas pelas relações de poder na sociedade (Foucault, 1972). Fischer (2001) complementa que, ao analisar o discurso, é necessário superar visões enraizadas que tratam os discursos como meros conjuntos de signos, revelando as intenções e representações ocultas.

A discussão e análise foram apoiadas em referenciais como *Guacira Lopes Louro, Jane Felipe*; *Michel Foucault*, entre outras obras que se aprofundam no universo da sexualidade, gênero e educação, contextualizando histórica e culturalmente os sentidos atribuídos pelas famílias à educação para a sexualidade e infância, sempre respeitando os princípios éticos e a privacidade dos participantes.

Os/as participantes da pesquisa foram selecionados/as de forma aleatória, e, após concordarem em participar, foram contatados com antecedência para o agendamento das entrevistas. As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos/as próprios/as participantes, com o intuito de proporcionar um ambiente confortável que preservasse sua privacidade e assegurasse liberdade de expressão. As transcrições das entrevistas foram cuidadosamente armazenadas em um pendrive, que ficará sob a guarda da pesquisadora pelo período de cinco anos, garantindo a

proteção e a confidencialidade dos dados coletados ao longo do estudo, após esse período as transcrições serão definitivamente deletadas.

Antes da realização formal das entrevistas, foi conduzido um teste piloto com duas famílias pertencentes ao público-alvo. Esse procedimento teve como propósito avaliar a clareza, precisão e relevância das perguntas, além de identificar possíveis vieses. O teste também permitiu medir o tempo de resposta, observar a dinâmica das entrevistas e verificar a qualidade dos dados coletados, o que possibilitou os ajustes necessários para as entrevistas subsequentes. No entanto, devido à relevância e profundidade das respostas obtidas durante o teste, decidiu-se incluir esses dados na análise do discurso, incorporando-os ao estudo como parte integrante.

2.3 Procedimentos éticos adotados

A pesquisa envolveu entrevistas semiestruturadas com núcleos familiares de crianças matriculadas na pré-escola e foi conduzida com base nas diretrizes estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Essa resolução é essencial, pois define as normas éticas e regulamentares para pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Seu propósito é garantir que os direitos e a dignidade dos/as participantes sejam respeitados e protegidos ao longo do processo de pesquisa. Em termos práticos, esses aspectos incluem o cuidado em preservar a identidade dos/as participantes, garantindo o sigilo das informações coletadas e assegurando que os dados sejam utilizados exclusivamente para fins científicos, sem exposição ou prejuízo para os/as envolvidos/as. Dessa forma, buscamos conduzir o estudo de maneira ética e cientificamente rigorosa, sempre priorizando o bem-estar e o respeito aos/às participantes.

De acordo com a Resolução 466/2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes, incluindo o respeito à dignidade e autonomia dos/as participantes, reconhecendo sua vulnerabilidade. A resolução também incorpora referenciais da bioética e visa assegurar os direitos e deveres dos/as participantes de pesquisa, da comunidade científica e do Estado (Brasil, 2012).

Essa resolução foi importante porque ajudou a garantir que as entrevistas fossem conduzidas de maneira responsável e ética, protegendo os direitos e o bem-

estar dos/as participantes. Além disso, ajudou a promover o desenvolvimento científico e tecnológico de maneira ética e socialmente responsável, sendo assim considerada fundamental para garantir a integridade e a qualidade deste trabalho.

A pesquisa seguiu um processo rigoroso para garantir que as entrevistas com os núcleos familiares de crianças da pré-escola fossem conduzidas de maneira ética e responsável. O primeiro passo foi garantir o Consentimento Livre e Esclarecido dos/as participantes. Nesse processo inicial, os/as participantes foram informados/as sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, benefícios e possíveis desconfortos que as entrevistas poderiam causar, assim como os riscos associados ao tema abordado. As explicações foram feitas no momento mais adequado, considerando as singularidades de cada participante, para assegurar que eles/as estivessem completamente cientes antes de concordar em participar.

Foi dada atenção especial à forma e à linguagem utilizadas, buscando as estratégias mais apropriadas para cada participante, levando em consideração sua condição socioeconômica, valores culturais e éticos. Os/as participantes receberam o tempo necessário para refletir sobre sua decisão de participar ou não das entrevistas. Além disso, todas as informações pertinentes à pesquisa foram apresentadas de maneira clara e detalhada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (anexo II), entregue antes das entrevistas para que os/as participantes tivessem total ciência dos objetivos e pudessem assinar ou recusar o consentimento.

2.4 Ponderação quanto aos riscos e benefícios da pesquisa

2.4.1 Quanto aos possíveis riscos

Antes da realização das entrevistas, foi feita uma avaliação cuidadosa dos potenciais riscos e benefícios para os/as participantes, tanto individual quanto coletivamente. Entrevistar famílias sobre educação para a sexualidade infantil apresentou desafios, como o possível constrangimento ou desconforto ao abordar um tema delicado. Portanto, a sensibilidade e o respeito ao abordar esses assuntos foram primordiais, e busquei estar preparada para lidar com reações negativas.

A privacidade dos/as participantes também foi uma preocupação central, uma vez que as entrevistas envolviam perguntas pessoais e íntimas. Para mitigar possíveis

invasões de privacidade, os/as participantes foram informados sobre o conteúdo da entrevista e deram seu consentimento informado antes de participar. Considerações sobre conflitos familiares, resistências culturais e religiosas, tabu e estigma também foram abordadas, já que a sexualidade infantil ainda é um tema delicado em muitas culturas. As entrevistas foram realizadas com cuidado para respeitar as opiniões e crenças dos/as participantes, garantindo o anonimato e a confidencialidade das respostas.

As informações fornecidas durante as entrevistas foram tratadas com o mais alto nível de confidencialidade. As respostas transcritas nesta dissertação foram codificadas com pseudônimos, como “Entrevista 01” ou “Entrevista 02”, e assim sucessivamente até o número máximo de participantes. Os dados não foram armazenados na nuvem, mas sim em um pendrive pessoal da pesquisadora, com acesso exclusivo, que serão guardados por cinco anos e, posteriormente, excluídos de forma definitiva.

Além disso, buscou-se criar um ambiente de entrevista acolhedor, escolhido pelos/as próprios/as participantes, para que se sentissem à vontade para compartilhar suas perspectivas sem medo de críticas ou estigmatização. As perguntas semiestruturadas formuladas durante as entrevistas eram abertas, permitindo que as famílias expressassem suas opiniões e abordagens sobre a educação para a sexualidade sem direcionamento para respostas específicas. Foi dado especial cuidado para ser culturalmente sensível, respeitando as diferenças religiosas e culturais que poderiam surgir.

Antes das entrevistas, foram fornecidas informações claras sobre o tópico da educação para a sexualidade infantil e seus objetivos, ajudando as famílias a se prepararem mentalmente para a discussão. A pesquisadora também buscou estar preparada para oferecer recursos de apoio emocional, caso a entrevista revelasse preocupações ou questões emocionais.

Após a conclusão das entrevistas e a transcrição das respostas, foi oferecida uma oportunidade para revisão do resumo planejado, com a oportunidade para que os/as participantes revisassem e corrigissem quaisquer informações imprecisas, garantindo a precisão dos dados coletados. Antes da realização da entrevista, o projeto de pesquisa foi submetido a uma revisão ética por um comitê de ética de pesquisa para garantir que todas as medidas de proteção fossem adequadas e que o

estudo estivesse em conformidade com os padrões éticos exigidos.

Seguindo essas diretrizes, e com um compromisso de sensibilidade e respeito pelos núcleos familiares envolvidos, buscamos minimizar os riscos associados às entrevistas, enquanto se buscava compreender a percepção familiar sobre a educação para a sexualidade na educação infantil (pré-escola), coletando informações de maneira ética e responsável.

2.4.2 Quanto aos benefícios da pesquisa

Entrevistar as famílias sobre a educação para a sexualidade na pré-escola apresentou diversos benefícios. Essas conversas criaram uma oportunidade valiosa para discutir um tema muitas vezes negligenciado, promovendo um diálogo aberto dentro das famílias, incentivando a criação de um ambiente onde os/as participantes se sentiram mais à vontade para responder às perguntas e discutir tópicos relacionados à sexualidade de forma respeitosa. Além disso, a pesquisa permitiu esclarecer que a educação para a sexualidade não visa ensinar as crianças a praticar sexo, mas sim ajudá-las a entender os riscos de comportamentos sexuais precoces ou inseguros.

As entrevistas também ajudaram as famílias a compreender o tema possibilitando desenvolver relações saudáveis com os/as filhos/as. Destacamos a importância de ensinar consentimento e comunicação, o que pode contribuir para o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais positivos ao longo da vida.

Ao abordar a educação para a sexualidade sob a ótica familiar, A pesquisa contribuiu para a redução de estigmas e tabus relacionados ao corpo, à sexualidade e às questões de gênero, promovendo uma compreensão mais saudável desses temas.

Dialogar sobre a educação para a sexualidade infantil com as famílias também ajudou a reduzir a ansiedade e o constrangimento que poderiam sentir. Além disso, a pesquisa facilitou a percepção da importância sobre o alinhamento entre escola e família, possibilitando que as escolas compreendam as percepções e expectativas das famílias, o que pode contribuir para uma abordagem mais consistente da educação para a sexualidade nas salas de aula.

Durante as entrevistas, foi possível sensibilizar as famílias sobre a importância

de iniciar a educação para a sexualidade desde cedo, incentivando-os a buscar recursos adicionais, como livros, cursos e apoio profissional, para se prepararem melhor para abordar o tema com seus/suas filhos/as. Aproveitamos a oportunidade para esclarecer que essa educação vai além das questões sexuais, englobando também aspectos de saúde e bem-estar, o que contribui para uma compreensão mais ampla da saúde física e emocional das crianças, além de promover sua segurança.

Em síntese, as entrevistas trouxeram diversos benefícios, desde o incentivo ao diálogo aberto até a oferta de ferramentas e conhecimentos fundamentais para que as crianças possam tomar decisões informadas sobre sua segurança, saúde e relacionamentos no futuro.

2.5 Quanto ao armazenamento dos dados

Os materiais resultantes da pesquisa serão mantidos sob a responsabilidade das pesquisadoras por um período de cinco anos. Após esse prazo, serão descartados de forma definitiva. Para o descarte, os dados armazenados em pendrives serão excluídos e os documentos físicos serão triturados em uma máquina específica e, em seguida, descartados como lixo seco.

2.6 Sobre a devolutiva aos/às participantes

Após a defesa da dissertação, planeja-se realizar um retorno aos/às participantes que contribuíram para a construção da pesquisa, oferecendo-lhes a oportunidade de refletir e fazer considerações sobre os resultados obtidos. Para isso, em diálogo com os/as próprios/as participantes, propomos enviar uma mensagem para os números de telefone fornecidos por eles/as, permitindo que recebam uma cópia do trabalho final de uma maneira que seja mais conveniente para cada um.

3. ESTADO DO CONHECIMENTO

> Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois (Benjamin, 1994, p. 37).

O estado do conhecimento é uma ferramenta essencial na construção de um projeto de pesquisa, pois permite que o pesquisador se atualize sobre as discussões mais recentes no meio acadêmico em relação ao tema investigado. Essa prática enriquece o conhecimento do/a pesquisador/a ao proporcionar acesso a leituras contemporâneas e relevantes, além de oferecer suporte para a construção de uma base teórica sólida. Ao compreender as tendências e descobertas mais recentes, o/a pesquisador/a pode elaborar um projeto de pesquisa mais inovador e bem fundamentado. Além disso, o estado do conhecimento auxilia na identificação de lacunas na literatura existente, orientando o desenvolvimento metodológico da pesquisa e possibilitando citações pertinentes e embasadas, que fortalecem a argumentação e a credibilidade do estudo.

De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p.155), o estado do conhecimento é descrito como o processo de identificar, registrar e categorizar a produção científica dentro de uma área específica e um determinado período. Isso inclui periódicos, teses, dissertações e livros relacionados a um tema específico. Esse processo é fundamental para promover a reflexão e síntese das informações, facilitando a inovação e a introdução de novas perspectivas na pesquisa.

Partindo desse entendimento, nossa investigação busca ampliar o conhecimento sobre o tema em questão. Utilizamos o Portal da CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações, que é uma ferramenta valiosa por reunir teses e dissertações de todo o país, atualizadas periodicamente permitindo refinar a busca por assunto, ano de publicação, área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração, entre outros critérios, o que facilita o acesso a informações relevantes e atuais para a pesquisa.

Para a presente pesquisa, foram utilizados oito descritores para a busca pelo estado do conhecimento. Os refinamentos escolhidos foram: Educação sexual AND infância; Infância AND educação sexual; Educação sexual AND crenças; Crenças AND educação sexual; Sexualidade AND pré-escola; Pré-escola AND sexualidade;

Educação sexual AND família; Família AND educação sexual. Esses descritores foram aplicados de duas formas, incluindo a inversão da ordem das palavras, para garantir a abrangência dos resultados, já que, em alguns casos, a inversão revelou trabalhos adicionais que não apareciam na busca inicial.

Utilizando o Portal da CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações, inicialmente foram encontrados 10 trabalhos considerados próximos ao tema de estudo. Esses trabalhos foram lidos, analisados e selecionados para servirem de referência na construção do referencial teórico. Esses trabalhos selecionados estão representados na tabela 2 abaixo, classificados como “interessam”.

Para refinar a busca no portal da CAPES, os seguintes filtros foram aplicados:

- **Temas:** 1. Educação sexual AND infância; 2. Infância AND educação sexual; 3. Educação sexual AND crenças; 4. Crenças AND educação sexual; 5. Sexualidade AND pré-escola; 6. Pré-escola AND sexualidade; 7. Educação sexual AND família; 8. Família AND educação sexual.
- **Tipo de documento**: Mestrado (dissertação) e doutorado (tese).
- **Período**: 2018 a 2022.

A escolha por pesquisar teses e dissertações dos últimos cinco anteriores a 2022, visou garantir a inclusão de temas mais atualizados e relevantes, proporcionando uma contextualização adequada à realidade atual. Quando a busca retornava um número excessivo de trabalhos (acima de 500), aplicamos filtros mais específicos na grande área do conhecimento e na área de conhecimento, selecionando as opções “Ciências Sociais Aplicadas”, “Educação”, “Psicologia” e “Ciências Sociais/Teologia”. Essa abordagem ajudou a focar em resultados mais pertinentes ao objetivo da pesquisa.

Outras opções de filtro, como área de avaliação, área de concentração, instituição, nome do programa, entre outras, não foram utilizadas porque frequentemente traziam resultados fora do escopo desta pesquisa.

Como a educação para a sexualidade é um tema amplo e discutido, usar descritores únicos como “educação sexual” ou “sexualidade” resultou em um número excessivo de resultados, muitos dos quais não estavam relacionados diretamente ao tema da pesquisa, tornando a busca mais complexa e demorada. Por isso, foram combinados descritores que faziam sentido para o objetivo da pesquisa, trazendo resultados mais específicos e relevantes.

A seguir, é apresentada uma tabela (**tabela 2**) detalhando os resultados antes e após a aplicação dos filtros, a base de busca, quantas pesquisas foram consideradas mais próximas ao tema de estudo (classificadas como “interessam”), e os quantitativos de teses e/ou dissertações considerados por cada filtro. Na **tabela 2**, os trabalhos selecionados são descritos por seus títulos, tipo de trabalho (tese ou dissertação), autores, ano, grande área, universidade e região, fornecendo uma visão abrangente e detalhada dos recursos utilizados na construção do referencial teórico.

Tabela 2 - Descrição da pesquisa

PORTAL DE BUSCA: CAPES							
DESCRITORES	**TOTAL**	**DISSERT.**	**TESES**	**ANO**	**ÁREA DO CONHEC.**	**TOTAL PÓS FILTROS**	**RELEV.**
Educação sexual AND infância. Data de busca: 16/01/2023	439	2	03	2018 a 2022	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	27	03
Infância AND Educação sexual. Data de busca: 16/01/2023	5.992	588	240	2018 a 2022	Ciências Humanas	828	01
Educação sexual AND crenças. Data de busca: 16/01/2023	138	03	02	2018 a 2022	Ciências Humanas	05	00
Crenças AND Educação Sexual. Data de busca: 16/01/2023	1468	1049	356	2018 a 2022	Ciências Humanas	37	00
Sexualidade AND pré escola. Data de busca: 16/01/2023	273	06	00	2018 a 2022	Ciências Humanas	06	00
Pré escola AND sexualidade. Data de busca: 17/01/2023	958	712	160	2018 a 2022	Ciências Humanas	18	01
Educação Sexual AND Família. Data de busca 18/01/2023	1.346	997	291	2018 a 2022	Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas	47	03
Família AND Educação Sexual. Data de busca: 18/01/2023	7.827	5.308	1.349	2018 a 2022	Ciências Humanas	234	02

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3 - Detalhamento e Descrição das Pesquisas Consideradas Relevantes

PORTAL DE BUSCA: CAPES						
TÍTULO	**TRAB.**	**AUTOR/A**	**ANO**	**ÁREA DO CONHEC.**	**UNIV.**	**REG.**
Sexualidade, Gênero e Infância: a relação escola, família e pediatria na Educação Sexual de crianças da Educação Infantil	Tese	Maria Fernanda Celli De Oliveira	2021	Ciências Humanas / Educação.	Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras UNESP – Campus de Araraquara	SP
Quando a Escola (des.) Protege: Formação de Professores para a Prevenção das violências Sexuais Contra Crianças e Adolescentes (Jaboatão dos Guararapes 2010-2017	Dissert.	Cinthia Câmara Azevedo Travassos Sarinho	2019	Ciências Humanas / Educação.	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)	PE
Violência Sexual Contra Crianças na Idade Pré – Escolar: Em foco, A percepção de Nove Gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil da DDZ/Leste da Cidade Manaus – AM	Dissert.	Rosana Trindade De Matos	2020	Ciências Humanas / Educação.	Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas	AM
O grito do Silêncio: abuso sexual infantil, proteção integral e família A Violência Doméstica Intrafamiliar e os desafios do Sistema de Garantia de Direitos	Dissert.	Carla Cristina Teodoro	2019	Ciências Humanas / Psicologia	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	SP
Administração da informação por mães heterossexuais informadas sobre a homossexualidade de seus filhos	Dissert.	Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves	2021	Ciências Humanas / Psicologia	Universidade Federal de São João del-Rei	MG
Ética Sexual Cristã e Moral Sexual Familiar em João Paulo II e em Casais da Pastoral Familiar de João Pessoa	Dissert.	Carlos Emanuel Cardoso De Lima	2021	Ciências Sociais / teologia	Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	PE
Resistências de crianças e adolescentes vítimas	Tese	Kátia Batista De Medeiros	2018	Educação	Universidade São Francisco	SP

de violência doméstica e a escola na rede de proteção						
“É algo socialmente construído”: gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes e estudantes	Tese	Rachel Luiza Pulcino de Abreu	2019	Educação	PUC-Rio	RJ
Em nome do pai, da mãe e dos filhos: a (des)ordem da família e suas regulações educacionais nos discursos pastorais da igreja católica	Tese	Cicero Edinaldo Dos Santos	2019	Educação	Universidade Federal do Ceará	CE
A escola que educa as famílias: Percepções e ações sobre a educação em um Espaço de Desenvolvimento Infantil	Tese	Amanda Morganna Moreira	2019	Educação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ

Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas no portal da CAPES foram realizadas nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2023. Os descritores iniciais resultaram em mais de 18.000 trabalhos Após a aplicação de filtros específicos, esse número foi reduzido para 1.202 trabalhos, dos quais apenas 10 foram selecionados por apresentarem relevância direta com o tema da pesquisa: “Educação sexual na educação infantil”.

Para ampliar a busca por teses e dissertações relacionadas ao tema, também utilizamos o portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Observamos que a maioria das pesquisas disponíveis na BDTD já apareciam no portal da CAPES, e, por isso, não foram duplicadas nas tabelas.

Os filtros de busca aplicados no portal da BDTD foram os mesmos descritores utilizados no portal da CAPES, abrangendo o período de 2018 a 2022. Essa escolha visa garantir a inclusão de trabalhos mais recentes e relevantes para a pesquisa.

Na **tabela 4** a seguir, apresentamos os resultados das buscas realizadas no portal da BDTD, detalhando os descritores utilizados e os trabalhos que não foram repetidos no portal da CAPES, mas que possuem relevância e conexão com o tema do estudo.

A tabela seguinte lista os trabalhos selecionados, especificando seus títulos,

tipo de trabalho (tese ou dissertação), autores, ano de publicação, grande área de conhecimento, universidade e região.

Tabela 4 - Descrição da Pesquisa II

PORTAL DE BUSCAS: BDTD						
DESCRITORES	**TOTAL**	**DISSERT.**	**TESE**	**ANO**	**TOTAL PÓS FILTROS**	**RELEVANTES**
Educação Sexual e infância (data de busca: 18/01/2023)	213	154	59	2018 a 2022	50	03
Infância e Educação Sexual (data de busca: 18/01/2023)	Idem a “Educação sexual e infância”. O portal BDTD, não traz resultados diferentes para o título inverso na busca.					
Educação sexual e crenças (data de busca: 18/01/2023)	74	51	23	2018 a 2022	14	01
Crenças e Educação Sexual (data de busca: 19/01/2023)	Idem a “Educação sexual e crenças”. O portal BDTD, não traz resultados diferentes para o título inverso na busca.					
Sexualidade e Pré Escola (data de busca: 19/01/2023)	218	157	61	2018 a 2022	55	01
Pré Escola e Sexualidade (data de busca: 19/01/2023)	Idem a “Sexualidade e Pré Escola”. O portal BDTD, não traz resultados diferentes para o título inverso na busca.					
Educação Sexual e Família (data de busca: 19/01/2023)	572	439	133	2018 a 2022	143	00
Família e Educação Sexual (data de busca: 19/01/2023)	Idem a “Educação Sexual e Família”. O portal BDTD, não traz resultados diferentes para o título inverso na busca.					

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 5 - Detalhamento e Descrição das Pesquisas Consideradas Relevantes – II

PORTAL DE BUSCAS: BDTD						
TÍTULO	**TRABALHO**	**AUTOR (A)**	**ANO**	**ÁREA DO CONHECIMENTO**	**UNIV.**	**REG.**
A Construção de Ações Educativas de Prevenção do Abuso Sexual na Infância.	Dissertação	Érica De Souza Paixão	2020	Ciências Humanas / Educação	Universidade Presbiteriana Mackenzie	SP
Gênero e sexualidade na primeira infância: Representações Sociais de Professoras da Educação Infantil	Tese	Ana Lúcia De Sousa	2019	Educação	Universidade Federal da Paraíba	PB
“Atira no coração dela”: Corpos e scripts de gênero na educação infantil	Dissertação	Michele Lopes Leguiça	2019	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
A educação para sexualidade nos anos iniciais	Dissertação	Fernanda Fernandes	2020	Educação	Universidade Federal do Paraná	PR
Entre bolas e bonecas, panelas e	Dissertação	João Fernando	2021	Educação	Universidade Estadual de	PR

carrinhos: Percepções acerca das questões de gênero e Sexualidade no trabalho pedagógico desenvolvido na educação infantil		De Araújo			Londrina - UEL	

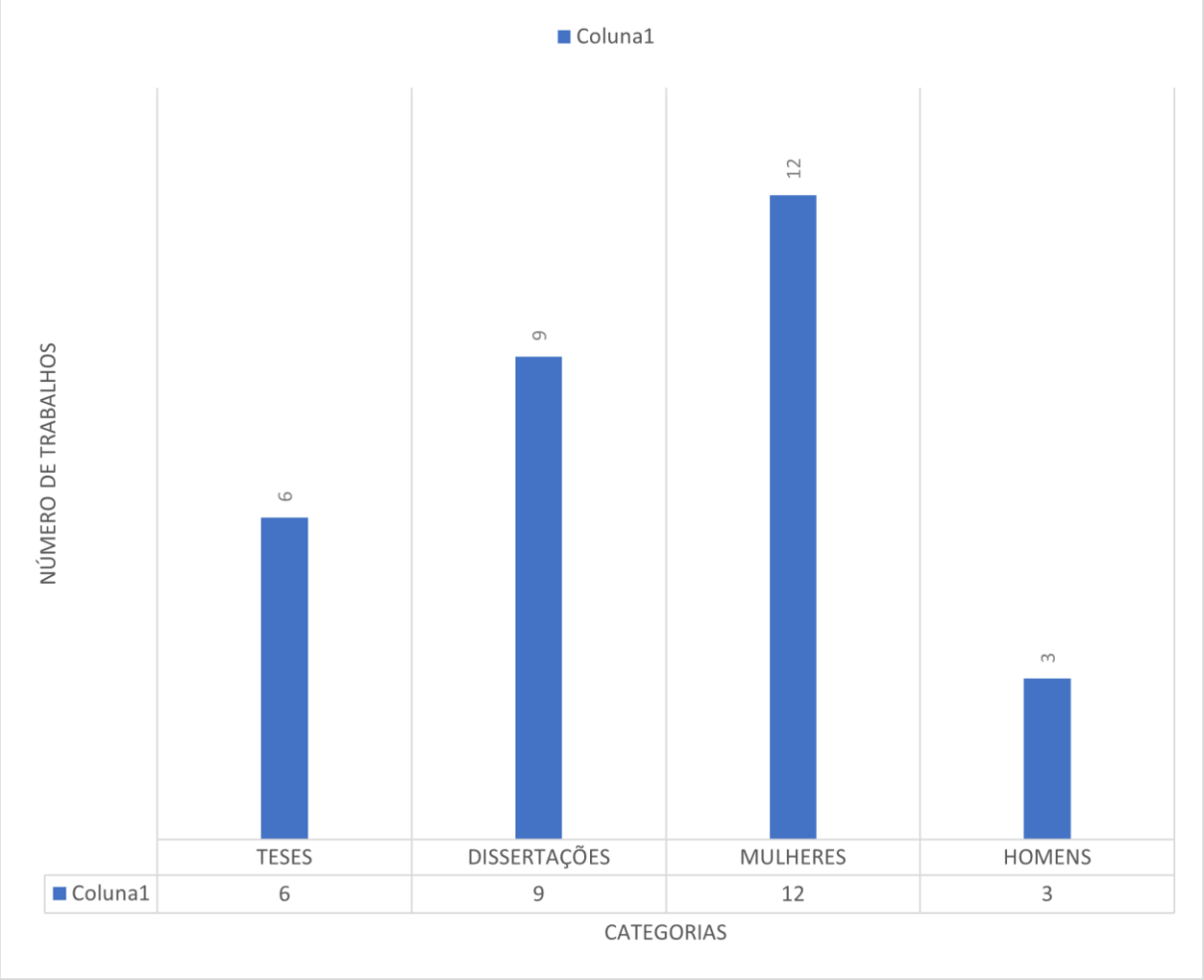
Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas para a dissertação foram realizadas no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos dias 18 e 19 de janeiro de 2022. Inicialmente, obtivemos mais de mil resultados. Após a aplicação de filtros para selecionar trabalhos publicados entre 2018 e 2022, restaram 262 documentos. Muitos desses já haviam sido encontrados anteriormente no portal da CAPES e, portanto, já estavam contabilizados na tabela de buscas anterior, eliminando a necessidade de mencioná-los novamente. Assim, permaneceram 5 trabalhos inéditos, os quais foram selecionados após leitura detalhada, por apresentarem relevância e interesse para o tema de pesquisa.

O portal SciELO também foi pesquisado entre os dias 17 e 19 de janeiro de 2022. No entanto, os poucos resultados obtidos repetiram-se com os já identificados nos portais da CAPES e da BDTD. Dos 11.895 resultados iniciais obtidos nos dois principais portais de busca (CAPES e BDTD), antes da aplicação dos filtros adicionais, constatou-se que a maioria dos trabalhos consistia em dissertações, predominantemente elaboradas por mulheres.

Ao final, selecionamos 15 trabalhos que demonstraram pertinência ao tema da pesquisa. Desses, apenas 3 foram escritos por homens. Esse resultado está ilustrado no **gráfico 1** a seguir, que também apresenta a distribuição entre teses e dissertações.

Gráfico 1 - Comparativo de resultados de busca na CAPES e BDTD entre: teses e dissertações, trabalhos de mulheres e homens após filtros.

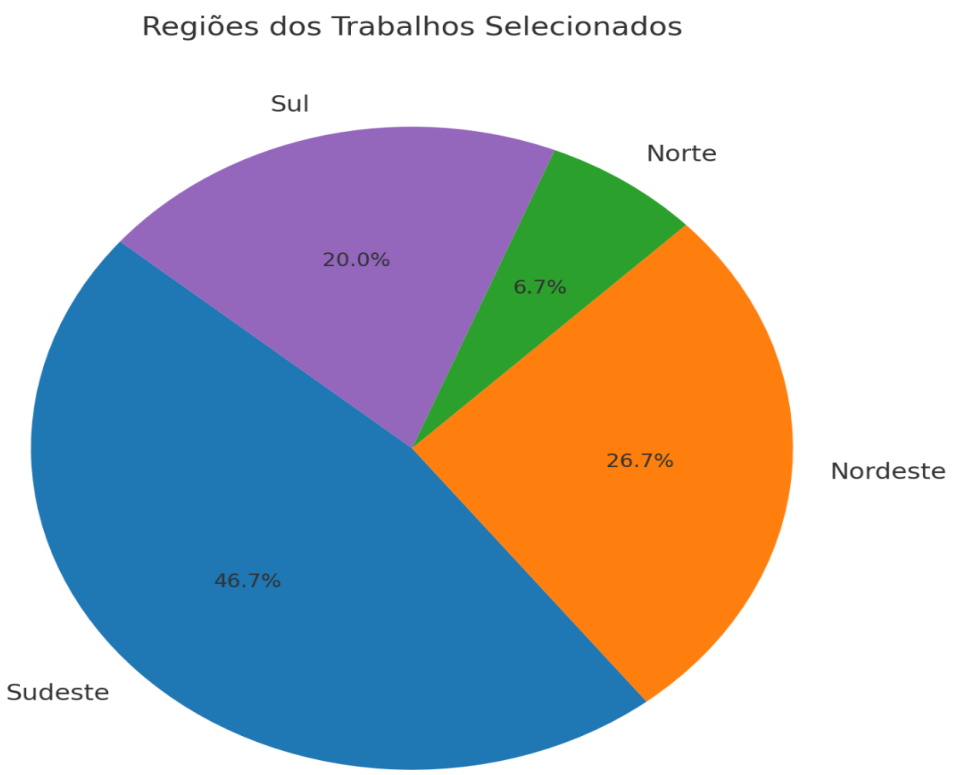


Elaborado pela autora.

O gráfico revela uma tendência de maior produção de dissertações em comparação com teses, evidenciando a predominância feminina na autoria dos trabalhos acadêmicos relacionados ao tema de interesse desta pesquisa.

As pesquisas foram realizadas abrangendo todas as regiões do Brasil. Contudo, os resultados mostraram uma maior concentração de trabalhos relevantes provenientes da região Sudeste, conforme ilustrado no **gráfico 2** a seguir.

Gráfico 2 - Percentual de trabalhos selecionados nos portais de buscas por região brasileira



Elaborado pela autora.

Os dados apresentados nos gráficos permitem concluir que a produção acadêmica em dissertações é predominante em relação às teses. Observa-se uma notável participação feminina na autoria desses trabalhos acadêmicos. Geograficamente, a região Sudeste se destaca como a principal produtora de trabalhos relevantes para a pesquisa, seguida pelas regiões Nordeste e Sul, enquanto a região Norte possui uma participação menor.

Essas análises podem direcionar futuras pesquisas e políticas de incentivo à produção acadêmica em regiões e grupos menos representados.

Esta pesquisa será realizada em uma cidade do noroeste do Rio Grande do Sul, com o objetivo de compreender as percepções do núcleo familiar sobre a inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta para combater a

violência sexual infantil. Até a data de início do projeto, não foram encontradas pesquisas com o mesmo objetivo ou foco neste local.

Nas pesquisas realizadas em diversas regiões, observou-se uma ampla gama de trabalhos entre teses e dissertações sobre educação para a sexualidade. A maioria dessas pesquisas aborda a perspectiva de educadores/as, alunos/as ou das políticas públicas de educação sexual. Embora existam muitos estudos sobre diferentes aspectos do tema, nenhum deles se propôs a compreender a percepção do núcleo familiar em relação à inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta de combate à violência sexual infantil. Apesar de o tema ser amplamente discutido, a maioria dos trabalhos encontrados destaca os tabus que a sociedade ainda mantém sobre o assunto. Contudo, nenhum dos estudos revisados até o momento abordou especificamente a percepção familiar sobre essa questão, o que reforça a relevância e a necessidade de seguir com a pesquisa.

Em relação aos trabalhos mencionados e considerados importantes para esta pesquisa, é crucial destacar que, embora nem todos sejam focados diretamente na educação infantil ou pré-escolar, eles tratam de temas relacionados à educação para a sexualidade e questões de gênero. Esses estudos são de grande relevância e interesse para o tema da pesquisa, pois contribuirão para enriquecer o conhecimento e servirão de apoio na construção do referencial teórico.

3.1 O que falam as pesquisas

Baseando-se no referencial teórico de Pierre Bourdieu e sua equipe, e utilizando os conceitos de habitus, capital cultural e econômico, herança cultural e gênero, a autora Oliveira (2021) busca analisar como a relação entre pediatria, escola e família pode influenciar e contribuir para a educação sexual de crianças na fase da educação infantil. Esse enfoque permitiu à autora compreender a complexidade das relações sociais estabelecidas entre esses agentes quando o tema é educação sexual.

A autora Oliveira (2021) utiliza a estrutura teórica de Pierre Bourdieu para explorar as dinâmicas sociais que afetam a educação sexual na infância. Ao considerar os conceitos de habitus, capital cultural e econômico, herança cultural e gênero, ela investiga como diferentes instâncias – pediatria, escola e família – podem

interagir e impactar a educação sexual das crianças. Essa abordagem é fundamental para entender as diversas influências e contribuições que esses agentes podem oferecer. Além disso, a utilização dessa base teórica destaca a complexidade das interações sociais e a importância de considerar múltiplos fatores e perspectivas ao abordar a educação sexual na infância.Com a pesquisa a autora, teve a pretensão de contribuir para o desenvolvimento integral da criança e a proteção da infância, favorecendo a reflexão e discussão sobre a importância da educação sexual de maneira adequada dentro do currículo escolar, valorizando e compreendendo essencialmente a sexualidade infantil.

Matos (2020) defende a importância do estudo da educação para a sexualidade, argumentando que a violência sexual viola os direitos humanos, especialmente dos grupos vulneráveis, como as crianças. O objetivo de sua pesquisa foi analisar a percepção de gestores/as de escolas sobre a educação sexual, particularmente no que diz respeito à violência sexual contra crianças na educação infantil. A pesquisa foi realizada nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) em Manaus, AM.

A autora investigou como as metodologias para enfrentar a violência sexual são aplicadas, identificando os obstáculos enfrentados na abordagem desse tema. A fundamentação teórica da pesquisa teve grande contribuição dos estudos de gênero e feministas.

Na conclusão, Matos enfatiza a necessidade de aumentar a visibilidade do que ela chama de empoderamento das crianças no ambiente escolar. Ela destaca a importância do trabalho conjunto dentro das instituições escolares para proteger as crianças contra a violência sexual. Além disso, a autora sublinha a importância de compreender todas as terminologias relacionadas ao tema e a necessidade de denunciar suspeitas de abuso. Também aponta para a necessidade de maior força política para garantir uma formação adequada aos/às trabalhadores/as da educação, permitindo a inclusão da discussão nos documentos oficiais e fornecendo materiais adequados.

A pesquisa de Matos (2020) aborda um tema crucial e sensível ao defender a educação sexual como um meio de proteção contra a violência sexual infantil. Ao focar na percepção dos/as gestores/as de escolas, a autora traz à tona as dificuldades e desafios enfrentados na implementação de metodologias eficazes para combater a

violência sexual infantil. A utilização de estudos de gênero e feministas como base teórica enriquece a análise, oferecendo uma perspectiva crítica e inclusiva.

A conclusão da pesquisa é particularmente poderosa ao enfatizar o empoderamento das crianças e a importância da colaboração entre todos os membros da instituição escolar. Quando a autora destaca a necessidade de uma abordagem abrangente que inclui a compreensão das terminologias, a denúncia de violências e a garantia de formação adequada para os/as profissionais da educação. A chamada para uma maior força política ressalta a necessidade de um apoio institucional robusto para efetivar essas medidas, sublinhando a importância de políticas educacionais que promovam a segurança e o bem-estar das crianças.

Na dissertação de Sarinho (2019), a autora aborda o papel da escola como um dos principais atores na rede de proteção à criança, especialmente na prevenção de violências como abusos sexuais e exploração sexual infantil. O estudo explora o processo histórico dos direitos das crianças dentro do contexto escolar e contribui para a formação de educadores/as sobre o tema.

A pesquisa utiliza referenciais teóricos da Sociologia da Infância e promove diálogos reflexivos sobre a temática, adotando uma abordagem interdisciplinar. O foco da pesquisa está na formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação no município de Jaboatão dos Guararapes, PE.

Sarinho busca compreender as limitações e possibilidades para identificar sinais de violência sexual e investigar as ações realizadas quando um caso de violência sexual é constatado na escola. A pesquisa abrange o período de 2010 a 2017, baseando-se na experiência de uma escola que implementou formação continuada sobre o tema de forma permanente.

O objetivo da pesquisa é colaborar com pesquisadores/as da infância e profissionais da educação, promovendo a formação continuada sobre educação para a sexualidade, o processo de notificação de casos e sugerindo possíveis caminhos para mudar a realidade.

A dissertação de Sarinho (2019) é uma contribuição significativa para a compreensão do papel das escolas na rede de proteção à criança. Ao problematizar a prevenção de violências, como violência sexual e exploração sexual infantil, a autora destaca a importância da formação de educadores/as para lidar com essas questões. A utilização da Sociologia da Infância como referencial teórico e a adoção de uma

abordagem interdisciplinar enriquecem a pesquisa, oferecendo uma perspectiva ampla e crítica sobre a temática.

A pesquisa destaca a relevância da formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação, evidenciando as dificuldades e oportunidades na identificação e manejo de casos de violência sexual. A experiência prática de uma escola que recebeu formação continuada fornece insights valiosos e práticos para outras instituições.

Ao focar na colaboração entre pesquisadores/as e profissionais da educação, Sarinho propõe um caminho para fortalecer a formação contínua sobre educação para a sexualidade e melhorar os processos de notificação e intervenção em casos de violência sexual. Essa abordagem não só promove a segurança e o bem-estar das crianças, mas também contribui para uma mudança cultural e institucional necessária para enfrentar esses desafios de maneira eficaz.

A pesquisa de Medeiros (2018) apresenta uma tese que discute as formas de resistência de crianças e adolescentes que sofrem violência doméstica, destacando a escola como uma das principais redes de proteção e garantia de direitos. A autora pressupõe que a escola pode favorecer o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes e investiga como a instituição tem respondido às diversas formas de violência infantil e juvenil.

Medeiros ressalta que a escola do século XXI desempenha um papel crucial na formação da subjetividade das crianças e adolescentes, sendo frequentemente o local onde as violências são manifestadas e reveladas. A pesquisa busca entender o desenvolvimento de possíveis estratégias de resistência por parte das vítimas e o papel da escola nesse contexto.

Na conclusão, a autora observa a capacidade dos sujeitos estudados de suportar, resistir e sobreviver após situações de privação e violência. Medeiros denuncia a falha da sociedade em proteger essas crianças e adolescentes, destacando que, frequentemente, quando tentam enfrentar a violência, eles são ainda mais ofendidos, machucados, humilhados e abusados.

Em resumo, a autora oferece uma análise profunda sobre as resistências desenvolvidas por crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, colocando a escola como um espaço vital de proteção e desenvolvimento. A autora questiona como a escola do século XXI, com seu papel na formação da subjetividade dos jovens,

está enfrentando as diversas formas de violência que se manifestam em seu ambiente.

A relevância da escola como um local onde as violências são reveladas é um ponto crucial da pesquisa. Medeiros destaca a importância de a instituição escolar estar preparada para identificar e intervir em casos de violência, fornecendo um ambiente seguro e de apoio para as vítimas. A investigação sobre as estratégias de resistência desenvolvidas pelos/as jovens oferece insights valiosos sobre como eles lidam com suas experiências traumáticas e como a escola pode apoiar esses processos.

A conclusão de Medeiros evidencia a resiliência dos/as jovens estudados/as, enquanto critica a sociedade por sua falha em protegê-los/as adequadamente. Essa pesquisa sublinha a necessidade urgente de políticas e práticas escolares mais eficazes e sensíveis à violência, além de reforçar a importância de um suporte institucional robusto para crianças e adolescentes vulneráveis.

Baseando-se nos referenciais teóricos de Michel Foucault, Joan Scott e Judith Butler sobre gêneros e sexualidades, Abreu (2019) investiga as relações de gênero permeadas por preconceitos e discriminações. O estudo examina como as identidades de gênero e sexualidades são construídas dentro dos espaços escolares, em meio às regulações heteronormativas.

O objetivo de Abreu foi investigar como as identidades de gênero e sexualidades são compreendidas nas escolas. Para isso, o autor compara uma escola com alto índice de intolerância à diversidade sexual com uma escola onde os/as estudantes apresentam baixo índice de intolerância.

As conclusões do autor destacam diferenças significativas na percepção da diversidade sexual e de gêneros entre meninas e meninos, destacando que meninas tendem a ter uma visão mais tolerante, enquanto a maioria dos meninos apresenta uma visão mais preconceituosa.

Do ponto de vista dos/as docentes, o autor observa que existem espaços para problematizar estereótipos de gênero e sexualidade. Encontrou professores/as que já abordam essas temáticas em sala de aula e que reforçam a importância da educação para a sexualidade no currículo escolar.

De forma geral, a pesquisa de Abreu (2019) oferece uma análise crítica sobre como as identidades de gênero e sexualidades são percebidas e construídas no

ambiente escolar, utilizando os importantes referenciais teóricos de Foucault, Scott e Butler. Ao focar nas diferenças entre escolas com distintos níveis de intolerância à diversidade sexual, fornece insights valiosos sobre as dinâmicas de preconceito e aceitação entre os/as estudantes.

A conclusão de que meninas tendem a ser mais tolerantes em relação à diversidade sexual, enquanto os meninos geralmente são mais preconceituosos, destaca a necessidade de intervenções educacionais que abordem essas disparidades de percepção de gênero desde cedo. Essa diferença de percepção entre os gêneros ressalta a importância de uma educação para a sexualidade inclusiva que promova a igualdade e o respeito à diversidade.

Além disso, a pesquisa sublinha a importância dos/as docentes na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo. O fato de existirem professores/as que já discutem estereótipos de gênero e sexualidade em sala de aula e que reconhecem a importância da educação para a sexualidade no currículo é encorajador. O que aponta para a necessidade de um suporte institucional contínuo e de políticas educacionais que incentivem a inclusão dessas temáticas de maneira sistemática e abrangente.

Em suma, o estudo de Abreu contribui significativamente para o entendimento das complexas relações de gênero e sexualidade nas escolas, ao mesmo tempo que destaca a importância de uma abordagem educativa que favoreça a diversidade e combata o preconceito.

A pesquisa de Teodoro (2019) aborda a violência doméstica contra crianças e adolescentes, com ênfase no abuso sexual infantil e no ambiente familiar. A autora analisa o atendimento das vítimas e de suas famílias dentro da rede de proteção integral. Além disso, busca compreender a construção histórica dos conceitos de família e criança, assim como os papéis sociais de cada membro da família na sociedade. Teodoro investiga como essas concepções influenciam o enfrentamento das situações de violência sexual infantil.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação na instituição CEDECA, localizada em Osasco, SP. Sua pesquisa aponta fragilidades no fluxo de atendimento, desarticulação da rede de proteção, dificuldades na inserção da família no sistema de proteção e a preocupação dos/as profissionais em proteger a criança vítima de violência. Ao investigar a rede de proteção integral, a autora destaca as deficiências no atendimento às vítimas e suas famílias. Essa abordagem revela a complexidade e

os desafios enfrentados na proteção das crianças vítimas de violência.

A construção histórica dos conceitos de família e criança, juntamente com os papéis sociais de cada membro, proporciona uma compreensão mais ampla de como essas dinâmicas influenciam a resposta à violência sexual infantil. Essa perspectiva histórica e sociológica é essencial para entender as barreiras e oportunidades no enfrentamento da violência.

A observação na instituição CEDECA permite uma análise prática e contextualizada, evidenciando fragilidades no fluxo de atendimento e na articulação da rede de proteção. A dificuldade de inserção da família no sistema de proteção aponta para a necessidade de estratégias mais eficazes e inclusivas. A preocupação dos/as profissionais em proteger a criança é um ponto positivo, por outro lado, a pesquisa destaca a necessidade de um sistema mais coeso e bem articulado para garantir uma proteção efetiva.

Em resumo, a pesquisa de Teodoro (2019) contribui significativamente para o entendimento das complexidades envolvidas na proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e doméstica. As conclusões da autora sublinham a importância de fortalecer a rede de proteção e melhorar a articulação entre seus componentes para proporcionar um atendimento mais eficaz e inclusivo.

Já a pesquisa de Lima (2020) oferece uma contribuição valiosa ao investigar como a moral sexual e matrimonial católica, baseada nos ensinamentos de João Paulo II, se estabelece como parâmetro para a vida familiar e a sexualidade. O estudo segue uma linha histórica, utilizando análises documentais do Pontificado de João Paulo II.

Lima busca ampliar o entendimento de como a Igreja Católica constitui e mantém sua doutrina moral, enfatizando a necessidade de dialogar com o mundo moderno para permanecer fiel a uma longa tradição. Essa pesquisa destaca a influência contínua dos ensinamentos da Igreja na vida de seus fiéis.

Em uma linha de pesquisa semelhante, Santos (2019) examina a ressignificação da ordem familiar nos discursos da Igreja Católica, analisando documentos pontifícios e conciliares distribuídos mundialmente entre os séculos XIX e XX. Utilizando uma abordagem foucaultiana, o autor faz uma análise dos discursos pastorais da Igreja, partindo da hipótese de que a salvação e a vida eterna são prometidas àqueles/as que obedecem às regras impostas pela Igreja.

Santos identifica três fundamentos influenciadores dos discursos da Igreja: a

Sagrada Escritura, a tradição apostólica e o Magistério da Igreja. O autor destaca o matrimônio sagrado entre um homem e uma mulher como a principal coluna desses discursos, embasado em três pressupostos fundamentais: a indissolubilidade do casamento, a fidelidade conjugal e a procriação. A pesquisa sublinha a importância da família na educação dos/as filhos/as, considerados os primeiros educadores.

O autor observa que esses discursos pastorais tendem a perpetuar-se nas futuras gerações, incentivando a honra, a castidade e a vigilância preventiva da família. Ao final da tese, Santos constata que a ordem da família é uma construção histórica, notando que o sacramento do matrimônio começou a ser questionado entre os séculos XIX e XX, junto com conceitos como casamento, amor romântico e procriação, especialmente após a introdução de métodos contraceptivos. Santos afirma ainda que a Igreja repudia essas mudanças e busca sempre reafirmar a ordem tradicional da família.

Em uma leitura analítica, constata-se que a pesquisa de Lima (2020) oferece uma análise detalhada e histórica da moral sexual e matrimonial católica, destacando a continuidade dos ensinamentos de João Paulo II na vida contemporânea dos/as fiéis. Ao explorar como a Igreja mantém sua doutrina moral, Lima contribui para um entendimento mais profundo da relação entre tradição religiosa e modernidade.

A investigação de Santos (2019) complementa essa discussão ao examinar a ressignificação da ordem familiar nos discursos da Igreja Católica. A abordagem foucaultiana do autor revela como os discursos pastorais da Igreja moldam as percepções e comportamentos de seus/suas seguidores/as, enfatizando a obediência às regras como caminho para a salvação.

Ambas as pesquisas destacam a importância do matrimônio e da família na doutrina católica, sublinhando os desafios enfrentados pela Igreja ao tentar manter suas tradições em um mundo em constante mudança. A constatação de Santos de que a ordem da família é uma invenção histórica que está sendo questionada nas últimas décadas fornece um insight crítico sobre as tensões entre tradição e modernidade.

Essas pesquisas são cruciais para entender as dinâmicas entre religião, moralidade e sociedade, especialmente no contexto das mudanças culturais e tecnológicas que desafiam as tradições estabelecidas.

Buscando contribuir para o debate sobre a relação entre família e escola,

Moreira (2019) analisa as percepções de docentes e familiares sobre a Educação Infantil, mapeadas entre 2016 e 2018. A autora parte da hipótese de que pode haver uma dissonância entre as expectativas dos/as professores/as e as concepções legais que fundamentam a Educação Infantil. Segundo Moreira, a maneira como o corpo docente interpreta a política da Educação Infantil pode influenciar as formas de relacionamento e interação estabelecidas entre escola e família.

Por outro lado, a autora propõe que as famílias procuram a escola por diversas razões, nem sempre previstas nas concepções legais da Educação Infantil, o que pode convergir com as visões dos/as professores/as e gerar micro conflitos no cotidiano escolar.

Após análises, a autora observa que os/as docentes reconhecem e valorizam a Educação Infantil como uma etapa importante do ensino, mas frequentemente veem a educação pública como um serviço assistencial destinado às camadas menos favorecidas da sociedade. Do ponto de vista das famílias, a Educação Infantil é percebida principalmente como uma alternativa pública e gratuita para cuidar dos/as filhos/as enquanto trabalham.

Ao final, a autora propõe que, se as famílias acompanharem mais de perto a prática docente e a rotina escolar de seus/suas filhos/as, suas percepções sobre a Educação Infantil tendem a mudar. Assim, a escola pode ser vista não apenas como um lugar seguro para deixar os/as filhos/as, mas também como um espaço de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Em resumo a pesquisa fornece uma análise detalhada e contextualizada das percepções de docentes e famílias sobre a Educação Infantil, destacando possíveis dissonâncias entre expectativas e práticas. A hipótese de que a interpretação das políticas educacionais pelo corpo docente influencia as interações entre escola e família é particularmente relevante, pois evidencia a importância de uma comunicação clara e alinhada entre todos/as os/as envolvidos/as no processo educacional.

A constatação de que os/as docentes veem a educação pública como um serviço assistencial sublinha a necessidade de uma mudança de perspectiva para reconhecer a Educação Infantil como uma etapa fundamental no desenvolvimento das crianças, não apenas como um apoio para famílias de baixa renda. Da mesma forma, a percepção das famílias sobre a Educação Infantil como uma solução prática para a supervisão dos/as filhos/as enquanto trabalham destaca a importância de promover a

valorização do papel educativo dessas instituições.

A proposta para um maior envolvimento das famílias na rotina escolar e nas práticas docentes é um ponto crucial. Este envolvimento pode transformar a percepção da Educação Infantil, ajudando a construir uma visão mais positiva e compreensiva sobre o papel educativo escolar. Promover uma colaboração mais estreita entre família e escola pode, assim, reduzir os micros conflitos e fortalecer a relação entre esses dois pilares fundamentais no desenvolvimento das crianças.

Em suma, a pesquisa da autora contribui para o entendimento das dinâmicas entre família e escola na Educação Infantil, apontando caminhos para melhorar essa relação e, consequentemente, o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Em sua dissertação, Paixão (2020) conduz uma pesquisa na cidade de Caieiras, SP, explorando um tema altamente relevante para a pesquisa atual. O objetivo da dissertação é investigar se as políticas públicas de educação do município atendem às expectativas para a prevenção e proteção das crianças no ambiente escolar. Nesse contexto, a autora questiona como as políticas educacionais abordam a prevenção da violência sexual infantil.

O autor identifica um dos maiores desafios através do depoimento da equipe gestora, que aponta a falta de formação dos/as professores/as e a resistência das famílias quando a temática da educação para a sexualidade é introduzida.

A dissertação do autor é uma contribuição importante para o estudo das políticas públicas de educação voltadas para a proteção infantil, uma vez que a abordagem de Paixão é relevante para qualquer contexto onde a proteção infantil é uma prioridade, incluindo a pesquisa atual.

A identificação de desafios como a falta de formação dos/as professores/as e a resistência familiar à educação sexual evidencia problemas que precisam ser enfrentados para melhorar a proteção das crianças. A formação adequada dos/as educadores é essencial para que possam abordar temas sensíveis com competência e sensibilidade. Além disso, a resistência das famílias sublinha a necessidade de estratégias de comunicação e envolvimento que possam educar e sensibilizar os núcleos familiares sobre a importância da educação para a sexualidade na proteção das crianças.

A pesquisa sugere que, para que as políticas públicas de educação sejam verdadeiramente eficazes na prevenção da violência sexual infantil, é fundamental

investir na formação contínua dos/as professores/as e desenvolver programas que envolvam as famílias de maneira construtiva. Essa abordagem integrada pode ajudar a criar um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, onde as crianças estejam protegidas e educadas sobre os riscos e as formas de prevenção à violência sexual.

Souza (2019) analisa, por meio de uma pesquisa realizada nos anos de 2018 e 2019, as representações sociais de docentes sobre gênero e sexualidade na Educação Infantil. A autora parte do pressuposto de que a escola, com a intenção de controlar e vigiar a Educação Infantil, se torna um espaço que legitima o silêncio ou a negação dessas questões.

Os resultados de sua pesquisa revelam que a escola, enquanto instituição, através das representações dos/as docentes, ainda contribui para a negação da sexualidade e influencia negativamente as relações de gênero entre as crianças da Educação Infantil. A pesquisa indica que, historicamente, o tema é tratado como um tabu, carregado de preconceitos, resultando em ações que limitam a liberdade e o desenvolvimento das crianças.

A autora enfatiza a importância e a necessidade de mudar esses paradigmas, sugerindo a criação e manutenção de espaços discursivos e reflexivos. Esses espaços contribuiriam para que docentes e profissionais das escolas possam enfrentar e superar os desafios cotidianos relacionados a gênero e sexualidade.

A pesquisa destaca um problema significativo na Educação Infantil: a perpetuação do silêncio e da negação em relação a gênero e sexualidade. A constatação de que as escolas, através das representações dos/as docentes, ainda reforçam preconceitos e influenciam negativamente as relações de gênero é alarmante. Isso indica que, apesar dos avanços em outras áreas, a Educação Infantil continua a ser um espaço onde questões fundamentais sobre identidade e igualdade são negligenciadas.

A autora aponta para a importância de mudar esses paradigmas. A criação de espaços discursivos e reflexivos é essencial para que os/as educadores possam abordar essas questões de maneira aberta e informada. Isso não só ajudaria a combater os preconceitos, mas também a promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso para as crianças.

Esta pesquisa sublinha a necessidade de formação contínua para os/as docentes, para que possam lidar com temas de gênero e sexualidade de forma

competente e sensível. Além disso, envolver a comunidade escolar em discussões sobre esses temas pode contribuir para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora.

Em suma, o estudo de Souza (2019) é uma chamada à ação para que as instituições de ensino reconheçam e enfrentem os preconceitos históricos e culturais que ainda influenciam negativamente a Educação Infantil. Promover a educação inclusiva desde cedo é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Leguiça (2019), as crianças, desde muito cedo, mostram curiosidade e formulam hipóteses sobre o corpo, bem como sobre as relações de gênero e sexualidade. A autora investigou como os scripts de gênero são construídos na infância e procurou identificar as intersecções e influências que podem surgir na educação infantil e que podem perpetuar desigualdades. A pesquisa foi realizada acompanhando crianças de 5 a 6 anos em uma escola da periferia de Uruguaiana, RS.

Após a análise, Leguiça concluiu que a escola é uma instituição que genericamente reproduz scripts de gênero; os corpos das crianças são controlados por uma lógica sexista, classista, misógina e racista, o que resulta no aumento das desigualdades. A autora também discutiu o papel do poder disciplinar e pastoral, sugerindo que eles contribuem para o controle dos corpos infantis e também enfatiza a necessidade de capacitar os/as docentes para que estejam melhor preparados/as para abordar essas questões no ambiente escolar.

A pesquisa oferece uma visão crítica e necessária sobre como a educação infantil pode perpetuar scripts de gênero e desigualdades. A observação de que as crianças manifestam curiosidade sobre o corpo e as relações de gênero desde cedo é importante para entender a formação das suas identidades e percepções.

A conclusão de que a escola atua como uma reprodutora de scripts de gênero e que os corpos das crianças são controlados por lógicas opressoras revela a necessidade urgente de uma transformação nas práticas educativas. Essa dinâmica perpetua desigualdades e impede o desenvolvimento de um ambiente inclusivo e igualitário para todas as crianças.

Leguiça destaca o papel do poder disciplinar e pastoral na manutenção dessas desigualdades, sugerindo que essas estruturas contribuem para o controle dos corpos

infantis. A recomendação para a capacitação dos/as docentes é um ponto crucial uma vez que preparar os/as educadores para lidar com questões de gênero e sexualidade de forma sensível e informada pode ajudar a desconstruir essas lógicas opressoras e promover um ambiente escolar mais justo.

Por fim, a pesquisa sublinha a importância de repensar e reformar as práticas educacionais para combater a reprodução de desigualdades de gênero e outras formas de discriminação. Criar um ambiente educativo inclusivo e igualitário é fundamental para o desenvolvimento saudável e integral das crianças.

Em sua pesquisa, Fernandes (2020) ressalta que, embora a mídia moderna proporcione acesso contínuo a conteúdos sobre sexualidade, a abordagem deste tema no ambiente escolar, sob aspectos biológicos, culturais e sociais, ainda provoca controvérsias e divide opiniões. A autora defende que, como instituição social, a escola tem o dever de promover o desenvolvimento integral dos/as estudantes, indo além da aprendizagem convencional. É imperativo que a escola fomente o diálogo, esclareça dúvidas e impeça a perpetuação de antigos tabus.

Fernandes investiga, as contribuições da discussão sobre educação para a sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental. Problematiza a questão de como a educação para a sexualidade pode ser abordada e discutida através de uma sequência didática nas aulas de ciências do quinto ano. Após analisar os dados da pesquisa, a autora observa que a abordagem didática promoveu a discussão, reflexão e conscientização sobre a sexualidade entre os/as estudantes, articulando aspectos biológicos com socioculturais.

Os resultados destacam a importância da inserção da educação para a sexualidade no currículo escolar. Fernandes acredita que a educação para a sexualidade pode contribuir significativamente para o enfrentamento de desafios de políticas públicas, como a violência sexual e as doenças sexualmente transmissíveis, além de formar crianças sexualmente saudáveis, que crescerão como adultos/as conscientes e responsáveis por seus corpos e direitos sexuais.

Sua pesquisa traz uma contribuição notável ao campo da educação sexual, oferecendo insights críticos sobre a importância e os desafios de incorporar este tema no currículo escolar. A autora destaca uma realidade contemporânea onde, apesar do amplo acesso à informação via mídia, a educação para a sexualidade no ambiente escolar ainda encontra resistência e gera polêmica.

A visão da autora de que a escola deve promover o desenvolvimento integral do/a aluno/a é fundamental pois, a capacidade de fomentar diálogos abertos sobre sexualidade e desmantelar tabus enraizados é crucial para a formação de sujeitos informados e conscientes. A abordagem didática que integra aspectos biológicos e socioculturais exemplifica uma metodologia eficaz para abordar temas complexos de maneira holística.

Os resultados da pesquisa reafirmam a necessidade de inserir a educação para a sexualidade na escola, não apenas como uma medida preventiva contra violência sexual e doenças, mas também como um componente essencial da formação integral das crianças. A educação para a sexualidade, quando bem implementada, pode empoderar crianças e jovens, fornecendo-lhes o conhecimento e as habilidades necessárias para tomar decisões informadas sobre seus corpos e suas vidas.

Em um contexto onde a desinformação e os tabus ainda prevalecem, a pesquisa de Fernandes ilumina caminhos práticos e teóricos para transformar a educação para a sexualidade em uma ferramenta poderosa para a promoção da saúde, igualdade e respeito pelos direitos sexuais. Esta abordagem não só beneficia os sujeitos, mas também contribui para uma sociedade mais consciente e justa.

Partindo para outra pesquisa, Araújo (2021), questiona como o trabalho pedagógico na educação infantil aborda questões de gênero e sexualidade e como isso contribui para a formação de sujeitos menos preconceituosos, partindo do princípio de que a função social da educação é valorizar e respeitar as diferenças e a diversidade. Para responder a essa questão, o autor investiga a percepção e as práticas docentes relatadas, tentando compreender se e como essas questões são discutidas no contexto pedagógico.

Araújo observa que os/as docentes abordam questões de gênero e sexualidade através de brincadeiras, rodas de conversa, literatura infantil e discussões sobre a separação de brinquedos entre meninos e meninas. O autor nota que estão sendo desenvolvidos projetos específicos para tratar esses temas de maneira adequada com as crianças, sugerindo um movimento em direção à ressignificação das relações sociais que destacará a desigualdade de gênero e sexualidade.

No entanto, aponta que a visão biológica de gênero e sexualidade ainda é prevalente entre os/as docentes, com uma tendência a tratar esses conceitos como "naturais" ou intrínsecos, ignorando sua construção social. O autor ressalta a

necessidade de repensar as políticas públicas educacionais, destacando que as questões de gênero e sexualidade são tratadas de maneira superficial desde a formação inicial dos/as educadores.

A pesquisa de Araújo (2021) oferece uma análise importante sobre a abordagem de gênero e sexualidade na educação infantil, destacando tanto os progressos quanto os desafios que ainda persistem. A inclusão dessas questões no trabalho pedagógico através de práticas lúdicas e projetos específicos é um passo significativo para criar um ambiente educacional mais inclusivo e consciente das diversidades.

Contudo, a predominância de uma visão biológica sobre gênero e sexualidade entre os/as docentes revela uma área crítica que precisa ser transformada. Tratar gênero e sexualidade como construções sociais, e não como aspectos intrínsecos ou "naturais", pode ser fundamental para combater preconceitos e promover a igualdade. Essa mudança de perspectiva pode exigir uma formação inicial e contínua dos/as educadores que seja profunda e bem fundamentada.

Em suma, a pesquisa de Araújo sublinha a importância de repensar as políticas públicas educacionais para garantir que as questões de gênero e sexualidade sejam adequadamente abordadas desde a formação dos/as docentes. Desta forma seria possível avançar na construção de uma sociedade que valorize e respeite verdadeiramente as diferenças e a diversidade, formando sujeitos mais conscientes e menos preconceituosos. A pesquisa destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre gênero e sexualidade na educação infantil, essencial para a formação de uma geração mais justa e equitativa.

3.2 Considerações acerca do Estado do Conhecimento

É importante destacar que as pesquisas apresentadas neste Estado do Conhecimento não são as únicas a tratar do tema "educação sexual ou para a sexualidade". Existem muitos outros trabalhos relevantes, incluindo artigos, teses e dissertações anteriores a 2018, que, embora não sejam recentes, podem enriquecer significativamente o conhecimento na área. Além disso, é provável que novas pesquisas surjam após a data final deste levantamento.

A pesquisa aqui descrita não tem a pretensão de quantificar exatamente o

número de trabalhos dos últimos anos entre teses e dissertações que abordam temas semelhantes. A seleção foi feita com base em descritores que buscavam resultados com maior potencial de influência na área e no tema, dentro do período proposto. Portanto, o número exato de pesquisas sobre o tema pode não estar completamente representado aqui, mas cada produção selecionada é relevante e contribui significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Outro ponto relevante é que, embora as bases de dados apresentem uma quantidade significativa de pesquisas sobre educação para a sexualidade, a maioria aborda as perspectivas de professores/as e está focada no público adolescente. Há pouquíssimos artigos que exploram a educação para a sexualidade na educação infantil, e entre as pesquisas encontradas, nenhuma investiga a percepção do núcleo familiar sobre a educação para a sexualidade na pré-escola ou a considera como ferramenta de combate à violência sexual infantil. A maioria dos trabalhos enfoca a ótica docente ou o diálogo entre docentes e famílias, evidenciando a necessidade urgente de fomentar pesquisas que considerem a perspectiva familiar.

A educação para a sexualidade na educação infantil é um tema amplamente discutido na literatura científica brasileira. Segundo Danzmann e colaboradores (2022), embora a discussão ainda seja escassa, o tema tem ganhado espaço nos últimos anos. Os/as autores/as alertam que a falta de debate pode perpetuar equívocos e mitos sobre a interseção entre sexualidade, educação e infância.

Siqueira e Nascimento (2020) refletem sobre como o ensino de educação para a sexualidade pode contribuir para a formação das crianças na educação infantil, destacando a necessidade de uma ação conjunta entre família, escola e sociedade. Entretanto, questões culturais e a falta de discussões adequadas muitas vezes impedem uma abordagem eficiente.

Em um contexto internacional, Garbarino (2021) discute como o tabu em torno da educação para a sexualidade é gerado e perpetuado desde a infância, enfatizando a importância de abordar o tema desde cedo para evitar preconceitos e desinformação.

A Suécia, conforme relatado por Paula (2023), foi o primeiro país a incluir a educação para a sexualidade no currículo escolar desde a pré-escola, apresentando resultados positivos, como crianças mais informadas e menos vulneráveis a abusos. A abordagem sueca, que foca na igualdade de gênero e no direito individual sobre o

próprio corpo, é apoiada por muitas famílias e serve como modelo na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Esses exemplos destacam a relevância e a necessidade de expandir as discussões e pesquisas sobre educação para a sexualidade na educação infantil, principalmente na pré-escola, considerando especialmente a perspectiva familiar e seu potencial como ferramenta de combate à violência sexual infantil.

4 EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

O Anuário de Segurança Pública de 2022 destaca a necessidade urgente de coletar, analisar e refletir sobre os dados relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Desde 2019, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública passou a diferenciar os registros de estupro daqueles relacionados ao estupro de vulneráveis, revelando uma realidade alarmante: 53,8% dos casos envolvem meninas com menos de 13 anos (Temer, 2022). Essa distinção é essencial, conforme aponta Temer, pois permite uma compreensão mais precisa da magnitude dos crimes cometidos contra crianças e vulneráveis. Isso possibilita o desenvolvimento de políticas públicas voltadas não apenas para a repressão, mas, sobretudo, para a prevenção, abordando o problema de maneira mais eficaz e direcionada.

Essa análise reflete a importância de abordagens mais específicas e informadas no combate à violência sexual infantil, evidenciando que a prevenção deve ser uma prioridade nas estratégias de segurança pública.

O Anuário de Segurança Pública de 2022 não apenas atualiza as estatísticas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, mas também amplia o escopo do que é considerado violência sexual, incluindo crimes como a exploração sexual e a exposição por meios digitais. Esse dado sublinha o impacto crescente da tecnologia nesses crimes, evidenciando que o ambiente digital se tornou uma nova fronteira para a violência sexual infantil (Temer, 2022). O fato de que a maioria dos agressores ou agressoras são pessoas conhecidas, muitas vezes familiares das vítimas, coloca em foco a necessidade de estratégias preventivas que vão além das respostas punitivas, abordando o problema em sua raiz, dentro do círculo familiar.

Nesse contexto, a educação para a sexualidade surge como uma ferramenta crucial, especialmente no ambiente escolar. A escola pode desempenhar um papel preventivo fundamental, não apenas ao identificar e denunciar a violência sexual infantil, mas também ao educar as crianças sobre seus corpos e direitos. Segundo Temer (2022), para que a educação para a sexualidade seja realmente eficaz, é essencial que as famílias superem os tabus e preconceitos relacionados ao tema. A resistência familiar à educação para a sexualidade muitas vezes está ligada ao medo e à desinformação, mas é vital que familiares e responsáveis reconheçam que essa

educação, desde a infância, pode proteger as crianças, ajudando-as a identificar situações de violência e a denunciar precocemente.

A inclusão de novas formas de violência sexual no *Anuário* reforça a necessidade de uma abordagem multifacetada na proteção infantil, integrando medidas legais, educacionais e culturais. Além disso, a ênfase na educação para a sexualidade mostra que a prevenção não é apenas uma questão de políticas de segurança pública, mas também de mudanças culturais profundas dentro das famílias e da sociedade.

Estatísticas mostram que os casos de violência sexual frequentemente ocorrem dentro do ambiente familiar, o que pode dificultar que a criança denuncie ou busque ajuda. A Lei 13.431/2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), sublinha a importância de uma escuta especializada e acolhedora para as vítimas, demonstrando o papel fundamental da escola como observadora e incentivadora na proteção contra a violência infantil (Brasil, 2017a).

Além disso, a subnotificação dos casos de violência sexual, apontada por Bueno e colaboradores (2023), indica que os dados oficiais representam apenas uma parcela do problema. O cenário é ainda mais desafiador quando se considera que as vítimas muitas vezes enfrentam dificuldades para reconhecer e denunciar a violência, especialmente em contextos onde a violência está profundamente enraizada nas dinâmicas familiares.

A pesquisa de Hietamäki e colaboradores (2024) reforça essa realidade ao mostrar que muitas crianças não revelam as violências que sofreram devido ao medo, vergonha ou falta de confiança nos familiares. Esse dado ressalta a necessidade de criar ambientes seguros e acolhedores, tanto em casa quanto na escola, para que as crianças possam se sentir encorajadas a revelar situações de risco e violência.

Portanto, a educação para a sexualidade deve ser vista como uma ferramenta fundamental na promoção dos direitos humanos e no combate à violência sexual infantil. Implementada de forma integrada entre família e escola, essa educação contribui para o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para viverem de maneira segura, saudável e respeitosa em sociedade.

4.1 Principais canais de denúncia de violência sexual infantil no Brasil

No Brasil, existem diversos canais para denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes. Esses canais oferecem atendimento e suporte tanto para as vítimas quanto para aqueles/as que desejam relatar casos de violência. A seguir, abordamos os principais:

• **Disque 100 (Disque Direitos Humanos):** Este é o principal canal de denúncia para casos de violência contra crianças e adolescentes, incluindo violência sexual. As denúncias podem ser feitas anonimamente, e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo feriados. O Disque 100 também está disponível via WhatsApp pelo número (61) 99656-5008.

• **Aplicativo Direitos Humanos Brasil:** Este aplicativo permite realizar denúncias de violações de direitos humanos, incluindo violência sexual contra crianças e adolescentes, de maneira anônima. Ele está disponível para download em dispositivos móveis nas lojas de aplicativos, como a Google Play Store para dispositivos Android e a Apple App Store para dispositivos iOS.

• **Conselhos Tutelares:** Os Conselhos Tutelares são órgãos municipais que atuam na proteção de crianças e adolescentes. Eles recebem denúncias de violência sexual e encaminham os casos para as autoridades competentes. Cada município tem pelo menos um Conselho Tutelar.

Na cidade de Frederico Westphalen, onde foi realizado o estudo desta dissertação, o Conselho Tutelar está localizado na Rua do Comércio, 981, Sala 1, no centro da cidade. Esse órgão é o principal ponto de apoio para denúncias e medidas protetivas, mas sua atuação pode ser limitada pela falta de uma estrutura policial especializada, exigindo maior articulação com outros serviços e instituições para garantir o atendimento adequado às vítimas.

• **Polícia Militar (190):** Em casos de emergência, a Polícia Militar pode ser acionada pelo telefone 190. Esse canal deve ser utilizado para situações em que a criança ou adolescente esteja em risco iminente de violência.

• **Delegacias Especializadas:** Existem delegacias especializadas na proteção de crianças e adolescentes, como as Delegacias da Criança e do Adolescente (DPCA), que recebem denúncias e investigam casos de violência sexual.

Na cidade investigada pela dissertação, não há Delegacia Especializada na proteção de crianças e adolescentes, como as DPCA. Essa carência representa um

desafio significativo na resposta e no enfrentamento da violência sexual contra crianças, já que as delegacias especializadas são fundamentais para receber denúncias, conduzir investigações e oferecer um atendimento mais sensível e especializado às vítimas. A ausência dessas estruturas pode dificultar o processo de denúncia e a proteção adequada das crianças e adolescentes, exigindo que as vítimas e suas famílias recorram a outros canais de denúncia e apoio, como o Disque 100, os Conselhos Tutelares ou as delegacias comuns, que nem sempre estão preparadas para lidar com a complexidade desses casos.

• **Ministério Público:** O Ministério Público também recebe denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes e pode atuar para garantir a proteção das vítimas. As denúncias podem ser feitas diretamente nas promotorias de Justiça.

Em Frederico Westphalen, as denúncias podem ser feitas diretamente na Promotoria de Justiça da cidade, localizada na Rua Tenente Lira, 80, Centro. Telefone: (55) 3744-4633. O Ministério Público tem a função de proteger os direitos das vítimas e promover as medidas judiciais necessárias para garantir a segurança e o bem-estar das crianças e adolescentes.

• **Ouvidorias de Direitos Humanos:** Além do Disque 100, as ouvidorias estaduais e municipais de direitos humanos também recebem denúncias e podem encaminhá-las para os órgãos responsáveis.

Para entrar em contato com a Ouvidoria Estadual dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, é possível utilizar os seguintes canais: Telefone: 0800-541-1211 (disponível de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h), E-mail: ouvidoria@seguridadedohumanors.rs.gov.br, ou pelo endereço: Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Rua Miguel Teixeira, 86 - Porto Alegre, RS.

A Ouvidoria está ligada à Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do RS, localizada em Porto Alegre, e recebe denúncias e queixas sobre violações de direitos humanos, incluindo casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Atualmente, Frederico Westphalen não possui uma ouvidoria municipal específica para direitos humanos. Nesses casos, as denúncias podem ser feitas diretamente na Ouvidoria Geral do município ou encaminhadas para a Ouvidoria Estadual.

Endereço da Ouvidoria Geral do Município: Rua do Comércio, 976, Frederico Westphalen, RS. Telefone: (55) 3744-6111.

As denúncias feitas na ouvidoria municipal serão encaminhadas para os setores competentes, incluindo o Conselho Tutelar ou outras autoridades responsáveis por tratar de violações de direitos humanos no município.

• **CRAS e CREAS:** Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) também oferecem suporte a vítimas de violência sexual e podem encaminhar os casos para as autoridades competentes.

Nem todas as cidades possuem tanto CRAS quanto CREAS, sendo que esses centros são implantados conforme a demanda e o porte do município, com o objetivo de oferecer serviços de assistência social. O CRAS atua como a porta de entrada da assistência social e oferece serviços de proteção básica para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. O CREAS, por sua vez, oferece serviços especializados para casos de violações de direitos, como violência sexual.

No município de Frederico Westphalen, RS, o CRAS está localizado na Rua José Cañellas, 475. Telefone: (55) 3744-6943.

O CREAS, por sua vez, está localizado na Rua Monsenhor Vitor Batistella, 598. Telefone: (55) 3744-6946.

Esses centros desempenham um papel crucial no suporte social e no encaminhamento de casos de vulnerabilidade e violência, incluindo violência sexual contra crianças e adolescentes. O CRAS e o CREAS oferecem serviços que abrangem desde o atendimento inicial até o acompanhamento especializado, garantindo que as vítimas recebam o apoio necessário. Além disso, esses canais funcionam como uma ponte entre a assistência social e as autoridades competentes, assegurando que os casos de violência sejam devidamente investigados e que os responsáveis sejam identificados e punidos. Assim, eles são essenciais para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes e para a construção de um ambiente mais seguro e acolhedor nas comunidades.

4.2 Educação para sexualidade: Uma abordagem integral e transformadora

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera que a educação para a sexualidade está intrinsecamente ligada à promoção dos direitos humanos – englobando os direitos das crianças e jovens, além do direito de todas as pessoas à

saúde, educação, informação e não discriminação. Afirma que a educação para a sexualidade busca capacitar crianças e jovens com o conhecimento, habilidades, atitudes e valores necessários para que possam cuidar de sua saúde, manter seu bem-estar e preservar sua dignidade. Além disso, visa prepará-los/as para construir relacionamentos sociais e sexuais baseados no respeito, refletir sobre como suas escolhas impactam tanto a si mesmos/as quanto aos/às outros/as, e compreender a importância de proteger e defender seus direitos ao longo de toda a vida (UNESCO, 2019).

Segundo a UNESCO (2019), a educação para a sexualidade deve ser realizada em ambientes formais e não formais, possuindo diversas características fundamentais:

- **Cientificamente fundamentada:** o conteúdo deve ser baseado em fatos e evidências relacionadas à saúde sexual e reprodutiva (SSR), à sexualidade e aos comportamentos.
- **Gradativa:** deve ser um processo de educação continuada, começando desde cedo, com novas informações acrescentadas a aprendizados anteriores por meio de uma abordagem de currículo em espiral.
- **Apropriada para a idade e estágio de desenvolvimento:** considerar as mudanças nas necessidades e capacidades das crianças e adolescentes à medida que crescem, abordando tópicos relevantes no momento oportuno para sua saúde e bem-estar.
- **Baseada em um currículo:** fazer parte de um currículo que orienta os esforços dos/as educadores/as para apoiar a aprendizagem dos/as estudantes, com objetivos claros de ensino e transmissão estruturada de mensagens essenciais, implementada dentro ou fora das escolas.
- **Integral:** proporcionar oportunidades para a aquisição de informações abrangentes, precisas e apropriadas para a idade sobre sexualidade, abordando temas como saúde sexual e reprodutiva, incluindo anatomia, puberdade, menstruação, reprodução, anticoncepção, ISTs, HIV e aids. Abranger tópicos desafiadores em certos contextos sociais e culturais, empoderando os/as estudantes a desenvolver habilidades de análise e comunicação e promovendo atitudes de igualdade de gênero e não discriminação.

- **Baseada em direitos humanos:** promover a universalidade dos direitos humanos, incentivando as crianças a reconhecer seus próprios direitos e a respeitar os direitos dos outros, além de defender aqueles/as cujos direitos são violados.

A educação para a sexualidade também é fundamentada na igualdade de gênero, abordando como as normas de gênero influenciam a desigualdade e impactam a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes. Ela contribui para a promoção de relacionamentos respeitosos e equitativos, essenciais para a prevenção de questões como HIV, ISTs, gravidez precoce e violência baseada em gênero (UNESCO, 2019). Além disso, é culturalmente relevante e transformadora, capacitando crianças e jovens a serem responsáveis por suas decisões e a tratar os/as outros/as com respeito e empatia, independentemente de etnia, orientação sexual, identidade de gênero ou condição social.

4.2.1 Conceitos-chave da educação para a sexualidade para crianças de 05 a 08 anos

A UNESCO (2019) destaca diversos conceitos-chave para a educação para a sexualidade, que ajudam a formar uma base sólida para o desenvolvimento saudável e informado das crianças. A seguir, esses conceitos são apresentados e contextualizados para maior clareza.

a) Relacionamentos

- **Família:** Para crianças de 5 a 8 anos, o objetivo é apresentar a diversidade de estruturas familiares, permitindo que compreendam e respeitem os diferentes tipos de famílias, como aquelas com ambos os pais, famílias monoparentais ou aquelas em que os/as responsáveis são avós ou outros/as parentes. As crianças também são incentivadas a reconhecer os diferentes papéis e necessidades dentro da família, entendendo que todos/as cuidam uns/umas dos/as outros/as de formas variadas. Elas são ainda incentivadas a refletir sobre as desigualdades de gênero dentro da família e sobre a importância dos valores ensinados pelos familiares.

- **Amizade, Amor e Relacionamentos Amorosos:** As crianças aprendem sobre os diferentes tipos de amizade e amor, compreendendo que esses relacionamentos são baseados em confiança, respeito e empatia. São incentivadas a valorizar a diversidade nas amizades, independentemente de gênero, saúde ou

deficiências, e também a identificar as características de relacionamentos saudáveis e a importância de manter amizades que promovam o bem-estar.

- **Tolerância, Inclusão e Respeito:** As crianças são ensinadas que cada ser humano é único e tem o direito de ser tratado/a com dignidade e respeito. Elas aprendem a importância de tratar todas as pessoas de forma justa e a reconhecer o valor que cada indivíduo traz à sociedade. São também orientadas sobre os perigos do bullying e da discriminação, sendo incentivadas a demonstrar tolerância e aceitação.
- **Compromissos de Longo Prazo e Parentalidade:** Este conceito aborda as diferentes formas de estrutura familiar e casamento, reconhecendo que todas as famílias, independentemente de sua composição, têm valor. As crianças aprendem sobre os diferentes caminhos que um casamento pode seguir, incluindo a possibilidade de separação ou divórcio, e são incentivadas a reconhecer a importância de todos os tipos de famílias.

b) Valores, Direitos, Cultura e Sexualidade

- **Valores:** As crianças aprendem que os valores são crenças fortes mantidas por indivíduos, famílias e comunidades, que influenciam suas decisões e relacionamentos. Elas são encorajadas a identificar seus próprios valores, como igualdade, respeito e tolerância, e a entender que diferentes pessoas podem ter valores distintos.
- **Direitos Humanos e Sexualidade:** As crianças são introduzidas ao conceito de direitos humanos, aprendendo que todas as pessoas têm direitos que devem ser respeitados. São incentivadas a expressar apoio a esses direitos e a entender sua importância na vida cotidiana.
- **Cultura, Sociedade e Sexualidade:** Este conceito ensina as crianças a reconhecer as várias fontes de informação que influenciam como elas entendem a si mesmas, seus sentimentos e seus corpos. Elas aprendem a identificar um/a adulto/a de confiança com quem podem conversar sobre suas dúvidas e sentimentos.

c) Entendimento de Gênero

- **Construção Social de Gênero e Normas de Gênero:** As crianças são ensinadas a distinguir entre sexo biológico e gênero, compreendendo as diferenças entre essas categorias. Elas refletem sobre seus próprios sentimentos em relação ao

gênero e são incentivadas a reconhecer que as percepções de gênero são influenciadas por várias fontes, como família, colegas e comunidade.

- **Igualdade, Estereótipos e Preconceito de Gênero:** Este conceito aborda a importância de tratar todas as pessoas com igualdade, independentemente do gênero. As crianças aprendem sobre os estereótipos de gênero e são incentivadas a refletir sobre como esses estereótipos podem levar a um tratamento injusto.
- **Violência Baseada em Gênero (VBG):** As crianças são ensinadas a identificar a violência baseada em gênero, a entender que ela é errada e a aprender como buscar ajuda caso presenciem ou vivenciem esse tipo de violência.

d) Violência e Garantia de Segurança

- **Violência:** Este conceito ensina as crianças a reconhecer e reagir ao bullying e à violência, compreendendo que tais comportamentos são errados e nunca culpa da vítima. Elas aprendem a definir a violência sexual infantil e a identificar maneiras de procurar ajuda.
- **Consentimento, Privacidade e Integridade Corporal:** As crianças aprendem sobre seus direitos corporais, incluindo o direito de decidir quem pode tocar seu corpo e de que maneira. Elas são incentivadas a reagir se alguém as tocar de forma inadequada e a procurar um/a adulto/a de confiança para relatar o ocorrido.
- **Uso Seguro das TIC:** Neste conceito, as crianças aprendem sobre os benefícios e perigos da internet e das mídias sociais. Elas são orientadas a valorizar essas ferramentas, mas também a reconhecer os riscos e a saber como buscar ajuda se algo online as deixar desconfortáveis.

e) Habilidades para a Saúde e o Bem-Estar

- **Normas de Comportamento Sexual e Influência por Pares:** As crianças aprendem sobre a influência dos/as colegas, reconhecendo que pode ser positiva ou negativa. Elas são incentivadas a desenvolver estratégias para lidar com a pressão dos/as colegas e a demonstrar comportamentos positivos.
- **Tomada de Decisões:** Este conceito ensina as crianças a compreender que todas as decisões têm consequências. Elas aprendem a tomar decisões responsáveis e a reconhecer quando precisam da ajuda de um/a adulto/a de confiança.
- **Habilidades de Comunicação, Recusa e Negociação:** As crianças são ensinadas sobre a importância da comunicação em todos os relacionamentos,

aprendendo a identificar a diferença entre comunicação saudável e não saudável. Elas praticam formas de dizer "sim" e "não" de maneira clara para proteger sua privacidade e integridade.

- **Alfabetização Midiática e Sexualidade:** Este conceito ensina as crianças a serem críticas em relação às informações que recebem da mídia, ajudando-as a discernir entre informações verdadeiras e falsas.
- **Buscar Ajuda e Apoio:** As crianças aprendem a importância de buscar ajuda de adultos/as de confiança, compreendendo que todas as pessoas têm o direito de serem protegidas e apoiadas.

f) O Corpo Humano e seu Desenvolvimento

- **Anatomia e Fisiologia Sexual e Reprodutiva:** As crianças são ensinadas sobre as partes do corpo, incluindo os órgãos sexuais e reprodutivos, e aprendem que é normal ter curiosidade sobre o próprio corpo.
- **Puberdade:** Este conceito aborda a puberdade como uma fase normal e saudável do desenvolvimento, ajudando as crianças a entenderem as mudanças físicas e emocionais que acompanham o crescimento.
- **Imagem Corporal:** As crianças são incentivadas a valorizar e respeitar seus próprios corpos, reconhecendo que cada corpo é único e especial.

g) Sexualidade e Comportamento Sexual

- **Comportamento Sexual e Resposta Sexual:** Este conceito ensina as crianças a entenderem que o amor e o afeto podem ser demonstrados de diferentes maneiras, incluindo o toque e a intimidade. Elas também aprendem a identificar toques permitidos e não permitidos e a reagir adequadamente se alguém as tocar de forma inapropriada.

h) Saúde Sexual e Reprodutiva

- **Gravidez e Prevenção da Gravidez:** As crianças são ensinadas sobre o processo biológico da gravidez e que ela pode ser planejada. Elas aprendem que todos os filhos devem ser desejados, cuidados e amados.
- **HIV e AIDS – Estigma, Atenção, Tratamento e Apoio:** As crianças aprendem que as pessoas que vivem com HIV têm direitos iguais e podem levar vidas produtivas com o devido tratamento e apoio. Elas são incentivadas a reconhecer a importância de tratar essas pessoas com respeito e dignidade.
- **Entender, Reconhecer e Reduzir o Risco de IST, Incluindo o HIV:**

Este conceito ensina as crianças sobre o sistema imunológico e a importância de proteger a saúde. Elas aprendem que todos/as precisam de amor e apoio, independentemente de estarem doentes ou saudáveis.

4.2.2 Desmistificando preocupações comuns sobre a educação para a sexualidade na infância

A UNESCO (2019) aborda várias preocupações recorrentes sobre a Educação Sexual Integral (EIS) e as refuta com base em evidências científicas:

• **Iniciação sexual precoce:** Uma das preocupações mais comuns é que a educação para a sexualidade poderia levar à iniciação sexual precoce. No entanto, segundo a UNESCO (2019), pesquisas globais indicam que, ao contrário dessa suposição, essa abordagem geralmente resulta no adiamento da primeira experiência sexual e promove comportamentos sexuais mais responsáveis. Não há evidências que mostrem que a educação para a sexualidade tenha um impacto direto na antecipação da atividade sexual.

• **Perda da inocência infantil:** Outro receio é que a educação para a sexualidade possa comprometer a inocência das crianças. No entanto, a UNESCO demonstra que as evidências apontam que crianças e jovens se beneficiam de informações cientificamente comprovadas, apropriadas para a idade e o estágio de desenvolvimento. Sem essa educação, elas podem ficar vulneráveis a mensagens confusas ou prejudiciais de outras fontes, como colegas ou a mídia. Assim, a educação para a sexualidade não é apenas sobre sexo, mas sobre o corpo, puberdade, relacionamentos e habilidades para a vida.

• **Conflito com cultura ou religião:** A crença de que a educação para a sexualidade vai contra valores culturais ou religiosos é outra preocupação comum. As orientações da UNESCO sugerem o engajamento de líderes culturais e religiosos no desenvolvimento e adaptação dos programas, respeitando o contexto local. A educação para a sexualidade pode ser moldada para alinhar-se aos valores positivos dessas comunidades, enquanto aborda práticas nocivas que aumentam a vulnerabilidade, especialmente de meninas e grupos marginalizados.

• **Papel da família na educação sexual:** Algumas famílias acreditam que cabe exclusivamente a elas ensinar sexualidade aos/às filhos/as. Embora a família desempenhe um papel crucial, a UNESCO defende que o governo, por meio das escolas, deve complementar essa educação, fornecendo um ambiente seguro e

acolhedor para que todas as crianças tenham acesso a uma educação para a sexualidade abrangente e de qualidade.

• **Resistência das famílias à educação para a sexualidade nas escolas:** A objeção de familiares em relação à educação para a sexualidade nas escolas geralmente decorre do medo e da falta de informação. No entanto, muitas famílias já reconhecem o apoio que a educação para a sexualidade oferece, ajudando-os a lidar com questões delicadas, como o acesso a conteúdos inadequados na internet.

• **Adequação da educação para a sexualidade para crianças:** Embora algumas pessoas considerem que a educação para a sexualidade é adequada apenas para adolescentes, a UNESCO argumenta que crianças também precisam de informações apropriadas para sua idade, para que possam aprender desde cedo sobre o corpo, relacionamentos e segurança. Esse ensino prepara as crianças para lidar com seus sentimentos e se proteger contra a violência, de forma gradual e adequada ao seu desenvolvimento.

• **Capacitação dos/as professores/as:** Os/as professores/as, devidamente capacitados/as, desempenham um papel fundamental na educação para a sexualidade. Embora alguns/as possam se sentir desconfortáveis ou despreparados/as, o apoio contínuo, por meio de formações e políticas claras, ajuda a construir sua confiança e habilidades para ensinar esses temas de forma eficaz e segura.

• **Dificuldade de ensinar educação para a sexualidade:** Ensinar pode ser desafiador, especialmente em contextos onde há tabus sobre sexualidade. No entanto, com capacitação adequada, os/as professores/as podem superar essas barreiras e oferecer uma educação que não apenas informa, mas também apoia os/as estudantes em seu desenvolvimento integral.

• **Educação para a sexualidade e outras disciplinas:** Embora aspectos da educação para a sexualidade sejam abordados em disciplinas como biologia ou educação cívica, a UNESCO defende que ela deve ser vista como uma oportunidade para fortalecer o currículo e garantir uma abordagem abrangente e integrada que contemple todos os aspectos relevantes da sexualidade.

• **Internet e mídias sociais como fontes de informação:** Embora muitos/as jovens acessem informações sobre sexualidade pela internet e pelas mídias sociais, essas plataformas nem sempre fornecem informações precisas ou adequadas. A

educação para a sexualidade oferece um ambiente seguro para que as crianças discutam e reflitam sobre esses temas, desenvolvendo um entendimento crítico sobre o que veem online.

• **Educação para a sexualidade e estilos de vida alternativos:** Por fim, a educação para a sexualidade não promove qualquer estilo de vida específico, mas fundamenta-se nos direitos humanos e na igualdade de gênero, buscando garantir que todos/as tenham acesso a informações precisas e ao suporte necessário para atingir o mais alto padrão de saúde e bem-estar.

Essas preocupações, quando tratadas com informações claras e baseadas em evidências, reforçam a importância da educação para a sexualidade como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento saudável e responsável das crianças.

5 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS PASSADAS E ATUAIS

Neste capítulo, propomos uma análise da trajetória histórica da educação para a sexualidade, observando como as concepções sobre o tema evoluíram ao longo do tempo, desde as primeiras discussões nas áreas de saúde e moralidade até o reconhecimento de seu papel fundamental na educação infantil (pré-escola). Além disso, exploraremos o arcabouço legal e as políticas públicas que atualmente respaldam a implementação da educação para a sexualidade nas escolas, destacando marcos legislativos nacionais que asseguram a inclusão desse tema no currículo escolar desde a primeira infância.

A discussão trará à tona os desafios enfrentados ao longo dessa evolução, como os tabus culturais e as resistências sociais, e como, gradativamente, o tema vem ganhando legitimidade no campo da educação. A análise contextualizará as diferentes abordagens pedagógicas adotadas em diversas épocas, com ênfase nos avanços proporcionados pelas legislações que visam proteger as crianças e garantir seu direito a uma educação integral, que aborde aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais da sexualidade.

A compreensão histórica da sexualidade é fundamental para analisar criticamente as concepções presentes na sociedade sobre esse tema. De acordo com Louro (2014, p. 11), a sexualidade não é algo natural, mas “uma invenção social, uma vez que é entendida, definida e significada de diferentes modos em diferentes tempos e lugares.” Isso significa que as possibilidades de se viver a sexualidade, bem como os comportamentos considerados normais ou desviantes, são construções sociais e culturais. A autora nos convida a pensar criticamente sobre como os significados atribuídos à sexualidade são construídos culturalmente, ao longo do tempo e em diferentes contextos. Isso implica que a sexualidade não pode ser vista como uma característica fixa ou universal, mas sim como um conceito que varia conforme as normas, valores e crenças de cada sociedade.

Essa visão tem implicações significativas para a educação para a sexualidade na pré-escola. Primeiramente, ela desafia a ideia de que certos comportamentos ou expressões de gênero e sexualidade são "naturais" ou "imutáveis", abrindo espaço

para uma abordagem mais inclusiva e pluralista na educação infantil, onde as crianças podem aprender sobre a diversidade de expressões de gênero e sexualidade, sem se limitarem a padrões pré-estabelecidos.

Além disso, a compreensão de que a sexualidade é uma construção social reforça a importância de um ensino que dialogue com as famílias e considere as diferentes culturas e contextos dos/as alunos/as. No ambiente escolar, isso implica o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade, promovendo a educação para a sexualidade de forma inclusiva e consciente.

Essa perspectiva também sugere que educadores/as reflitam sobre os discursos e práticas que perpetuam estereótipos e desigualdades de gênero. A educação para a sexualidade na pré-escola, à luz da reflexão de Louro, deve ir além da mera transmissão de informações biológicas, incorporando discussões sobre respeito, cidadania e direitos, contribuindo para o combate a preconceitos e violência desde a primeira infância.

Louro (2014) relata que, no século XVIII, consolidou-se na Europa uma visão de sexualidade atrelada à reprodução e restrita à vida conjugal privada. O sexo era visto como algo que precisava ser controlado e disciplinado. Essa concepção foi naturalizada e assumida como o único modelo possível de sexualidade. No entanto, a autora argumenta que essa visão é uma invenção histórica, moldada pelas relações de poder e pelos interesses das classes dominantes da época. Portanto, é essencial desnaturalizar certas concepções da sexualidade que a limitam ao contexto de sua produção histórica, reconhecendo sua construção histórica e social.

A ideia de que a sexualidade precisava ser controlada, disciplinada e restrita à reprodução e ao contexto da vida conjugal privada reflete um processo de normatização que visava manter a ordem social daquela época. Essa visão foi amplamente naturalizada e assumida como o único modelo possível de sexualidade, o que contribuiu para silenciar outras formas de expressão sexual e para controlar corpos e comportamentos, especialmente aqueles que fugiam das normas estabelecidas.

A análise de Louro nos leva a refletir sobre como essa concepção ainda influencia as práticas educativas e as discussões em geral sobre sexualidade na atualidade. Reconhecer que a visão da sexualidade, atrelada à reprodução e à conjugalidade privada, é uma construção histórica e não uma verdade natural é crucial

para desnaturalizar essas ideias. Esse processo de desnaturalização é fundamental para ampliar a compreensão da sexualidade como um campo plural, diverso e dinâmico, que não pode ser limitado a uma única forma de entendimento.

Ariès (1978) já discutia sobre isso ao destacar que a infância nem sempre foi considerada uma fase distinta da vida adulta. Durante a Idade Média, as crianças eram vistas como pequenos adultos e rapidamente inseridas no trabalho e nas responsabilidades da vida adulta. Somente a partir dos séculos XVII e XVIII surgiu uma nova visão da infância como um período de inocência e ludicidade, que passou a exigir proteção e cuidados especiais por parte da família, da escola e da medicina.

O autor destaca que essa concepção da infância como uma etapa separada da vida adulta é uma construção histórica relativamente recente, refletindo mudanças sociais e culturais que passaram a valorizar essa fase como merecedora de atenção e proteção especial. Essa transformação influenciou não apenas práticas educativas, mas também o desenvolvimento de políticas de proteção infantil que ainda hoje moldam nossa sociedade. Portanto, a noção de infância, assim como outras categorias sociais, é resultado de construções culturais que evoluem ao longo do tempo em resposta às necessidades e percepções sociais.

Complementando essa discussão, Duarte e Heilborn (2006) acrescentam que, durante muito tempo, prevaleceu a ideia de que as crianças eram seres assexuados, sem manifestações ou curiosidades sexuais até certo ponto da vida. Essa concepção resultou na negação, ocultação e repressão da sexualidade infantil por parte dos/as adultos/as. No entanto, as autoras questionam essa visão, argumentando que as crianças, desde muito cedo, não são alheias à sexualidade. Pelo contrário, elas experimentam sensações corporais e manifestam curiosidades sobre o corpo, a reprodução e as diferenças entre os sexos. Para Duarte e Heilborn, é essencial abordar esses temas na educação infantil de maneira adequada e contextualizada, reconhecendo que a sexualidade não surge apenas na puberdade, mas se desenvolve ao longo da vida desde os primeiros anos.

Essas reflexões nos mostram a importância de entender tanto a infância quanto a sexualidade como categorias historicamente construídas e moldadas por contextos culturais e sociais específicos. Na educação infantil, especialmente na pré-escola, é crucial considerar essas dimensões e promover abordagens que respeitem e protejam

o desenvolvimento integral das crianças, incluindo a compreensão de sua sexualidade de forma saudável e informada.

As análises dos autores nos oferecem importantes insights sobre a construção histórica das noções de sexualidade e infância. Ambos os autores destacam como essas ideias, que muitas vezes são vistas como naturais e imutáveis, são na verdade produtos de processos históricos, sociais e culturais específicos.

Partindo desses pressupostos, podemos sugerir que, tanto na educação quanto nas políticas sociais, é crucial reconhecer e questionar as construções históricas que influenciam nossas práticas e concepções atuais. No contexto da educação para a sexualidade na pré-escola, por exemplo, isso implica abordar a sexualidade de maneira ampla e inclusiva, sem limitar-se às concepções históricas restritivas. Da mesma forma, é importante tratar a infância não como uma fase imutável e universal, mas como uma construção cultural que pode e deve ser repensada à luz das necessidades e dos direitos das crianças hoje.

A partir dessa perspectiva, a inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola ganha um novo significado, passando a ser vista como uma forma de proteger as crianças, oferecendo-lhes ferramentas para entender seu corpo, estabelecer limites e reconhecer situações de risco.

Em síntese, as análises revelam que tanto a sexualidade quanto a infância são construções históricas e culturais. Reconhecer essa historicidade é crucial para criar políticas e práticas educacionais mais reflexivas, que levem em conta as transformações sociais e promovam uma educação para a sexualidade inclusiva e apropriada para as crianças.

A institucionalização da educação infantil no Brasil é recente, remontando à década de 1940 com as primeiras creches e à década de 1970 com as pré-escolas. Apenas em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação infantil passou a ser reconhecida como a primeira etapa da educação básica, voltada para crianças de zero a cinco anos de idade (Kuhlmann Jr., 2010).

A LDB de 1996, em seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), já contemplava indicações para o trabalho com a orientação sexual dentro dos chamados Temas Transversais. Os PCNs de 1997 reforçaram essa diretriz, preconizando uma abordagem integral da sexualidade desde o início da escolarização. No entanto, na prática, o que se observa são abordagens superficiais,

biologizantes ou mesmo o silenciamento do tema na educação infantil (Brasil, 1996; Brasil, 1997; Menezes, 2001).

Conforme apontam Cadoná e Koch (2019), os estudos de sexualidade e gênero têm sido frequentemente destacados pelo governo anterior (2019-2022) de maneira equivocada e sem fundamentação científica, refletindo uma abordagem conservadora e limitada na promoção desses temas nas políticas educacionais. Embora muitos/as se sintam autorizados/as a expressar opiniões definitivas sobre o tema, a prática educacional, especialmente entre professores/as e psicólogos/as, revela uma lacuna significativa no preparo dos/as educadores/as para abordar questões como Gênero, Diversidade Sexual e Direitos Humanos de uma forma abrangente e alinhada com as teorias contemporâneas das ciências e com os princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (Brasil, 1996) e documentos subsequentes (Brasil, 1997; Brasil, 2017).

Segundo Felipe (2007), atualmente, é possível identificar três posicionamentos quanto à educação para a sexualidade na educação infantil: 1) os radicalmente contra, por considerarem as crianças imaturas; 2) os que concordam desde que limitada a aspectos biológicos; e 3) os que defendem uma educação integral da sexualidade (Rosa, 2019; Santos et al., 2021). As resistências decorrem da concepção da criança como um ser assexuado e angelical. Adultos temem responder perguntas ou abordar temas como diferenças entre os sexos, reprodução e identidade de gênero. O silêncio acaba sendo a resposta mais comum, deixando as crianças desinformadas e vulneráveis a violências sexuais.

Felipe (2007) defende que a educação para a sexualidade deve começar na educação infantil, partindo do interesse e do nível de compreensão das crianças. Os conteúdos e atividades precisam ser adequados à faixa etária, utilizando histórias, brincadeiras e conversas para garantir que as crianças se sintam seguras para esclarecer suas dúvidas.

No entanto, no Brasil, não há uma legislação específica que trate exclusivamente da educação para a sexualidade voltada para a primeira infância com o objetivo explícito de combater a violência sexual. Porém, há políticas e diretrizes que abordam aspectos relacionados à educação para a sexualidade e à proteção das crianças. Alguns dos principais marcos legais e documentos relacionados são:

- **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990:** Embora não trate especificamente de educação para a sexualidade, o ECA estabelece direitos fundamentais das crianças e adolescentes, incluindo o direito à dignidade, respeito e liberdade, e à proteção contra qualquer forma de violência, abuso e exploração sexual.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996:** A LDB define os princípios e diretrizes da educação no Brasil. Embora não mencione explicitamente a educação para a sexualidade, estabelece a importância de uma educação que promova o desenvolvimento integral do aluno, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais.
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** Aprovada em 2017, inclui diretrizes para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental. Ela aborda temas relacionados à educação para a sexualidade de forma transversal, promovendo o respeito à diversidade e à igualdade de gênero, mas sem um foco específico na primeira infância para combater a violência sexual.
- **Plano Nacional de Educação (PNE):** O PNE atual, instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas para promover a igualdade de gênero e combater a violência nas escolas, incluindo a violência sexual. Embora inicialmente previsto até 2024, sua validade foi prorrogada até o final de 2025. Em 2024, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) apresentou ao Congresso Nacional o PNE para o período de 2024 a 2034, com foco inédito na desigualdade étnico-racial e regional, visando melhorar as condições de ensino para comunidades indígenas, quilombolas e rurais.
- **Programa Saúde na Escola (PSE):** Parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde que inclui ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, abrangendo a educação para a sexualidade. Essas ações são voltadas para todas as etapas da educação básica, sem enfoque exclusivo na primeira infância.

Enquanto a legislação brasileira inclui medidas para proteger crianças e adolescentes e promover a educação integral, não há uma lei específica que trate exclusivamente da educação para a sexualidade voltada para a primeira infância com o objetivo de combater a violência sexual. A abordagem tende a ser mais geral, promovendo a proteção e o desenvolvimento integral das crianças de forma abrangente.

Apesar da ausência de uma legislação específica, é importante considerar o contexto mais amplo das normativas que abordam a educação e o bem-estar das crianças para garantir abordagens educativas adequadas e respeitosas no ambiente escolar. Vale ressaltar que as escolas possuem autonomia para elaborar seus currículos, desde que respeitem as diretrizes educacionais nacionais.

5.1 Educação para a sexualidade: Desafios e perspectivas nas escolas brasileiras

A educação para a sexualidade não é um tema recente na educação brasileira. Ao fazer uma breve retrospectiva histórica, percebe-se que esse assunto permeia o contexto escolar há décadas. Entretanto, ao considerar a educação para a sexualidade trabalhada nas escolas brasileiras, observa-se que esta prática remonta às primeiras décadas do século passado (Aquino; Martelli, 2012).

Desde as décadas de 1920 e 1930, essa já era uma preocupação de médicos/as, intelectuais e professores/as, embora abordada a partir de uma perspectiva higienista, com viés moralista e preventivo, direcionada para a supressão da sexualidade. Aquino e Martelli (2012) apontam que, em 1928, foi realizado o Congresso Nacional de Educadores, onde se aprovou o Programa de Educação Sexual para crianças acima de onze anos. Esse evento ampliou o debate nas escolas sobre o tema, considerado natural pela sociedade da época, em um período de significativas mudanças na educação brasileira, com a escola básica ganhando maior protagonismo.

No entanto, em 1964, com o golpe militar, as escolas sofreram um retrocesso, e professores/as foram submetidos/as à censura e à repressão. Logo no início da ditadura, em 1965, uma portaria do secretário de Estado dos Negócios da Educação de São Paulo proibiu professores/as do ensino secundário, especialmente os/as de Biologia e Sociologia, de abordarem sexualidade e contracepção em sala de aula (Werebe, 1998).

Essa proibição teve impacto profundo, forçando os/as professores/as a recuarem em suas abordagens pedagógicas. A ditadura instaurou um clima de repressão e controle, promovendo uma política conservadora que visava manter a população com acesso limitado à informação e ao desenvolvimento do pensamento

crítico, em conformidade com os interesses do governo da época (Werebe, 1998).

Com o tempo, as escolas começaram a evitar temas como a sexualidade, silenciando não apenas essa questão, mas também outros assuntos importantes para a sociedade. Lira (2010) destaca que, durante o regime militar, a elite buscava moldar a educação de acordo com seus interesses econômicos, influenciando o currículo escolar para reproduzir um modelo educacional que atendesse a essas demandas.

Após o fim da ditadura, o Brasil passou por um processo de reconstrução social e política, culminando na redemocratização. Com a abertura política, o setor educacional também foi reformulado, impulsionado por importantes legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) em 1996 (Brasil, 1996). Essas mudanças marcaram um novo compromisso com os direitos das crianças e adolescentes e alinharam o Brasil aos compromissos internacionais assumidos na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e na Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995).

Ribeiro e Monteiro (2019) observam que, com o retorno à democracia, houve fortalecimento da liberdade de expressão, permitindo a retomada de discussões sobre temas antes censurados, como a sexualidade. Essa liberdade recém-conquistada possibilitou que a sociedade brasileira começasse a explorar e vivenciar novos comportamentos, refletindo maior abertura e aceitação da diversidade sexual.

Nesse contexto de mudanças, influenciado também por diretrizes de agências internacionais, o governo brasileiro lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), oficializando a inclusão da Orientação Sexual no currículo escolar. Os PCNs propuseram uma abordagem abrangente, incluindo temas como o corpo, os papéis sociais de homens e mulheres e o respeito mútuo, além de combater discriminações e estereótipos nas relações interpessoais. A partir desse momento, as escolas passaram a ter maior liberdade para abordar o tema sem receio de retaliações, embora diversas visões de mundo na sociedade gerassem conflitos e desafios no ambiente educacional (Vicente, 2023).

A Orientação Sexual, termo adotado pelos/as psicólogos/as envolvidos/as na formulação dos PCNs, foi oficialmente incorporada aos currículos escolares brasileiros, com a proposta de ser trabalhada de maneira integrada e transversal em todas as áreas do conhecimento (Vicente, 2023). Isso significa que o tema não deve

ser limitado a uma única disciplina, mas sim abordado de forma abrangente em todas as matérias do currículo escolar.

Essa abordagem é crucial porque a educação para a sexualidade, quando fundamentada em ciência, didática e métodos pedagógicos adequados, permite uma compreensão mais profunda das questões sexuais, superando o senso comum. Ribeiro (2012) reforça que essa aplicação tem o potencial de sensibilizar as pessoas, ajudando a desconstruir tabus, preconceitos e valores historicamente enraizados. A autora argumenta que a educação para a sexualidade nas escolas deve ser exercida com métodos didáticos e científicos que facilitem a compreensão dos/as estudantes em relação às questões sexuais, para que possam entendê-las como parte inerente à vida. Ou seja, a escola deve garantir um espaço para debater questões de sexualidade com base na ciência, com sensibilidade ao cotidiano. Para isso, é preciso iniciar com a problematização histórica que levou a sociedade a tratar a sexualidade como tema cercado de preconceitos e moralismo.

Vicente (2023) destaca que vivemos um período desafiador, marcado pelo crescimento de discursos conservadores que, amplificados pela mídia, apresentam as questões de sexualidade como ameaças às famílias. Esses discursos fomentam uma onda de censura que remonta aos debates iniciais sobre o segundo Plano Nacional de Educação (projeto de lei nº 8.035/2010) e à controvérsia gerada pelo Projeto Escola sem Homofobia. Mais recentemente, essa censura se manifestou no processo de aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses conflitos têm revertido conquistas importantes no campo dos direitos humanos, aprofundando as desigualdades sociais e dificultando o acesso a uma educação de qualidade.

Segundo a autora, a restrição à liberdade de ensino e a exclusão de certas temáticas dos currículos escolares são promovidas por aqueles que desconsideram o princípio da laicidade na educação. O silenciamento dessas discussões nas escolas perpetua estereótipos enraizados em uma cultura machista, sexista, misógina e opressora. Figueiró (2018) argumenta que esses estereótipos só poderão ser superados se a educação para a sexualidade nas escolas for direcionada para a redução das desigualdades, a promoção do respeito à diversidade e a criação de um ambiente onde os/as estudantes possam expressar seus sentimentos, dúvidas e medos sobre esses temas.

À medida que a sociedade evolui, a educação precisa acompanhar essas

transformações, adaptando-se às novas demandas sociais. Na primeira década dos anos 2000, o governo brasileiro implementou iniciativas no campo da sexualidade, impulsionadas por movimentos sociais surgidos no final da década de 1970 e políticas públicas promovidas durante os mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Essas ações trouxeram mudanças significativas nas concepções sobre educação sexual, identidade de gênero e diversidade.

Entre as principais iniciativas, destacam-se o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) e o Projeto Escola sem Homofobia (ESH), realizados em parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e organizações não governamentais (ONGs). O ESH focava na capacitação de professores/as para abordar questões de gênero e sexualidade e na distribuição de materiais didáticos, como o Kit Anti-Homofobia, nas escolas públicas. Esse kit, pejorativamente chamado de "kit gay" por seus opositores, visava desconstruir estereótipos sobre a comunidade LGBTQIAP+ e promover a convivência democrática (Vicente, 2023).

O Kit Anti-Homofobia incluía materiais didáticos, como boletins informativos, cartazes, cartas para gestores/as e educadores/as, cadernos temáticos e vídeos. No entanto, Vicente (2023) ressalta que a divulgação do material gerou controvérsia, com divisões entre congressistas e representantes de entidades apoiadoras. Esse debate instigou algumas bancadas e setores da sociedade civil a se posicionarem contrariamente à adoção do Kit Anti-Homofobia, resultando em embates políticos e sociais.

A discussão sobre o Kit Anti-Homofobia tomou grandes proporções na mídia digital e televisiva, gerando uma onda de alarmismo. O material pedagógico, que deveria promover respeito à diversidade, foi acusado de incentivar práticas homoafetivas. Esse discurso, amplamente difundido, fez com que muitas pessoas, mesmo sem acesso ao conteúdo, acreditassem que ele "ensinava" as crianças a serem homossexuais. Embora o material nunca tenha sido distribuído, ele se tornou um tema central na campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro, que exibiu um conteúdo semelhante, apelidado de "kit gay", em rede nacional (Furlani, 2011a). Apesar do Ministério da Educação ter desmentido a narrativa, a desinformação influenciou parte da sociedade conservadora.

Diante do investimento de R$ 1,8 milhão na produção dos materiais pedagógicos e na formação contínua de professores/as, o governo acabou cedendo

à pressão de setores conservadores e suspendeu a distribuição do kit. A presidenta Dilma Rousseff declarou que "não é papel do governo fazer propaganda de opções sexuais" (Furlani, 2011b), refletindo a dificuldade de avançar em políticas de educação para a sexualidade.

Esse cenário teve implicações diretas na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfrentou forte resistência de setores ultraconservadores, incluindo a bancada evangélica. Como resultado, o documento sofreu modificações significativas nos conteúdos que promoviam a visibilidade e os direitos da população LGBTQIAP+. A adoção de uma postura de Estado Mínimo em relação à educação para a sexualidade mostrou o impacto das pressões políticas e sociais sobre os direitos humanos e a promoção de uma educação inclusiva.

Com base na análise apresentada, fica claro que a educação para a sexualidade nas escolas brasileiras é um campo repleto de desafios e controvérsias, com avanços frequentemente contestados por forças conservadoras. Essa realidade exige reflexão sobre como a educação para a sexualidade pode cumprir seu papel fundamental de proteger as crianças, enquanto enfrenta resistências culturais e políticas.

No próximo tópico, exploraremos como essa abordagem educativa pode promover uma sociedade mais consciente, respeitosa e inclusiva, além de discutir os obstáculos a serem superados para garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados. Analisaremos também como as práticas educativas podem ser aprimoradas para enfrentar essas adversidades e proteger a diversidade em um contexto de pressões políticas e culturais.

5.1.1 Educação para a sexualidade: Proteção e desafios

A educação para a sexualidade, de acordo com Felipe (2011), ao ser inserida no currículo escolar, proporciona uma oportunidade valiosa para discutir temas fundamentais como o consentimento, o respeito mútuo e o autoconhecimento. Um programa educacional bem planejado vai além de transmitir informações biológicas; ele incentiva os/as estudantes a refletirem sobre valores, emoções e dinâmicas de relacionamento. Essa abordagem permite que as crianças desenvolvam uma compreensão crítica, capacitando-as a reconhecer e prevenir comportamentos

abusivos em suas vidas.

Em suas investigações sobre educação, Meyer Ribeiro e Ribeiro (2021) enfatizam que a educação para a sexualidade abrange mais do que anatomia e reprodução, envolvendo também valores, respeito mútuo e a compreensão dos limites individuais. Os autores ressaltam a importância de incluir questões de gênero e sexualidade de forma inclusiva e respeitosa no ambiente escolar. Além disso, defendem que essa educação deve ser abordada de maneira crítica e reflexiva, considerando as diversas realidades culturais e sociais. Essa visão reflete uma abordagem integral, que não apenas informa, mas também forma cidadãos/ãs conscientes e respeitosos/as, capazes de questionar e desconstruir preconceitos e de agir de maneira ética em suas interações.

Ao incorporar essa perspectiva no currículo escolar, a educação para a sexualidade torna-se uma ferramenta poderosa não apenas para promover o respeito às diferenças e construir um ambiente mais inclusivo e igualitário, mas também para envolver as famílias nesse processo. A compreensão familiar é essencial, pois fortalece o diálogo entre escola e lar, garantindo que as crianças recebam orientações coerentes e complementares em ambos os espaços. Isso contribui significativamente para a formação de indivíduos mais preparados para os desafios sociais contemporâneos, além de ajudar as famílias a participarem ativamente na construção de uma educação mais aberta e respeitosa às diversidades.

A escola, muitas vezes, representa a única fonte segura e confiável de informações sobre sexualidade para crianças. Por isso, é fundamental que a instituição não se omita de seu papel formativo, evitando que os/as estudantes busquem respostas em fontes alternativas, como as mídias ou amigos/as, que podem fornecer informações distorcidas e prejudiciais. Meira e Santana (2014) apontam que, quando as crianças e adolescentes não encontram orientações adequadas sobre sexualidade, tendem a buscar respostas em lugares nem sempre seguros, o que pode comprometer seu entendimento e formação.

Ribeiro (2014) reforça que a educação é uma ferramenta poderosa para promover a igualdade e a aceitação de todas as pessoas, independentemente de identidade de gênero ou orientação sexual. Nesse sentido, a escola desempenha um papel crucial ao ensinar sobre a diversidade humana e ao incentivar o respeito às diferenças desde cedo. Para que essa abordagem seja eficaz, é necessário que as

práticas pedagógicas sejam dialógicas e lúdicas, desenvolvidas desde a Educação Infantil, como sugerem Filha, Ribeiro e Teixeira (2023). Tais práticas, fundamentadas em conceitos científicos e nos direitos humanos, devem abordar temas como corpo, intimidade, relações de gênero e diferenças, sempre levando em conta as demandas das próprias crianças.

A educação para a sexualidade também se destaca como uma ferramenta eficaz no combate à violência sexual infantil, ao promover o empoderamento e a autonomia das crianças. Essa educação ajuda-os/as a reconhecer sinais de violência, a expressarem suas preocupações e a buscarem ajuda de forma assertiva. No entanto, para que esses programas tenham sucesso, é vital que sejam implementados de forma sensível, respeitando as particularidades culturais e religiosas das comunidades. Meyer (2014) enfatiza que o diálogo com as famílias e a capacitação dos/as professores/as são elementos fundamentais para garantir a eficácia dessas iniciativas.

Ribeiro (2012), especialista em assistência social, salienta que a educação para a sexualidade é uma peça-chave na prevenção da violência sexual infantil. Ao capacitar as crianças com conhecimento sobre seus corpos, sentimentos e direitos, essa educação as ajuda a estabelecer limites saudáveis e a identificar situações de risco. No entanto, como aponta a autora, a identificação de violência no ambiente familiar é particularmente difícil, pois a criança muitas vezes não consegue distinguir claramente entre afeto e agressão. Esse contexto de ambiguidade emocional pode permitir que a violência persista sem ser notada, especialmente quando perpetrada por membros da própria família.

Nesse cenário, a implementação da educação para a sexualidade nas escolas enfrenta desafios, como a resistência de algumas famílias e setores da sociedade que ainda consideram o tema inadequado para determinadas idades. Guizzo e Felipe (2016) destacam a importância de estratégias inclusivas, diálogo aberto com os familiares e responsáveis, e capacitação contínua dos/as educadores/as para superar essas barreiras. A construção de programas de educação para a sexualidade deve se basear em referenciais teóricos sólidos e metodologias participativas que respeitem a diversidade étnica, cultural e de gênero, adaptando-se às realidades específicas de cada comunidade.

Em síntese, essa educação emerge como uma ferramenta essencial no

combate à violência sexual infantil e a diversos outros desafios enfrentados pela infância. Ao promover respeito, autonomia e conscientização, ela não só previne a violência sexual, mas também contribui para a formação de sujeitos mais conscientes e preparados para construir relações saudáveis e respeitosas. Para alcançar esses objetivos, é fundamental que haja um currículo contínuo de educação para a sexualidade, presente em todos os níveis de ensino, que envolva escola, família e sociedade em uma parceria ativa e transformadora.

Furlani (2007) sublinha a relevância de uma educação para a sexualidade que seja contínua e permanente, especialmente diante da constante exposição de crianças e jovens ao bombardeio midiático de informações, muitas vezes distorcidas ou inadequadas. A autora ressalta que essa educação deve ir além da mera transmissão de informações biológicas, integrando uma crítica às desigualdades sociais, como o sexismo, a homofobia e outras formas de opressão relacionadas a gênero, etnia, raça, classe e religião.

Esse enfoque é crucial para combater as representações hegemônicas que reforçam hierarquias sociais e que, muitas vezes, são perpetuadas no cotidiano das crianças. Portanto, conforme argumenta Furlani, essa educação deve desempenhar um papel transformador, questionando e desafiando essas estruturas opressivas e preparando os/as estudantes para uma convivência mais justa e respeitosa em um mundo diverso.

É fundamental reconhecer que a educação para a sexualidade, quando integrada de maneira ética e política, vai além do ambiente escolar, envolvendo a participação ativa de famílias, comunidades e instituições. Conforme Guizzo e Felipe (2016), a colaboração entre esses atores é essencial para construir uma cultura de proteção e respeito aos direitos de crianças e adolescentes. O combate à violência sexual infantil demanda um esforço conjunto, em que todos/as — escola, famílias, governo e sociedade civil — trabalhem em harmonia para criar um ambiente seguro e acolhedor. Além de fornecer conhecimento e sensibilização, é vital que esses programas incentivem a denúncia de violências sexuais e garantam que as instituições estejam preparadas e comprometidas com a proteção integral das crianças.

Sem dúvida, essa temática exige um esforço consciente para superar perspectivas moralistas e conservadoras que frequentemente dominam o debate. Isso

significa abrir espaço para uma problematização crítica dos aspectos históricos que moldaram as leituras sobre sexualidade na sociedade ocidental, muitas vezes atravessadas por lógicas patriarcais, misóginas e eugenistas. Ao desafiar essas tradições, é possível avançar em direção a uma abordagem educativa mais inclusiva e promotora de cidadania. Portanto, superar resistências e investir na implementação de programas de educação para a sexualidade é uma medida urgente e necessária para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde o respeito à dignidade e aos direitos humanos seja central nas práticas educativas e sociais.

No próximo capítulo, será aprofundado o debate sobre a integração necessária entre a família e a escola na educação para a sexualidade. Diante dos desafios discutidos até aqui, é fundamental reconhecer que a construção de uma educação para a sexualidade eficaz e inclusiva depende de uma parceria sólida entre esses dois pilares fundamentais na formação das crianças. A escola, como espaço de socialização e conhecimento, precisa cumprir com a responsabilidade de abordar a sexualidade de forma crítica e informada. Ao mesmo tempo, a família desempenha um papel crucial ao reforçar e complementar essa educação, trazendo suas próprias vivências e valores para o diálogo. Este capítulo explorará como a colaboração entre escola e família pode promover uma educação para a sexualidade mais holística e capaz de enfrentar os desafios contemporâneos, assegurando que ambas as esferas atuem juntas na formação de sujeitos conscientes, respeitosos e preparados para lidar com suas próprias sexualidades e as dos outros de maneira saudável e responsável.

6 O PAPEL INTEGRADO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

A educação para a sexualidade na infância é um pilar essencial para o desenvolvimento de adolescentes e adultos/as saudáveis, contribuindo para que lidem com questões corporais de forma menos ansiosa. Além disso, essa educação é uma ferramenta eficaz na prevenção da violência sexual, uma vez que crianças bem informadas possuem maior capacidade de reconhecer e se proteger contra situações de risco. Isso também reduz a probabilidade de que reproduzam comportamentos discriminatórios e violentos (Maia, s.d.). Nesse contexto, tanto a família quanto a escola desempenham papéis fundamentais, sendo crucial que atuem em conjunto.

Saviani (2008) destaca que a família exerce um papel educativo difuso no cotidiano, enquanto a escola trabalha de maneira sistematizada e intencional, com objetivos pedagógicos claros. Ambos os ambientes são responsáveis pela transmissão de valores e cultura, e sua atuação conjunta fortalece o desenvolvimento integral das crianças. Essa colaboração entre família e escola é vital para que a educação para a sexualidade seja eficaz e respeitosa, ajudando as crianças a lidar com seus corpos, dúvidas e emoções de forma saudável. Maia (s.d.) acrescenta que, ao unir esforços, esses ambientes preparam crianças e adolescentes para vivenciarem sua sexualidade de forma segura e consciente, capacitando-os também para atuarem como educadores/as sexuais em suas comunidades.

No entanto, a relação entre família e escola pode ser complexa, já que cada espaço possui especificidades culturais, sociais e ideológicas. O equilíbrio entre essas instâncias é crucial para que as aprendizagens formais e informais se complementem, preparando as crianças para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania (Saviani, 2008). Silva, Dantas e Santos (2021) acrescentam que a educação para a sexualidade deve começar no ambiente familiar, moldando as percepções das crianças desde cedo. Felipe (2007) alerta, contudo, que a abordagem familiar sobre sexualidade pode ser omissa ou repressora, perpetuando preconceitos e sentimentos de culpa.

Nesse cenário, Altmann (2005) defende que a escola deve atuar em parceria com a família para garantir uma educação para a sexualidade positiva e abrangente. A escola tem o papel de provocar o diálogo e a reflexão, desconstruindo mitos e complementando o que é ensinado em casa. Por sua vez, os familiares precisam se

engajar nesse processo, refletindo sobre suas próprias crenças e apoiando o aprendizado dos/as filhos/as. Felipe (2007) reforça a importância de uma relação de respeito e complementaridade entre as ações da família e da escola.

A educação para a sexualidade é também um componente essencial na promoção dos direitos humanos e da saúde. De acordo com a UNESCO (2019), essa educação deve abordar aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais, equipando as crianças com o conhecimento necessário para desenvolverem relacionamentos respeitosos e garantirem a proteção de seus direitos. Essa abordagem integrada torna-se uma ferramenta poderosa no combate à violência sexual, promovendo um ambiente seguro e saudável para as crianças.

A família desempenha um papel central nesse processo, moldando os primeiros aspectos da identidade sexual e dos relacionamentos das crianças. No entanto, muitas famílias ainda se sentem inseguras ou desinformadas em relação à educação para a sexualidade, o que pode perpetuar preconceitos. Nesse contexto, a escola surge como uma aliada essencial, complementando o que é ensinado em casa e promovendo uma educação sexual abrangente e positiva (UNESCO, 2019). A cooperação entre família e escola é crucial para garantir que as crianças recebam informações precisas e baseadas em evidências, contribuindo para a prevenção da violência sexual infantil.

Além disso, a integração da educação para a sexualidade nas escolas com o fortalecimento da rede de proteção é fundamental no combate à violência sexual infantil. Lírio (2019) sublinha que o fortalecimento dessa rede passa pela formação adequada dos/as profissionais da educação, tanto na formação inicial quanto na continuada. Esse preparo é essencial para que os/as educadores/as possam abordar a temática da violência sexual de forma eficaz no ambiente escolar, identificando casos suspeitos e garantindo os encaminhamentos corretos em parceria com a rede de proteção.

As orientações da UNESCO (2019) reforçam a importância de que a educação para a sexualidade seja adequada à idade e ao estágio de desenvolvimento das crianças, ajudando-as a entender melhor seus corpos, seus relacionamentos e a se protegerem de possíveis violências. A integração entre a educação para a sexualidade e a rede de proteção garante uma abordagem mais eficaz e preventiva contra a violência sexual, criando um ambiente seguro tanto em casa quanto na escola.

A colaboração entre família e escola é, portanto, fundamental para o sucesso dos programas de educação para a sexualidade. A UNESCO (2019) aponta que a maioria das famílias apoia esses programas, reconhecendo a importância do suporte da escola para abordar temas complexos, como o impacto da pornografia e os perigos do bullying nas mídias sociais. Abordar esses temas na escola oferece um espaço seguro para que as crianças possam discutir e refletir sobre questões de sexualidade, algo que a internet e as mídias sociais, embora úteis, não conseguem substituir de forma adequada.

Quando familiares, responsáveis e professores/as trabalham em conjunto, cria-se um ambiente educativo mais robusto, onde as crianças aprendem sobre sexualidade e também desenvolvem habilidades de segurança, autocuidado e empatia. Essa abordagem integrada é essencial para preparar as crianças para os desafios do mundo moderno, onde as interações digitais e as redes sociais desempenham um papel central. Temer (2022) ressalta que, diante da crescente exposição de crianças às mídias sociais, é imperativo que os/as adultos/as estejam preparados/as para discutir abertamente os perigos da internet. A escola, independentemente da classe social, desempenha um papel fundamental, atuando como uma ponte de comunicação e educação.

Além disso, as escolas, ao oferecerem programas estruturados e baseados em políticas educacionais claras, podem garantir um ambiente seguro e acolhedor para a implementação da educação para a sexualidade. A liderança escolar, o treinamento contínuo dos/as professores/as e o envolvimento dos familiares são elementos-chave para garantir que essa educação seja integrada de forma eficaz e respeitosa no currículo escolar (Picot et al., 2012 apud UNESCO, 2016a).

Para que as crianças atinjam seu máximo potencial de desenvolvimento, é necessário que recebam cuidados em diferentes áreas fundamentais, como saúde, nutrição, segurança, proteção, estímulos adequados e oportunidades de aprendizado. Segundo a UNICEF (2018), esses fatores são cruciais para um desenvolvimento completo e equilibrado.

O conceito de parentalidade, conforme a UNICEF, refere-se a um conjunto de ações e comportamentos dos familiares e responsáveis, que inclui suas interações, emoções, atitudes e práticas direcionadas ao cuidado integral da criança. A parentalidade não se limita a suprir as necessidades básicas, mas envolve promover

o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social de forma contínua, visando à formação integral da criança como sujeito.

Embora os núcleos familiares desempenhem o papel principal nesse processo, é indispensável o suporte de políticas públicas eficientes. Essas políticas devem garantir que todas as crianças tenham acesso às condições necessárias para seu crescimento saudável e que os familiares e responsáveis sejam apoiados na promoção do desenvolvimento pleno de seus/suas filhos/as (UNICEF, 2018). Assim, a combinação de cuidados familiares e apoio institucional torna-se essencial para garantir o bem-estar e o futuro das crianças.

Em suma, a educação para a sexualidade não é apenas uma ferramenta educativa, mas também uma estratégia de promoção de direitos humanos e combate à violência sexual. Quando implementada de forma integrada entre família e escola, essa educação contribui para o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para viverem de forma segura, saudável e respeitosa em sociedade.

No próximo capítulo, serão abordadas as Atuais Regulamentações e Diretrizes sobre Educação para a Sexualidade no Brasil. Essa discussão ampliará o foco para o panorama nacional, explorando como a educação para a sexualidade é utilizada não apenas como uma ferramenta pedagógica, mas também como uma estratégia essencial para a promoção dos direitos humanos e o combate à violência sexual.

7 ATUAIS REGULAMENTAÇÕES E DIRETRIZES SOBRE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NO BRASIL

No Brasil, a luta contra a violência sexual infantil é sustentada por um arcabouço jurídico e político que visa garantir a proteção e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, especialmente no que tange à educação para a sexualidade como ferramenta de prevenção. A regulamentação e as diretrizes nacionais sobre educação para a sexualidade são definidas por uma combinação de políticas públicas, documentos orientadores e diretrizes curriculares que buscam integrar a educação sexual em uma perspectiva de educação integral, abordando aspectos como gênero, saúde e direitos humanos. Abaixo estão alguns dos principais marcos regulatórios e diretrizes atuais:

- **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, aprovada em 2017 para a educação infantil e o ensino fundamental, e em 2018 para o ensino médio, estabelece diretrizes para o ensino em escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Embora não mencione explicitamente a educação para a sexualidade ou a educação sexual como uma disciplina separada, a BNCC aborda o tema de forma transversal (BRASIL, 2017).

A BNCC sugere que temas como sexualidade, gênero, identidade e saúde sexual sejam discutidos no contexto de habilidades e competências relacionadas ao respeito, à diversidade e à cidadania. Dessa forma, a abordagem visa promover um ambiente escolar inclusivo, no qual os/as alunos/as possam compreender e valorizar diferentes formas de expressão de gênero e sexualidade, com o objetivo de combater preconceitos e promover a equidade. Além disso, a educação para a sexualidade, quando trabalhada de maneira transversal, contribui para a formação integral dos/as estudantes, uma vez que está conectada a outras áreas do conhecimento, como as ciências humanas e biológicas, favorecendo uma visão holística dos aspectos sociais e individuais que envolvem a sexualidade humana.

Contudo, conforme observado no estudo de Mello e colaboradores (2024), houve mudanças significativas nas versões da BNCC ao longo do tempo. As primeiras versões mencionavam de forma mais crítica e reflexiva termos como “gênero” e “orientação sexual”, abordando a diversidade sexual com mais profundidade. No entanto, na versão oficial mais recente, o Ministério da Educação optou por suprimir

esses termos, em resposta à controvérsia gerada. Segundo autoras e autores, a abordagem atual da sexualidade na BNCC é bastante limitada, concentrando-se no componente de Ciências do oitavo ano do ensino fundamental, o que representa um retrocesso quando comparado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, que incluíam a orientação sexual nos currículos escolares.

Essa mudança sinaliza que a abordagem da BNCC sobre a sexualidade permanece centrada em aspectos biológicos e de saúde pública, sem explorar suficientemente os elementos sociais e culturais que poderiam influenciar positivamente as atitudes de crianças e jovens em relação à sexualidade. O estudo de Mello et al. (2024) sugere que essa revisão curricular pode ter sido influenciada por interesses políticos e partidários, o que compromete a imparcialidade e a qualidade do documento, além de representar uma oportunidade perdida de promover uma educação mais abrangente e inclusiva sobre sexualidade no contexto escolar.

Mello et al. (2024) destacam que revisões criteriosas da BNCC, acompanhadas de consultas públicas amplas e debates aprofundados, são fundamentais para a construção de um currículo sólido e eficaz. A ausência de uma discussão mais aberta e democrática sobre questões de gênero, sexualidade e orientação sexual, bem como a exclusão desses termos na versão mais recente da BNCC, revelam uma lacuna significativa no currículo educacional brasileiro. Para superar esses obstáculos, as/os autoras/es enfatizam a importância de uma mobilização conjunta entre educadoras/es, profissionais de saúde, legisladoras/es e a sociedade civil em prol de uma educação para a sexualidade mais inclusiva e abrangente.

Essa união de esforços permitiria a capacitação adequada de professoras/es, para que possam abordar o tema de forma sensível, informada e adaptada à realidade dos/as alunos/as, promovendo um espaço seguro e acolhedor para a discussão de temas como diversidade sexual e identidade de gênero. A inclusão desses assuntos no currículo, de forma transversal e crítica, não apenas ajudaria a combater preconceitos e a violência sexual infantil, mas também contribuiria para a formação de cidadãos/ãs mais conscientes, respeitosos/as e preparados/as para lidar com a pluralidade que caracteriza a sociedade contemporânea.

Além disso, as/os autoras/es apontam que uma educação para a sexualidade abrangente, que vá além da perspectiva biológica e inclua elementos sociais, culturais e emocionais, pode ter um impacto significativo na formação de atitudes e

comportamentos saudáveis entre crianças e jovens. Para que isso seja alcançado, é necessário que o currículo seja constantemente revisado e atualizado, garantindo que ele atenda às necessidades e desafios do contexto social atual, sem ser refém de influências políticas que possam comprometer a qualidade e a imparcialidade da educação oferecida.

- A **Política Nacional de Saúde Integral de Adolescentes e Jovens (PNSIJ)**, instituída pelo Ministério da Saúde em 2010, tem como objetivo central garantir que adolescentes e jovens, com idades entre 10 e 24 anos, tenham acesso a serviços de saúde que atendam suas necessidades específicas. A política busca integrar a saúde sexual e reprodutiva como um dos eixos fundamentais, promovendo ações educativas e preventivas que abordem não apenas a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e gravidezes não planejadas, mas também temas relacionados ao planejamento familiar, sexualidade segura e à promoção de comportamentos saudáveis (Brasil, 2010).

Embora a PNSIJ não mencione diretamente a educação para a sexualidade na pré-escola ou na infância, seu foco central está na faixa etária de 10 a 24 anos, abrangendo adolescentes e jovens. O objetivo principal é assegurar que esse público tenha acesso a serviços de saúde adequados, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva, na prevenção de ISTs e de gravidez não planejada, além de promover o bem-estar integral dessa faixa etária. A PNSIJ propõe uma abordagem integral da saúde, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os emocionais, sociais e culturais que influenciam a vida de adolescentes e jovens.

Nesse sentido, a política incentiva o desenvolvimento de estratégias que promovam a autonomia de jovens na tomada de decisões informadas sobre sua saúde sexual e reprodutiva, além de garantir que os serviços de saúde sejam acolhedores e adequados às suas demandas. Um dos pontos centrais da PNSIJ é o incentivo ao diálogo e à educação em saúde dentro do ambiente escolar, criando um espaço onde jovens possam discutir abertamente temas como sexualidade, respeito ao corpo, igualdade de gênero e diversidade, contribuindo para a construção de uma consciência mais crítica e informada.

O enfoque colaborativo entre saúde e educação, proposto pela PNSIJ, é fundamental para reduzir barreiras de acesso a informações e serviços, que muitas vezes resultam em desigualdades no cuidado à saúde entre diferentes grupos de

jovens no Brasil. Além disso, a política reconhece a importância de combater estigmas e preconceitos que possam dificultar o acesso de jovens aos serviços de saúde, especialmente em relação à saúde sexual e reprodutiva. Para tanto, a PNSIJ prevê a capacitação de profissionais de saúde, para que lidem com as demandas dessa faixa etária de forma sensível e sem julgamentos, respeitando a diversidade sexual, de gênero e de orientação sexual.

Portanto, ainda que a PNSIJ não aborde explicitamente a educação para a sexualidade na infância ou pré-escola, ela se alinha com a perspectiva de uma educação sexual inclusiva e abrangente para adolescentes e jovens, promovendo o diálogo, o respeito à diversidade e o cuidado integral com a saúde sexual e reprodutiva.

- O **Programa Saúde na Escola (PSE)**, criado em 2007 por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde, tem como objetivo promover a saúde no ambiente escolar, integrando atividades educativas com o cuidado em saúde. Entre suas várias frentes de atuação, o PSE inclui ações voltadas para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, buscando garantir que os temas relacionados à sexualidade sejam abordados de forma articulada entre as escolas e o sistema de saúde (BRASIL, 2015). O PSE reconhece a importância de uma abordagem integrada e transversal para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, envolvendo tanto o ambiente educacional quanto o de saúde.

No que diz respeito à educação para a sexualidade na pré-escola, o PSE não trata diretamente dessa faixa etária em termos de saúde sexual e reprodutiva, já que suas ações costumam ser mais voltadas para adolescentes e jovens. No entanto, o programa promove atividades que podem ser adaptadas ao contexto da educação infantil, como a promoção do autocuidado, a prevenção de violências e a valorização da diversidade, temas que podem contribuir indiretamente para a formação de uma base de educação para a sexualidade desde cedo. Por meio de atividades lúdicas e adequadas à idade, educadores/as podem trabalhar com as crianças conceitos como respeito ao próprio corpo e o desenvolvimento de comportamentos saudáveis.

A integração entre escola e saúde proposta pelo PSE tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica e informada, à medida que as crianças crescem, facilitando a transição para discussões mais aprofundadas sobre sexualidade ao longo de sua trajetória escolar. Para adolescentes, o PSE

aborda diretamente temas como prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez precoce e igualdade de gênero, alinhando-se às metas da promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Embora o programa não inclua explicitamente uma abordagem estruturada de educação para a sexualidade na pré-escola, ele oferece uma plataforma que pode ser utilizada para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral desde as fases iniciais da vida escolar. Assim, o PSE abre espaço para que discussões sobre a sexualidade possam ser introduzidas progressivamente, de forma apropriada a cada fase do desenvolvimento, contribuindo para a construção de uma base sólida de valores e conhecimentos relacionados à sexualidade e à saúde.

- O **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**, aprovado pela Lei n.º 13.005/2014, estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do país. Embora o plano não trate diretamente da educação para a sexualidade, algumas metas relacionadas à inclusão, equidade e direitos humanos podem ser interpretadas como apoio à implementação de uma educação para a sexualidade que promova esses valores (BRASIL, 2014).

Entre as metas do PNE, destacam-se aquelas que buscam promover a equidade educacional, garantindo que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua condição socioeconômica, gênero, etnia ou outras características individuais. Metas como a ampliação do acesso à educação infantil e a universalização do ensino fundamental e médio visam assegurar que todos/as os/as alunos/as tenham a oportunidade de desenvolver-se plenamente, o que inclui também o entendimento de temas relacionados à sexualidade, respeito mútuo e diversidade. Nesse contexto, a educação para a sexualidade pode ser vista como uma ferramenta indispensável para a promoção da equidade e dos direitos humanos nas escolas.

Além disso, a inclusão de temas como cidadania, direitos humanos e igualdade de gênero no PNE abre caminho para a construção de uma educação para a sexualidade que respeite a diversidade e combata preconceitos. Ao enfatizar a formação integral do/a aluno/a, o PNE favorece uma abordagem que vai além do ensino conteudista e tradicional, permitindo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual.

No que diz respeito à educação para a sexualidade na pré-escola, o PNE não

faz uma menção direta a essa fase específica do ensino. No entanto, ao incentivar a inclusão e o respeito à diversidade desde a primeira infância, o plano cria condições para que temas relacionados ao cuidado com o corpo, respeito aos outros e prevenção de violências sejam trabalhados de forma apropriada à faixa etária. Embora a educação sexual para crianças deva ser tratada com sensibilidade e adaptada ao nível de compreensão delas, o PNE oferece diretrizes que permitem a inserção progressiva de discussões sobre respeito, igualdade e cidadania.

Desse modo, embora o PNE não seja um documento específico para a educação para a sexualidade, suas metas de equidade e inclusão podem ser interpretadas como um suporte indireto para a implementação de programas de educação para a sexualidade nas escolas, inclusive desde a pré-escola. Essas metas promovem a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso, onde as crianças e jovens podem desenvolver uma compreensão saudável e crítica sobre a sexualidade ao longo de sua trajetória educacional, preparando-se para a vida em sociedade de maneira mais consciente e equitativa.

- O **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, instituído pela Lei n.º 8.069/1990, desempenha um papel crucial na proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, assegurando sua dignidade, respeito e proteção integral contra qualquer forma de violência, incluindo a violência sexual infantil. O ECA estabelece que crianças e adolescentes têm o direito à educação, à saúde e à informação, e exige a denúncia obrigatória de casos de violência sexual e exploração sexual, garantindo que medidas legais e de proteção sejam tomadas de forma imediata para proteger as vítimas e responsabilizar os/as agressores/as (BRASIL, 1990).

Em relação à prevenção da violência sexual infantil, o ECA não apenas estabelece a obrigação de denunciar casos de violência, mas também promove a importância da informação e da educação como ferramentas de prevenção. Ao assegurar o direito à educação, o Estatuto abre espaço para que as escolas, em parceria com as famílias e comunidades, desenvolvam programas que capacitem as crianças a se protegerem contra a violência sexual. Nessa perspectiva, a educação para a sexualidade, quando trabalhada de forma apropriada à idade, torna-se uma importante aliada. Por meio dela, as crianças podem aprender sobre seus corpos, limites pessoais e como identificar comportamentos abusivos ou violentos, sendo

encorajadas a buscar ajuda quando necessário.

Embora o ECA não trate diretamente da educação para a sexualidade na pré-escola, ele fundamenta a importância de uma abordagem educativa voltada para a proteção e o desenvolvimento saudável das crianças desde a primeira infância. A educação para a sexualidade pode ser integrada no contexto das orientações do ECA, abordando temas como autocuidado, respeito ao corpo e prevenção de violências de forma lúdica e apropriada para as crianças pequenas. Essa abordagem contribui significativamente para a prevenção da violência sexual infantil, criando uma base de conhecimento e proteção que acompanha as crianças ao longo de seu desenvolvimento.

Além disso, o ECA garante que as vítimas de violência sexual recebam atendimento especializado e acompanhamento psicológico, reforçando a importância de um sistema de proteção articulado, que engloba educação, saúde e justiça. O Estatuto, ao criar essa rede de proteção, colabora para que as políticas públicas de prevenção da violência sexual infantil sejam implementadas de maneira eficaz, fortalecendo a segurança e o bem-estar das crianças no Brasil.

Assim, a junção entre a proteção garantida pelo ECA e a educação para a sexualidade adequada à faixa etária oferece uma estratégia poderosa na prevenção da violência sexual infantil. Ao promover o direito à educação e à informação, o ECA não apenas responde a casos de violência, mas também proporciona uma base sólida para que as crianças desenvolvam uma consciência crítica sobre seus direitos, ajudando-as a se protegerem e a viverem de maneira mais segura e digna.

- As **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN)**, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, são orientações normativas que visam nortear a elaboração dos currículos em todas as etapas da educação básica no Brasil, como a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Essas diretrizes são essenciais para garantir a qualidade e a equidade na educação em todo o território nacional, promovendo o desenvolvimento integral dos/as estudantes. Entre os aspectos centrais das DCNs, destacam-se os temas transversais, que englobam saúde, ética, cidadania, diversidade e direitos humanos, com o objetivo de formar indivíduos conscientes, críticos e participativos na sociedade (BRASIL, 2010).

No contexto da educação infantil, incluindo a pré-escola, as DCNs estabelecem as bases para o desenvolvimento integral das crianças desde a primeira infância.

Embora a educação para a sexualidade não seja abordada de forma explícita nessa fase, as Diretrizes reconhecem a importância de trabalhar temas transversais, como saúde e cidadania, de forma adequada ao nível de desenvolvimento das crianças. Isso inclui ensinar noções de autocuidado, respeito ao próprio corpo e ao corpo dos outros, além de promover uma convivência respeitosa, baseada em valores de igualdade e diversidade, criando desde cedo uma base sólida para o desenvolvimento emocional e social das crianças.

Na pré-escola, que faz parte da educação infantil, a abordagem de temas relacionados à sexualidade deve ser feita de forma lúdica, com foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais que permitam às crianças compreender e respeitar seus próprios limites corporais e os dos outros. Ensinar as crianças a nomear partes do corpo, compreender a importância do consentimento e identificar situações que possam representar riscos ou desconforto são elementos essenciais que podem ser introduzidos desde cedo, de maneira apropriada à faixa etária.

As DCNs enfatizam a formação integral das crianças, o que inclui não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional, físico e social. Nesse sentido, a prevenção da violência sexual infantil torna-se um aspecto central. Por meio da promoção de uma educação para a sexualidade desde a primeira infância, as Diretrizes contribuem para criar um ambiente escolar onde as crianças aprendem a se proteger e a reconhecer situações de risco. Isso é particularmente importante na prevenção da violência sexual infantil, pois, ao promover o conhecimento sobre o corpo e limites pessoais, as crianças ficam mais preparadas para identificar comportamentos inadequados e procurar ajuda quando necessário.

A articulação entre as DCNs e a prevenção da violência sexual infantil é reforçada pela ênfase em construir uma educação baseada no respeito à dignidade humana e nos direitos das crianças. A inclusão de temas como autocuidado, prevenção de violências e respeito à diversidade no currículo da educação infantil não só contribui para o desenvolvimento saudável das crianças, mas também fortalece uma cultura de proteção e segurança no ambiente escolar e familiar.

Além disso, a capacitação de educadores/as é essencial para que a prevenção da violência sexual infantil seja eficaz. As DCNs preveem a formação continuada de professores/as e outros/as profissionais da educação para que possam abordar esses

temas de forma adequada, garantindo que as crianças recebam informações seguras e apropriadas à idade. Quando as escolas, em conformidade com as Diretrizes, promovem um ambiente de diálogo aberto sobre o corpo, os limites e o respeito, elas contribuem para a construção de uma rede de proteção contra a violência sexual infantil.

Portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais, ao estabelecer orientações para a educação infantil, incluindo a pré-escola, não apenas promovem o desenvolvimento integral das crianças, mas também desempenham um papel crucial na prevenção da violência sexual. Ao ensinar noções básicas de respeito ao corpo e ao consentimento desde cedo, as DCNs ajudam a proteger as crianças e a preparar o terreno para uma educação para a sexualidade mais estruturada e abrangente nas etapas posteriores da educação básica.

- A **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, implementada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2011, é uma iniciativa estratégica que visa prevenir e combater todas as formas de violência sofridas por mulheres e meninas no Brasil. A política promove ações integradas que envolvem não apenas a assistência às vítimas, mas também a conscientização e a educação como ferramentas fundamentais de prevenção. Entre seus principais pilares está a promoção da educação sobre igualdade de gênero, com o objetivo de desconstruir estereótipos e combater comportamentos que perpetuem a desigualdade e a violência. A educação para a sexualidade é um componente essencial dessa estratégia preventiva, pois possibilita que temas como consentimento, respeito ao corpo, igualdade de direitos e relações saudáveis sejam trabalhados de maneira informada e contextualizada, prevenindo a violência de gênero desde cedo (BRASIL, 2011).

Embora a **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** tenha um foco mais amplo, abrangendo mulheres e meninas de todas as idades, ela também tem uma relevância direta para a educação infantil, incluindo a pré-escola. Embora a educação para a sexualidade seja frequentemente discutida no contexto de adolescentes e jovens, sua aplicação desde a primeira infância é essencial para a formação de valores e atitudes que promovam o respeito e a igualdade de gênero. Na pré-escola, a abordagem deve ser adaptada ao nível de desenvolvimento das crianças, enfatizando a importância do autocuidado, o respeito

aos limites pessoais e ao corpo dos outros, e a construção de uma convivência baseada na igualdade e na empatia.

Esse enfoque preventivo é fundamental na luta contra a violência sexual infantil. A educação para a sexualidade adequada à idade, combinada com os princípios de igualdade de gênero, ajuda as crianças a reconhecerem comportamentos inadequados e a diferenciarem interações seguras e respeitosas daquelas que violam seus direitos e sua integridade. Ensinar noções básicas de respeito ao corpo e ao consentimento, mesmo em idades precoces, oferece às crianças ferramentas para identificar e denunciar possíveis situações de violência. Nesse sentido, a política nacional atua como uma base que possibilita a integração da prevenção da violência sexual infantil aos programas educacionais desde a infância.

Além disso, a política valoriza o papel da educação formal e informal na construção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero. Ao promover a educação sobre a igualdade de gênero nas escolas, incluindo na pré-escola, as instituições educacionais têm a oportunidade de atuar como agentes transformadores, criando ambientes onde as crianças aprendam desde cedo a rejeitar comportamentos violentos e discriminatórios. Dessa forma, ao integrar a promoção da igualdade de gênero e a educação para a sexualidade no currículo escolar, é possível criar uma base sólida para a erradicação de práticas que perpetuam a violência sexual infantil e de gênero.

Portanto, a **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** se alinha diretamente com os esforços de prevenção da violência sexual infantil, pois, ao incluir a educação para a igualdade de gênero desde a pré-escola, contribui para a criação de uma cultura de respeito e proteção que pode ajudar a evitar a violência sexual infantil. A educação para a sexualidade, nesse contexto, é uma ferramenta essencial que auxilia na formação de crianças mais conscientes, preparadas para proteger seus direitos e respeitar os direitos dos outros, consolidando uma sociedade mais justa e equitativa desde a primeira infância.

Essas regulamentações e diretrizes formam a base legal e pedagógica para a abordagem da educação para a sexualidade nas escolas brasileiras, refletindo uma perspectiva de promoção de direitos humanos, saúde e igualdade de gênero.

A **UNESCO** (2019) destaca também a relevância de normas internacionais e acordos estabelecidos pela **ONU**, como o Programa de Ação da Conferência

Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e a Plataforma de Ação de Beijing, que servem como referências globais para a implementação da **Educação Integral em Sexualidade (EIS)**. Esses documentos reforçam o compromisso dos governos em garantir que crianças e jovens tenham acesso a informações e serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva de maneira não discriminatória, respeitando sua privacidade e dignidade. A EIS, conforme recomendada nesses acordos, deve ser abrangente e baseada em evidências, abordando aspectos como sexualidade humana, saúde sexual e reprodutiva, igualdade de gênero e direitos humanos, capacitando crianças e jovens a lidarem de maneira responsável e positiva com sua sexualidade.

No contexto da pré-escola, esses princípios são particularmente importantes para a prevenção da violência sexual infantil. A introdução de uma educação para a sexualidade apropriada à idade, conforme recomendado pelas normas internacionais, também ajuda a desenvolver nas crianças noções básicas de respeito ao próprio corpo e ao corpo dos outros, promovendo uma compreensão saudável de limites e consentimento. Além disso, a **EIS** na pré-escola pode incluir atividades que ensinem às crianças a reconhecer comportamentos inadequados e situações de risco, capacitando-as a procurar ajuda de adultos/as de confiança quando necessário.

A inclusão da EIS nas diretrizes curriculares da educação infantil, em alinhamento com essas recomendações internacionais, desempenha um papel crucial na construção de uma cultura de respeito e proteção dentro da escola e da comunidade. Ao promover o respeito pela diversidade e a igualdade de gênero, a educação para a sexualidade desde a infância ajuda a combater estereótipos e preconceitos que muitas vezes contribuem para a perpetuação de violências de gênero, incluindo a violência sexual.

Além disso, a abordagem integral recomendada pela **UNESCO** e pelos acordos da **ONU** não se limita ao aspecto biológico da sexualidade, mas abrange também os direitos humanos e o bem-estar emocional e social das crianças. Isso é vital no combate à violência sexual infantil, pois incentiva as crianças a desenvolverem uma noção de autonomia corporal e autoexpressão, dentro de um ambiente seguro e acolhedor. Através da educação, as crianças podem ser ensinadas a se sentirem empoderadas e protegidas, sabendo que têm o direito de dizer "não" e que seu corpo merece ser respeitado.

Portanto, as normas internacionais defendidas pela **UNESCO** e os acordos da **ONU**, como o Programa de Ação da **CIPD** e a Plataforma de Ação de Beijing, são fundamentais para orientar políticas e práticas educacionais que favoreçam a prevenção da violência sexual infantil. Ao promover uma educação para a sexualidade abrangente e baseada em direitos desde a pré-escola, essas diretrizes ajudam a criar um ambiente de proteção e respeito, onde as crianças possam crescer com segurança, conscientes de seus direitos e preparadas para viver em uma sociedade mais justa e equitativa.

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, com seus **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, estabelece metas fundamentais para a promoção de uma vida saudável e do bem-estar para todos/as, assegurando educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Entre essas metas, destaca-se o objetivo de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A Agenda 2030 reconhece que o avanço na igualdade de gênero e a promoção de uma educação de qualidade são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o Conselho de Direitos Humanos solicita que os Estados-membros desenvolvam e implementem programas educacionais que incluam a Educação Integral em Sexualidade (EIS), baseados em informações completas, cientificamente comprovadas e adaptadas ao desenvolvimento de adolescentes e jovens (UNESCO, 2019).

No contexto da educação infantil, incluindo a pré-escola, a implementação de programas educacionais voltados para a igualdade de gênero e educação para a sexualidade, de forma adaptada à faixa etária, é crucial para promover valores de respeito, diversidade e autocuidado desde cedo. A abordagem da EIS, que é uma recomendação da Agenda 2030, pode ser vista como uma estratégia preventiva contra a violência sexual infantil. Ao introduzir, de maneira apropriada, temas como o respeito ao próprio corpo, os limites pessoais e a empatia, as crianças podem desenvolver uma consciência sobre seus direitos e aprender a identificar comportamentos inapropriados, criando uma camada adicional de proteção.

A Agenda 2030, ao focar em educação de qualidade e igualdade de gênero, também reflete a importância de preparar tanto meninos quanto meninas para viver em uma sociedade onde o respeito mútuo e a equidade de direitos são fundamentais.

A inclusão da educação para a sexualidade como parte dessa educação inclusiva e de qualidade é uma medida necessária para garantir que as crianças cresçam com uma visão saudável da sexualidade, livre de preconceitos e discriminações, ajudando a prevenir violências. A EIS não apenas previne a violência sexual infantil ao equipar as crianças com ferramentas de proteção, mas também empodera meninas e meninos, promovendo a equidade de gênero, que é central para a Agenda 2030.

Ao adaptar os materiais e programas educacionais à idade e ao nível de desenvolvimento das crianças, conforme preconizado pelo Conselho de Direitos Humanos, os Estados-membros podem assegurar que a educação para a sexualidade contribua de maneira positiva para o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para lidar com questões sociais e pessoais de forma responsável e informada. No contexto da pré-escola, a EIS pode abordar, de maneira simples e apropriada, conceitos de autocuidado, proteção, e respeito ao outro, fortalecendo o desenvolvimento de comportamentos saudáveis e protegendo as crianças contra todas as formas de violência.

Portanto, a Agenda 2030, ao incluir a educação integral para a sexualidade em suas metas de educação inclusiva e equitativa, e ao promover a igualdade de gênero, oferece um quadro poderoso para a prevenção da violência sexual infantil. A implementação de programas educacionais que promovam esses valores desde a pré-escola é um passo crucial para construir uma sociedade mais justa, onde as crianças cresçam seguras, respeitadas e cientes de seus direitos.

Em continuidade ao que foi discutido sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que destacam a importância de uma educação inclusiva e equitativa, a igualdade de gênero e a educação para a sexualidade como ferramenta para empoderar crianças e adolescentes, o **Comitê sobre os Direitos da Criança** reforça a relevância da educação em saúde sexual e reprodutiva. O Comitê recomenda que essa educação seja apropriada à idade, abrangente, inclusiva, e baseada em evidências científicas e normas de direitos humanos. Além disso, sugere que a educação para a sexualidade faça parte do currículo escolar obrigatório, alcançando não apenas os/as alunos/as matriculados/as, mas também os/as adolescentes fora da escola. Essa recomendação amplia o impacto da educação para a sexualidade, garantindo que todos/as os/as jovens tenham acesso a informações essenciais para seu desenvolvimento saudável e para a proteção de seus direitos

(UNESCO, 2019).

Assim como mencionado anteriormente no contexto da Agenda 2030, essa orientação do Comitê dos Direitos da Criança sublinha a importância de uma educação para a sexualidade adaptada a diferentes idades, inclusive na pré-escola. A introdução gradual e apropriada desses temas nas etapas iniciais da educação, como a pré-escola, contribui diretamente para a prevenção da violência sexual infantil. Ao abordar questões como o respeito ao próprio corpo, o reconhecimento de limites e a importância do consentimento de maneira acessível e lúdica, a educação pode preparar as crianças para reconhecerem e reagirem a situações de risco.

O **Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** também reforça essa visão ao destacar que a realização do direito à saúde sexual e reprodutiva impõe aos Estados-membros a obrigação de garantir o direito à educação para a sexualidade de forma abrangente, não discriminatória e baseada em evidências científicas. Isso significa que os Estados devem assegurar que a educação para a sexualidade seja oferecida a todos/as, sem distinção, e que ela respeite a diversidade de contextos, orientações e identidades. Para as crianças em idade pré-escolar, isso implica em programas que promovam o autocuidado, o respeito aos outros e a criação de um ambiente seguro, onde as crianças aprendam desde cedo a reconhecer seus direitos e limites.

Essa recomendação complementa a discussão anterior sobre o papel da educação integral para a sexualidade, conforme promovido pela Agenda 2030, ao enfatizar que essa educação deve ser acessível a todas as crianças e adolescentes, independentemente de estarem ou não frequentando a escola. Isso reforça a importância de estratégias inclusivas e abrangentes, que garantam o acesso à educação para a sexualidade de qualidade, como parte de uma abordagem preventiva e protetiva contra a violência sexual infantil.

Portanto, as recomendações do Comitê sobre os Direitos da Criança e do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estão em perfeita sintonia com as metas da Agenda 2030, e ambas destacam a importância de uma educação para a sexualidade que seja inclusiva, adaptada à idade e baseada em direitos humanos e evidências científicas. Essas orientações são cruciais para a criação de políticas públicas que protejam as crianças, desde a pré-escola, contra todas as formas de violências, promovendo seu desenvolvimento saudável e garantindo a proteção de

seus direitos.

Dando continuidade às discussões sobre a importância da Educação Integral em Sexualidade (EIS) e as recomendações de organismos internacionais, como a UNESCO e os comitês de direitos humanos, é essencial destacar o papel dos diversos atores envolvidos na implementação eficaz dessas políticas. A UNESCO (2019) enfatiza o papel fundamental de atores-chave, como os Ministérios da Educação, da Saúde e da Mulher, ao fornecerem liderança política e ética para criar um ambiente favorável ao fortalecimento da educação para a sexualidade de forma integral. Esses ministérios são cruciais para construir consensos entre diferentes setores do governo e da sociedade civil, assegurando que as diretrizes e programas sejam alinhados aos padrões internacionais e adaptados às necessidades locais.

No contexto da pré-escola e da prevenção da violência sexual infantil, essa liderança torna-se ainda mais significativa. Conforme mencionado anteriormente, a educação para a sexualidade apropriada à idade é uma ferramenta essencial para a proteção das crianças, ajudando-as a compreender conceitos básicos de autocuidado, respeito ao próprio corpo e limites pessoais. A colaboração entre os ministérios pode assegurar que tais programas sejam implementados de maneira eficaz e sensível, promovendo um ambiente seguro e acolhedor desde a primeira infância.

Além dos órgãos governamentais, a UNESCO destaca a importância de outros/as atores/as sociais nesse processo. Familiares e associações de pais e mestres desempenham um papel vital na aceitação e apoio às iniciativas de educação para a sexualidade nas escolas. Profissionais da educação precisam estar capacitados/as e confiantes para abordar esses temas de forma adequada. Líderes religiosos/as e comunitários/as podem contribuir para a contextualização cultural e ética dos programas, enquanto sindicatos de professores/as e pesquisadores/as fornecem suporte técnico e acadêmico.

Grupos LGBTQIAPN+, organizações da sociedade civil e pessoas que vivem com HIV trazem perspectivas diversas e experiências que enriquecem a abordagem educativa, promovendo a inclusão e combatendo preconceitos. A mídia tem o poder de influenciar percepções públicas e pode ser uma aliada na disseminação de informações corretas e na sensibilização sobre a importância da educação para a sexualidade. Financiadores/as relevantes garantem os recursos necessários para a implementação e sustentabilidade dos programas.

Essa abordagem colaborativa é fundamental para superar resistências e desafios na implementação da EIS, especialmente no que diz respeito à educação infantil. A união desses/as atores/as permite a criação de estratégias integradas que consideram as particularidades de cada comunidade, promovendo a prevenção da violência sexual infantil e contribuindo para o desenvolvimento saudável das crianças.

Portanto, conforme enfatizado pela UNESCO (2019), a implementação eficaz da educação integral em sexualidade depende de uma ação conjunta e coordenada entre diversos setores da sociedade. Essa colaboração não apenas fortalece as políticas e programas existentes, mas também assegura que a educação para a sexualidade seja inclusiva, abrangente e respeitosa, alinhada com os direitos humanos e adaptada às diferentes fases do desenvolvimento infantil. Isso é essencial para criar um ambiente propício ao empoderamento de crianças e jovens, promovendo a igualdade de gênero e prevenindo a violência sexual desde a primeira infância.

Seguindo a linha de discussão sobre a importância de uma educação integral em sexualidade e as responsabilidades compartilhadas entre diversos/as atores/as sociais, conforme mencionado pela UNESCO (2019), é fundamental destacar o contexto legal no Brasil, que define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Conforme apontado por Domingos e Silva (2016), a Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, reconhece e assegura a defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, oferecendo uma base legal robusta para sua proteção e desenvolvimento integral. O Artigo 227 da Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, de forma prioritária, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária para todas as crianças e adolescentes (Brasil, 1988).

Essa diretriz constitucional alinha-se perfeitamente com as recomendações internacionais até aqui discutidas, reforçando que a proteção e o desenvolvimento de crianças e adolescentes são responsabilidades coletivas, e não apenas individuais. No contexto da educação para a sexualidade, essa garantia legal apoia a implementação de políticas educacionais e de proteção que incluam a prevenção da violência sexual infantil, conforme enfatizado por diretrizes de organismos nacionais e internacionais, como a UNESCO, e pelas metas da Agenda 2030. O Artigo 227

estabelece um mandato claro para que tanto o Estado quanto a sociedade civil adotem medidas proativas para assegurar a proteção dos direitos das crianças, incluindo o direito à educação integral, abrangendo temas como autocuidado, respeito ao corpo e limites pessoais.

A proteção contra a violência, incluindo a violência sexual, está implícita nesses direitos fundamentais. A educação para a sexualidade adequada à idade, discutida anteriormente como parte das estratégias de prevenção, encontra respaldo direto no compromisso da Constituição de garantir o direito à dignidade, ao respeito e à saúde das crianças. Ao promover programas educacionais que abordem esses temas desde a pré-escola, as instituições educacionais, em colaboração com as famílias e a sociedade, cumprem um papel crucial na prevenção de violências sexuais e na construção de uma cultura de respeito e proteção.

Além disso, o Artigo 227 reflete o compromisso do Brasil com a proteção integral de suas crianças e adolescentes, reforçado por legislações complementares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essas disposições legais criam um ambiente favorável para que iniciativas de educação para a sexualidade e de combate à violência sexual infantil sejam desenvolvidas e implementadas com base na responsabilidade compartilhada entre diferentes atores sociais, incluindo a família, a escola e o Estado, conforme discutido anteriormente.

Portanto, o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, não apenas fundamenta as políticas de proteção, mas também fornece uma base sólida para a implementação de programas de educação sexual preventiva. Esses programas, como já discutido, são essenciais para garantir o desenvolvimento saudável das crianças, promovendo a igualdade de gênero, a inclusão e a proteção contra todas as formas de violência, especialmente a violência sexual infantil.

Em 1990, o Brasil ratificou a **Convenção sobre os Direitos da Criança**, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1989 (Brasil, 1990a), um instrumento de direitos humanos reconhecido por 196 países. Em seu Artigo 19, a Convenção declara que os Estados Partes devem implementar todas as medidas legais, administrativas, sociais e educacionais necessárias para proteger a criança de qualquer tipo de violência física ou psicológica, agressões, abusos, negligência, maus-tratos ou exploração, incluindo violência sexual, enquanto estiver sob a

responsabilidade de pais/mães, tutores/as legais ou qualquer outra pessoa encarregada de seu cuidado (UNICEF, 2023).

A compreensão de que crianças e adolescentes estão em uma fase única de desenvolvimento, que exige proteção integral, foi consolidada com a promulgação da Lei nº 8.069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990b). Com essa legislação, emergiu uma nova perspectiva sobre infância e adolescência, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos civis, sociais e humanos, em uma fase de desenvolvimento que requer cuidados especiais e proteção integral (Brasil, 1990b). O ECA adota uma abordagem preventiva, buscando evitar a violação dos direitos fundamentais desse público (Trindade e Hohendorff, 2020). No entanto, essa visão sobre infância e adolescência ainda não é plenamente aceita pela sociedade (Patias, Siqueira, Dell'Aglio, 2017).

O caráter preventivo do ECA é essencial, pois busca proteger as crianças antes que seus direitos sejam violados, promovendo ações que garantam um desenvolvimento saudável e seguro. No entanto, a observação de que essa concepção de infância e adolescência ainda não é amplamente compartilhada pela sociedade reflete desafios contínuos na implementação e aceitação desses direitos. Mesmo com avanços legais, resistências culturais e sociais ainda dificultam a plena efetivação da proteção integral prevista no ECA, evidenciando a necessidade de contínuos esforços de sensibilização e educação para que a sociedade compreenda e respeite os direitos de crianças e adolescentes.

O ECA (Brasil, 1990b) dispõe sobre a proteção integral, tendo por objetivo a defesa dos direitos de crianças e adolescentes: “a criança e o/a adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...), assegurando-lhes (...) o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. O Artigo 17 preconiza o direito ao respeito, que “consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente (...), sendo dever de todos velar pela sua dignidade, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Artigo 18). Além disso, o ECA prevê medidas de proteção quando houver ameaça ou violação de seus direitos. Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, o Estatuto estabelece a notificação obrigatória (Artigo 13). Prevê ainda infrações administrativas, como multa, caso médicos/as, professores/as ou

responsáveis por estabelecimentos de atenção à saúde e de Ensino Fundamental, pré-escola ou creche deixem de notificar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento (Artigo 245) (Brasil, 1990b).

Em resposta ao impacto crescente da violência e dos acidentes na morbimortalidade da população brasileira, foi instituída a **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**, com foco particular em crianças e adolescentes. Essa política reconhece que a violência contra crianças e adolescentes é uma causa significativa de morte e lesões nesse grupo etário, estabelecendo essa questão como um alvo prioritário de intervenção. A violência, em suas diversas formas — física, sexual, psicológica e negligência —, tem repercussões devastadoras não apenas para a saúde imediata das crianças e adolescentes, mas também para o seu desenvolvimento a longo prazo. Além das consequências físicas, os efeitos emocionais e psicológicos tendem a acompanhar esses/as jovens por toda a vida, gerando um ciclo de vulnerabilidade e exclusão.

No entanto, como destacado por Trindade e Hohendorff (2020), o enfrentamento desse fenômeno ainda representa um grande desafio para o setor de saúde. A resposta eficaz à violência contra crianças e adolescentes enfrenta obstáculos como fatores culturais que, em muitos casos, normalizam ou minimizam a gravidade da violência. Além disso, a falta de conhecimento e preparo tanto dos/as profissionais de saúde quanto dos/as usuários/as dos serviços para identificar e intervir em situações de violência infantil dificulta a implementação das políticas de proteção. Muitos/as profissionais podem ter dificuldades em reconhecer sinais de violência ou desconhecem os procedimentos de notificação e encaminhamento para os serviços adequados.

A falta de educação e conscientização sobre a violência, aliada à insuficiência de capacitação contínua de profissionais de saúde, compromete a eficácia da política pública. A violência sexual infantil, por exemplo, frequentemente é subnotificada devido ao medo de retaliação, vergonha ou desconhecimento de que os comportamentos violentos configuram um crime que precisa ser combatido. Assim, a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade, embora bem-intencionada, encontra barreiras socioculturais e operacionais que limitam seu impacto direto no combate à violência contra crianças e adolescentes.

Para que essa política seja mais eficaz, é necessário não apenas reforçar as

medidas de capacitação e sensibilização dos/as profissionais de saúde, mas também integrar outras políticas educacionais e sociais que promovam o conhecimento sobre os direitos das crianças e adolescentes. A educação para a sexualidade nas escolas, por exemplo, pode desempenhar um papel essencial na prevenção da violência sexual infantil, conforme discutido nos textos anteriores, capacitando as crianças a entenderem seus direitos e a identificarem situações de risco.

A colaboração entre os setores de saúde, educação e assistência social é vital para fortalecer a resposta à violência sexual infantil. Essa articulação permite que a política de redução da morbimortalidade por violência atue não apenas no tratamento das vítimas, mas também na prevenção de novos casos, promovendo um ambiente mais seguro e protetor para as crianças e adolescentes.

Portanto, embora a **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências** tenha identificado corretamente a violência contra crianças e adolescentes como um grave problema de saúde pública, sua implementação efetiva exige uma abordagem mais integrada e contínua, que envolva tanto a formação de profissionais de saúde quanto a educação de famílias e comunidades sobre os direitos das crianças e a necessidade de enfrentamento da violência em todas as suas formas.

Nas últimas décadas, **leis complementares** têm sido incorporadas ao ECA. Em 26 de junho de 2014, foi promulgada a Lei nº 13.010/2014 (Brasil, 2014), cujo objetivo é estabelecer “o direito da criança e do/a adolescente de serem educados/as e cuidados/as sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante”. Popularmente reconhecida como Lei da Palmada, após promulgada, foi chamada de **Lei Menino Bernardo**, em alusão ao caso de Bernardo Uglione Boldrini (Trindade e Hohendorff, 2020). Trata-se de uma legislação que prevê sanções administrativas para aqueles/as que maltratarem crianças e adolescentes (como o encaminhamento a programas de proteção à família e/ou a tratamento psicológico ou psiquiátrico). Nela, estão também delineadas as políticas públicas e medidas para coibir a violência contra crianças e adolescentes (Brasil, 2014).

A **Lei nº 13.431/2017** (Brasil, 2017) estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência. Seu principal objetivo é criar um conjunto de medidas que protejam crianças e adolescentes que sejam vítimas ou testemunhas de qualquer tipo de violência — seja ela física, psicológica ou sexual. A lei busca prevenir a revitimização, ou seja, impedir

que a criança ou adolescente tenha que reviver o trauma por meio de depoimentos repetidos e exposições a situações que remetam à violência sofrida. Ela também define procedimentos específicos para a escuta especializada e o depoimento especial, realizados em ambientes adequados, com profissionais capacitados/as, para garantir que as crianças e adolescentes sejam ouvidos/as de maneira humanizada. Além disso, a lei promove a articulação entre os diversos órgãos do sistema de justiça, saúde, assistência social e educação, para um atendimento integral e coordenado.

Outra lei complementar integrada ao ECA é a nova **Lei nº 14.811/2024** (Brasil, 2024), que incluiu na lista de crimes hediondos o induzimento, a instigação ou o auxílio ao suicídio ou à automutilação realizados por meio da rede de computadores ou transmitidos em tempo real; sequestro e cárcere privado cometidos contra menores de 18 anos; tráfico de pessoas cometido contra crianças ou adolescentes; e a produção ou posse de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes. Esta legislação reforça o compromisso do Brasil em proteger as crianças e adolescentes de crimes graves, aumentando a responsabilização de quem comete tais delitos.

Por fim, o enfrentamento da violência sexual infantil exige um esforço contínuo e articulado entre o governo, a sociedade civil e as famílias, sendo fundamental a existência de legislações rigorosas e políticas públicas que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes em todas as esferas. Nesse sentido, o próximo tópico abordará as **atuais regulamentações e diretrizes sobre educação para a sexualidade no Rio Grande do Sul**, explorando como o estado tem estruturado suas políticas para promover uma educação voltada à prevenção da violência sexual e à garantia dos direitos das crianças.

7.1 Atuais regulamentações e diretrizes sobre educação para a sexualidade no Rio Grande do Sul

Atualmente, no **Rio Grande do Sul**, as políticas estaduais estão em consonância com as diretrizes federais, ao mesmo tempo que implementam iniciativas próprias para uma abordagem mais inclusiva e abrangente. Um exemplo dessa iniciativa é a criação da **Assessoria de Gênero e Sexualidade (AGS)** no **Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)**, em 2022. O objetivo dessa assessoria é

integrar ações de ensino, pesquisa e extensão que tratem da diversidade de gênero e sexualidade nas escolas, garantindo que esses temas sejam abordados de maneira adequada, inclusiva e crítica. Isso não só desconstrói preconceitos, mas também assegura uma formação mais robusta e atualizada para educadores/as, preparando-os/as para lidar com as complexidades da sexualidade e da diversidade de gênero na educação.

Esse esforço é especialmente importante considerando a necessidade de combater a violência sexual infantil. A inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola, além de instruir as crianças sobre seus corpos e limites, também pode orientar núcleos familiares e educadores/as para identificar e prevenir situações de violência, contribuindo para a criação de ambientes mais seguros e respeitosos para o desenvolvimento das crianças.

Nesse sentido, o projeto reflete não apenas as regulamentações gerais que tratam do tema no país, mas também iniciativas locais e institucionais que reforçam o papel da escola e das famílias como agentes de transformação social no que diz respeito à sexualidade e à proteção infantil.

Além disso, o **Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul** tem trabalhado na atualização das diretrizes para a educação básica, incluindo a educação sexual dentro de temas transversais, como saúde, ética e cidadania. Essas diretrizes são alinhadas com a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, orientando as práticas pedagógicas no estado e garantindo que as escolas promovam o respeito à diversidade e à inclusão (Rio Grande do Sul, 2022).

Essas regulamentações e programas demonstram um compromisso do estado em integrar a educação para a sexualidade de forma transversal, contribuindo para um ambiente educacional mais seguro e inclusivo para todos/as os/as estudantes. As iniciativas locais, como as promovidas pelo IFRS, mostram que a educação para a sexualidade no Rio Grande do Sul começa a ser vista como uma das prioridades, com foco na formação continuada de professores/as e na conscientização sobre a diversidade sexual e de gênero (Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2024).

A análise das regulamentações e diretrizes sobre educação para a sexualidade no Rio Grande do Sul reflete um avanço importante no contexto educacional, alinhando-se com as políticas federais ao mesmo tempo em que introduz iniciativas locais que promovem uma abordagem inclusiva e abrangente.

Contudo, apesar desses avanços, é crucial questionar até que ponto essas iniciativas têm sido implementadas de forma eficaz em todo o estado. A formação continuada de professores/as e a conscientização sobre diversidade sexual e de gênero são pilares essenciais, mas muitas vezes enfrentam desafios relacionados à resistência cultural, falta de recursos e apoio institucional. O alinhamento com a BNCC é positivo, mas é preciso garantir que as práticas pedagógicas realmente reflitam essa orientação, em vez de serem apenas diretrizes teóricas.

Ademais, o impacto real dessas regulamentações e programas deve ser avaliado continuamente. É necessário investigar se os objetivos de criar um ambiente educacional mais seguro e inclusivo para todos/as os/as estudantes estão sendo atingidos na prática. A inclusão de temas como saúde, ética e cidadania de forma transversal é fundamental, mas deve ser acompanhada de um monitoramento rigoroso e de feedback dos/as próprios/as alunos/as, professores/as e comunidades escolares.

Em síntese, enquanto as iniciativas estaduais, como as promovidas pelo IFRS, representam um avanço importante em direção à inclusão e ao respeito à diversidade nas escolas, a eficácia dessas ações depende de uma implementação contínua e consistente. Além disso, o compromisso com a formação e o apoio aos/às educadores/as é essencial para que essas políticas se traduzam em mudanças concretas no ambiente escolar. Sem essa base sólida, há o risco de que essas políticas fiquem apenas no plano discursivo, sem produzir transformações significativas.

No próximo capítulo, serão analisados os discursos dos núcleos familiares entrevistados, os quais ofereceram percepções fundamentais sobre a inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta de prevenção à violência sexual infantil. A análise desses discursos será realizada à luz da abordagem foucaultiana, com foco nas relações de poder/saber, resistências e negociações que emergiram das entrevistas. Com essa análise, busca-se compreender como as famílias se posicionam em relação à introdução da educação para a sexualidade na vida escolar de suas crianças e como essa percepção pode influenciar a eficácia dessa prática na proteção e conscientização desde os primeiros anos de escolarização.

8. PERCEPÇÕES FAMILIARES SOBRE A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PRÉ-ESCOLA COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

No contexto desta pesquisa voltada para a compreensão das percepções dos núcleos familiares sobre a inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta de combate à violência sexual infantil, foram realizadas entrevistas com famílias de crianças matriculadas na pré-escola da rede municipal de ensino de uma cidade localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas de forma individualizada, com cada núcleo familiar que consentiu em participar do estudo.

A escolha do local para a realização das entrevistas foi deixada a critério dos/as participantes, garantindo que se sentissem em um ambiente confortável e seguro, propício para expressarem suas opiniões de maneira aberta e sincera. No total, sete núcleos familiares participaram das entrevistas. Embora inicialmente dois desses núcleos tivessem sido selecionados apenas para fins de validação da entrevista, a profundidade e relevância das respostas obtidas levaram à inclusão de todos os dados coletados na análise final.

As entrevistas ocorreram no período de 14 de março a 03 de abril de 2024, com a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Todos/as os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com os critérios éticos previstos na Resolução 5010/16, exigidos para a realização de estudos dessa natureza. Durante as entrevistas, todas as questões foram abordadas de maneira consistente, e as respostas foram obtidas de forma unânime. Os questionamentos apresentados aos/às participantes foram cuidadosamente formulados com base nos objetivos específicos da pesquisa e nas questões centrais que orientam o estudo.

Foucault (2001) argumenta que a sexualidade é uma construção social influenciada por relações de poder-saber, enfatizando a importância de problematizar o lugar que atribuímos a ela e aos discursos que elegemos para representá-la. Essa abordagem é crucial para o combate à violência sexual infantil pois, embora o autor não tenha abordado o assunto de forma prescritiva, fornece pistas para que possamos exercitar, na prática, ações que ofereçam às crianças ferramentas necessárias para

compreender e proteger seus corpos, permitindo o contato com o tema de forma que transcenda dispositivos voltados à repressão e ao controle.

A sexualidade, entendida como um dispositivo segundo Foucault (2001), está constantemente envolvida em um jogo de poder e saberes que produz conhecimentos e, assim, relações e modos de subjetivação. Esse dispositivo é constituído por estratégias de relações de força que mantêm e são mantidas por tipos específicos de saber (Foucault, 2001). Conforme Barros (2014), a sexualidade emerge em um período histórico específico com a intenção de atender a uma necessidade imediata, ajustando e intervindo na formação dos sujeitos, bem como em seu controle.

Esse dispositivo é composto por uma rede que articula diversos elementos, como discursos, instituições, organizações, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em essência, tanto o que é dito quanto o que não é dito fazem parte do dispositivo (Foucault, 2001).

A sexualidade, nesse contexto, não é apenas uma questão de desenvolvimento pessoal, mas também um campo onde jogos de poder estão em constante operação, influenciando e sendo influenciados pelos tipos de saberes que são legitimados e disseminados.

Ao introduzir a educação para a sexualidade desde a pré-escola, há uma intervenção direta na formação dos sujeitos em uma fase crucial de suas vidas, onde os conceitos de corpo, consentimento e relações interpessoais começam a se formar. Esse processo educacional pode ser visto como uma estratégia que, ao mesmo tempo em que empodera as crianças com conhecimento e consciência sobre seus corpos, desafia as dinâmicas de poder que frequentemente colocam crianças em situações vulneráveis à violência sexual.

Compreender como as famílias percebem essa abordagem educacional é essencial, pois suas percepções podem influenciar a aceitação e a eficácia dessas intervenções. Se as famílias veem a educação para a sexualidade como uma ferramenta de proteção e empoderamento, a probabilidade de apoio a essas iniciativas é maior, o que pode contribuir para a criação de um ambiente mais seguro para as crianças em situações de vulnerabilidade à violência. Por outro lado, resistências ou mal-entendidos podem dificultar a implementação eficaz dessas estratégias, perpetuando as dinâmicas de poder que permitem a continuidade da

violência sexual infantil, por intermédio daquilo que não é dito e tratado, embora vivenciado no cotidiano.

Conforme Louro (2022), por meio desses mecanismos, a educação tem desenvolvido e implementado uma pedagogia de gênero e sexualidade, estabelecendo modos de vivenciar a sexualidade e introduzindo tecnologias de governança. Utilizando os elementos do dispositivo e a rede criada entre o dito e o não dito sobre a sexualidade, determinam-se as formas pelas quais os indivíduos a vivenciam. Por isso, é fundamental ouvir as famílias sobre suas percepções acerca da educação para a sexualidade na pré-escola, pois os núcleos familiares são elementos centrais na rede de relações que compõem o dispositivo da sexualidade infantil. A compreensão das famílias sobre esse tema influencia diretamente as atitudes e comportamentos das crianças, além de impactar a maneira como a educação para a sexualidade é recebida e aplicada no ambiente escolar.

Considerando que a sexualidade é um campo permeado por relações de poder e saber, como apontado por Foucault (2001), o envolvimento das famílias na temática e em sua abordagem na escola pode garantir que essas relações sejam tratadas de forma contextualizada e sensível às necessidades e valores da comunidade local. Isso pode fortalecer a eficácia das políticas educacionais, assegurando que sejam mais inclusivas e alinhadas com as expectativas e realidades das crianças e suas famílias, promovendo um ambiente de aprendizado mais seguro e acolhedor.

8.1 Violência Sexual Infantil e seus impactos sob a ótica dos núcleos familiares de crianças da pré-escola

A presente análise do discurso, baseada nas entrevistas com familiares e responsáveis de crianças da pré-escola, busca compreender como estes/as percebem e definem a violência sexual infantil, os impactos psicológicos, emocionais e sociais dessa violência, bem como suas visões sobre a implementação da educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta de combate a essa violência. Além disso, a análise examina as estratégias de conscientização e educação que as famílias adotam para proteger e orientar as crianças.

A compreensão da violência sexual infantil e de seus impactos é um tema de grande relevância e complexidade, especialmente ao ser abordado no contexto da

educação para a sexualidade como ferramenta de cuidado, proteção e prevenção da violência em crianças em idade pré-escolar.

As respostas das entrevistas oferecem uma visão abrangente sobre como os núcleos familiares compreendem e enfrentam a violência sexual infantil, reconhecendo a importância da educação, da comunicação e da intervenção tanto familiar quanto institucional para proteger e apoiar as crianças.

É importante lembrar que a violência, incluindo a violência sexual, é frequentemente observada nas escolas e constitui uma questão crítica que deve ser enfrentada para prevenir tanto a violência sexual quanto discriminações baseadas em gênero e sexualidade. Abramovay et al. (2002) discutem como a violência simbólica e física afetam a autoestima e o bem-estar dos/as alunos/as, incluindo formas de bullying prevalentes no ambiente escolar.

As famílias entrevistadas descrevem a violência sexual infantil como a transgressão dos limites do que é considerado permitido ou apropriado nas interações com crianças: “[...] a violência infantil é você passar dos limites do que uma criança permitir” (entrevista nº 1). Essa definição suscita preocupações sobre o conceito de consentimento no contexto infantil e sobre a problemática de atribuir à criança a responsabilidade pela própria proteção, como se dependesse de uma decisão dela. Outra fala revela: “[...] qualquer ação que invada a privacidade e a intimidade da criança, seja física ou até mesmo emocional” (entrevista nº 6). Para os núcleos familiares, a identificação de toques inadequados e o desconforto causado por tais ações são percebidos como indicativos de violência sexual.

Outro entendimento da violência sexual infantil, conforme a percepção familiar, é que ela se refere a qualquer ato que provoque desconforto à criança, sugerindo que a percepção de violência pode ser subjetiva e baseada na reação emocional da própria criança: “[...] eu acho que qualquer coisa, desde toque, qualquer coisa que a criança sinta desconfortável com aquilo [...]” (entrevista nº 6). Esse discurso revela uma percepção que pode parecer subjetiva, dependendo da criança e das normas sociais em que está inserida. Essa compreensão sugere, ainda, que tais percepções estão interligadas às relações de poder e conhecimento, tornando a definição de violência sexual complexa e dependente do contexto social de cada indivíduo. Em outras palavras, a percepção da violência sexual infantil pode variar conforme a forma como a criança e a sociedade ao seu redor entendem e interpretam o desconforto e a

violência. No entanto, é importante ressaltar que a violência sexual nem sempre provoca desconforto imediato na criança, e talvez esse seja um dos pontos menos discutidos do tema, uma vez que esse tipo de violação pode ocorrer por meio de carícias e afeições que a criança não tem obrigação de identificar como inadequados.

A invasão do espaço pessoal da criança é um ponto frequentemente destacado pelos/as participantes. Termos como “invasão da privacidade e intimidade” e “violação do espaço da criança” foram usados para descrever tanto uma violação física quanto emocional. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023), a violência sexual contra crianças é ampla, incluindo qualquer ato sexual forçado ou imposto, perpetrado por adultos/as ou outras crianças, abrangendo diversas situações. Além dos danos físicos, os efeitos da violência nas vítimas afetam principalmente a saúde psicológica delas.

Dentro do conceito de violência sexual, o estupro se destaca por envolver penetração sexual — vaginal, anal ou oral — sem o consentimento da vítima. Já o abuso sexual inclui uma ampla gama de comportamentos sexuais inadequados, como toques indesejados, carícias, beijos ou exposição de órgãos genitais, podendo ocorrer com ou sem contato físico direto. A exploração sexual, por sua vez, refere-se ao uso de uma criança para obter lucro ou benefício sexual, incluindo prostituição infantil, pornografia infantil ou qualquer outra forma de comércio sexual envolvendo crianças. O assédio sexual, outra forma de violência, envolve comportamentos sexuais indesejados, como comentários, gestos ou avanços sexuais, e pode ocorrer em qualquer contexto onde haja interação entre a criança e o/a agressor/a (Pedroso, [s.d.], s.p.).

Esses termos destacam a gravidade e a amplitude da violência sexual contra crianças, enfatizando a necessidade de medidas de proteção e intervenção eficazes para prevenir e tratar tais atos.

Vale ressaltar que, segundo Pedroso (s.d., s.p.), “no caso de crianças, o conceito de consentimento é inexistente, pois elas não têm a capacidade legal ou emocional para consentir a atos sexuais". Esta afirmação sublinha a total incapacidade das crianças de compreender ou concordar com a natureza e as consequências dos atos sexuais, tornando qualquer interação sexual com elas intrinsecamente violenta e ilegal. Portanto, é crucial que tanto a família quanto a escola estejam atentas e preparadas para reconhecer e responder a esses comportamentos,

protegendo assim as crianças de danos imediatos e de longo prazo

Os impactos da violência sexual infantil são amplamente reconhecidos pelas famílias participantes, que consideram as consequências psicológicas, emocionais e sociais de longo prazo como as mais graves. Uma pessoa entrevistada mencionou que essa violência pode levar à depressão e dificuldades de socialização: “[...] isso vai pra vida toda da criança. Isso pode dar uma depressão pra criança. A criança não vai querer se socializar com ninguém. Isso vai ser um impacto muito grande na vida dela” (entrevista nº 3), enquanto outra destacou os efeitos na capacidade de convivência da criança com seus pares, resultando em traumas psicológicos e físicos profundos e duradouros: “[...] pode causar grandes impactos sim, na cabeça da criança, no convívio com outras crianças e depois como se tornar adulto, impacta sim” (entrevista nº 4). Outra entrevistada confirma a mesma preocupação: “[...] Eu acho que impacto para a vida inteira, né, que deve ter” (entrevista nº 5).

Uma fala particularmente impactante foi: “[...] a criança, vai que sofre um abuso, uma violência sexual, vai crescer de uma maneira que não entenda o que é a sexualidade e o que significa exatamente o real sentido da sexualidade” (entrevista nº 2). Compreendemos que esses traumas podem prejudicar o desenvolvimento e a compreensão da sexualidade da criança; as famílias demonstram preocupação e ressaltam a urgência de medidas preventivas e educativas, apoiando a inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como forma de mitigar esses impactos devastadores.

Estudos comprovam que as consequências da violência sexual infantil são amplas e profundas, afetando diversos aspectos da vida da criança. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que as consequências psicológicas incluem transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, comportamento suicida e disfunção sexual (Kempe, 2018). O Ministério da Saúde (Brasil, 2010) acrescenta que crianças e adolescentes que sofrem violência sexual podem desenvolver problemas de saúde mental e social, como ansiedade, depressão, alucinações, baixo desempenho escolar, comportamentos agressivos e violentos, além de risco aumentado de tentativas de suicídio. A UNICEF (2023) complementa que, socialmente, essas crianças podem enfrentar dificuldades de socialização, isolamento social e desafios educacionais, além de estigmatização e discriminação, exacerbando ainda mais os impactos negativos.

Segundo Williams (2002), a violência sexual é um fator de risco para o desenvolvimento de sintomas e transtornos psicológicos, mas não há uma síndrome específica, ou seja, um conjunto de sinais e sintomas exclusivos das vítimas. O surgimento desses sintomas depende da experiência de cada pessoa, incluindo fatores individuais e o apoio oferecido pela rede profissional e social após o ocorrido. Embora certos sintomas sejam comuns, o impacto da violência sexual varia conforme a intervenção e o contexto. Hohendorff e Patias (2017) identificaram que as consequências para as vítimas podem ser classificadas em quatro categorias principais: físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais. Esses grupos abrangem desde problemas de saúde física até desafios emocionais e cognitivos, que afetam a capacidade das crianças de se desenvolverem plenamente e interagirem socialmente.

De forma geral, os/as participantes demonstraram grande preocupação com os impactos da violência sexual infantil, reconhecendo que eles se estendem além da infância e podem afetar o desenvolvimento psicológico, social e a compreensão da sexualidade ao longo da vida. Como expresso por uma das famílias: "[...] a criança que sofre um abuso, uma violência sexual, pode crescer sem entender o verdadeiro sentido da sexualidade" (entrevista nº 2). Outra entrevista reforça: "[...] isso vai pra vida toda da criança. Isso pode dar uma depressão pra criança. A criança não vai querer se socializar com ninguém. Isso vai ser um impacto muito grande na vida dela" (entrevista nº 3).

Essas percepções refletem a preocupação das famílias com abordagens educativas e preventivas, tanto no contexto familiar quanto institucional, para combater a violência sexual infantil. Há uma demanda clara e uma necessidade de maior educação e conscientização dentro das famílias, o que ressalta o papel crucial da escola como parceira da família na disseminação de conhecimento e na prevenção desse tipo de violência.

As percepções familiares indicam uma confiança na educação para a sexualidade na pré-escola como uma forma de oferecer proteção e apoio às crianças. Nas respostas das entrevistas, os núcleos familiares ressaltam a importância da comunicação e da intervenção, tanto familiar quanto escolar/institucional, na proteção das crianças.

> [...] a introdução da educação sexual eu creio que seja uma ferramenta eficaz. Pode ser uma ferramenta eficaz na educação sexual da criança, porque na escola talvez explique de uma linguagem melhor do que os pais talvez não saibam explicar para a criança dentro de casa [...] (entrevista nº 2).

Outra entrevista reforça a importância da inclusão do tema na pré-escola, destacando: “Eu acho que é muito bom, porque precisa, tem que prevenir, porque como em casa a gente já fala, aí na escola o professor já ajuda também” (entrevista nº 3). Esses depoimentos evidenciam o consenso entre as famílias sobre a relevância dessa abordagem integrada, onde escola e família se complementam para garantir que as crianças recebam informações adequadas e compreensíveis, fortalecendo a prevenção contra a violência sexual e promovendo um desenvolvimento saudável e seguro.

Os familiares veem a escola como um complemento à educação para a sexualidade que já é oferecida em casa, fundamentando essa percepção em diversos aspectos. Em primeiro lugar, muitos/as responsáveis reconhecem suas próprias limitações para abordar temas de sexualidade com seus/suas filhos/as. Isso pode ocorrer devido à falta de conhecimento específico, desconforto ou dificuldades para encontrar uma linguagem acessível e adequada para explicar conceitos considerados complexos para crianças. Nesse contexto, a escola é vista como um ambiente que pode preencher essas lacunas, uma vez que conta com profissionais capacitados/as e preparados/as para lidar com o tema.

Percebe-se a confiança dos núcleos familiares de que os/as professores/as têm a habilidade de apresentar informações de maneira estruturada e apropriada à faixa etária das crianças, utilizando recursos didáticos que facilitam o entendimento. Essa confiança se traduz em uma visão de que a educação para a sexualidade deve ser uma responsabilidade compartilhada entre família e escola. Essa colaboração é percebida como essencial para garantir que as crianças recebam uma mensagem complementar, coerente e reforçada sobre sexualidade e segurança. A frase "como em casa a gente já fala, aí na escola o professor já ajuda também" (entrevista nº 3) exemplifica essa sinergia desejada entre os dois ambientes.

Além disso, a abordagem é vista pelos núcleos familiares não apenas como um meio de fornecer informações, mas como uma ferramenta de prevenção da violência sexual infantil. As famílias acreditam que, ao receber informações claras e compreensíveis tanto em casa quanto na escola, as crianças estarão melhor

preparadas para reconhecer e se proteger contra situações de risco. Esse aspecto preventivo é altamente valorizado por todos/as os/as participantes, que veem na educação para a sexualidade uma forma de garantir a segurança de seus/suas filhos/as.

Os/as participantes também percebem os benefícios da educação para a sexualidade no desenvolvimento infantil, mencionando a importância de promover o entendimento do próprio corpo, o respeito aos limites pessoais e a construção de relacionamentos saudáveis desde cedo. Na perspectiva familiar, para alcançar um desenvolvimento saudável, é essencial que o ensino doméstico e escolar sejam complementares. Conforme Pedroso (s.d., s.p.), tanto a família quanto a escola têm a responsabilidade de abordar temas relacionados a gênero e sexualidade. Utilizando uma linguagem apropriada para cada faixa etária, é possível conversar com as crianças desde cedo sobre o corpo e suas partes íntimas, explicando a distinção entre carinho e violência. Para a autora, é crucial instruir as crianças sobre comportamentos inadequados de adultos/as e ressaltar a importância de buscar ajuda se alguma situação desconfortável ou suspeita ocorrer. Essas ações podem capacitá-las a reconhecer e reagir a situações de violência sexual, garantindo uma proteção mais efetiva e um desenvolvimento integral.

Essa abordagem complementar, valorizada pelas famílias, pode incentivar uma comunicação mais aberta dentro dos lares. Ao saber que os/as filhos/as estão recebendo informações na escola, os familiares podem se sentir mais à vontade para continuar essas conversas, respondendo a perguntas e esclarecendo dúvidas que surgem. Essa visão reforça a importância de uma abordagem integrada e colaborativa entre escola e família, garantindo que as crianças recebam uma educação para a sexualidade abrangente, preventiva e promotora de um desenvolvimento saudável e seguro.

Conforme Barbosa e Horn (2019), a educação infantil, especialmente na pré-escola, é um período crítico para o desenvolvimento das crianças, pois é nessa fase que elas vivenciam importantes descobertas, constroem relações e adquirem experiências que as ajudam a se desenvolver como sujeitos sociais inseridos em uma cultura, ao mesmo tempo em que afirmam suas individualidades e singularidades no mundo. Essa visão é compartilhada pelos familiares participantes, que reconhecem a importância de iniciar a educação para a sexualidade desde cedo. Um exemplo disso

é a fala de um dos familiares: “[...] eu acho que as crianças têm condições e são capazes, e eu acho muito válido que se comece antes [...]” (entrevista nº 7). Outra opinião reforça essa perspectiva: “[...] eles estão descobrindo o corpinho deles ainda, né? Então, assim, pra eles até um certo momento, aquilo é só pra fazer o xixizinho deles, enfim, né? [...] agora eles começam a descobrir, né?” (entrevista nº 1).

As famílias demonstram empenho em educar e orientar as crianças sobre o conhecimento de seus corpos e os limites do contato físico, visando ajudar as crianças a lidar com situações de risco e a se protegerem de violências. Um exemplo é o relato de uma família (entrevista nº 3) que descreveu como ensina sua filha sobre quem pode ou não tocar em suas partes íntimas e a importância de informar à mãe caso algo inapropriado aconteça. A frase "[...] em casa a gente já fala sobre o assunto, e na escola o professor já ajuda também" exemplifica essa colaboração mútua entre família e escola, que é considerada muito importante não só por essa família específica, mas por todos/as os/as participantes.

Outras falas que demonstram o empenho familiar na educação para a sexualidade dos/as filhos/as, visando à proteção deles/as, incluem:

> [...] eu comprei um livrinho, que é aquele ‘*Meu Corpo, Meu Corpinho’*, sabe, da editora Matricência, daí ele fala, ele já até decorou as falas, tão meu, tão bonitinho, [...] que daí ele sabe que as partes íntimas ninguém pode tocar, então ele olha nas figurinhas assim e a gente vai explicando e de uma maneira mais lúdica, assim, ele entende (entrevista nº 5).

Outra família revelou sua abordagem cuidadosa:

> [...] a gente conversa muito com ela nesse sentido assim, de que ninguém pode encostar no corpo dela sem a permissão dela, principalmente nas áreas mais íntimas, que quando ela precisa ir no banheiro, que ela vá com alguém, alguma coleguinha, com a Prof. ou com a mãe, mas não pessoas estranhas, que ela procure cuidar muito, porque às vezes, a gente fala muito que nem todas as pessoas são boas, que existem pessoas que elas têm má intenção e às vezes a gente não sabe quem são essas pessoas, então que ela procure sempre estar acompanhada de pessoas que ela conheça, que a mãe conheça e que ela confie (entrevista nº 6).

Nota-se que essas ações familiares são complementadas pela expectativa de que a escola desempenhe um papel crucial na prevenção e conscientização sobre a violência sexual infantil. Essa perspectiva de ação compartilhada entre família e escola sublinha a importância de uma parceria sólida entre esses dois ambientes, visando proporcionar um desenvolvimento saudável e seguro para as crianças.

Na percepção dos núcleos familiares, tanto as famílias quanto as instituições

escolares desempenham papéis complementares na educação das crianças, abordando questões como limites corporais, comunicação de situações desconfortáveis e a diferenciação entre comportamentos apropriados e inapropriados, especialmente no contexto do comportamento sexual. Nota-se que os discursos sobre a prevenção da violência sexual são moldados por práticas e necessidades sociais, refletindo uma preocupação constante com a proteção infantil.

As normas sociais e educacionais que ditam como esse conhecimento deve ser transmitido controlam e organizam esses discursos, em função da necessidade de respeitar os padrões familiares. Um exemplo é a opinião familiar de que os/as professores/as deveriam mostrar previamente o conteúdo de educação para a sexualidade aos familiares para aprovação: “[...] o professor mostrar pros pais o conteúdo primeiro, pra ver se os pais iam aprovar ou não” (entrevista nº 3). Essa preocupação em aprovar previamente o conteúdo demonstra a necessidade de alinhamento com os valores e expectativas familiares, garantindo maior eficácia e aceitação das iniciativas educacionais. Esse controle e organização dos discursos familiares sobre a escola podem revelar limitações e desafios, como a possível resistência a certos tópicos ou métodos de ensino que, embora necessários, possam não ser inicialmente aceitos por todas as famílias ou pela sociedade.

É imprescindível que a educação para a sexualidade seja tratada de maneira colaborativa entre a família e a escola, unindo esforços para criar um ambiente seguro e informativo. Essa parceria é crucial para enfrentar desafios e assegurar que as crianças, desde a pré-escola, recebam uma educação abrangente e eficaz, sem que a escola se limite aos valores morais das famílias. Além disso, é essencial dar voz às crianças, partindo de suas dúvidas, anseios e interesses, quando o assunto é educação e sexualidade.

Analisando esse contexto, percebe-se a complexidade de abordar o tema na pré-escola, destacando os desafios e as resistências que podem surgir tanto no âmbito familiar quanto na sociedade. A resistência a certos tópicos ou métodos de ensino pode refletir a diversidade de valores e crenças presentes nas famílias e na sociedade, evidenciando a necessidade de uma abordagem sensível, respeitosa e necessária.

A educação para a sexualidade é contínua e multifacetada, transcendendo o ambiente formal da escola para estar presente nas várias interações cotidianas das

crianças. Isso reforça que ensinar e aprender sobre sexualidade vai além das aulas, permeando várias esferas da vida, e que o aprendizado deve ser colaborativo, envolvendo também as próprias crianças.

Na mesma perspectiva, Pastana e Bortolozzi (2020) argumentam que o aprendizado sobre sexualidade é um processo contínuo, envolvendo ações deliberadas e acidentais em diversos contextos, como a família, a sociedade, a escola, os meios de comunicação, as religiões e outros espaços culturais. Esse aprendizado, muitas vezes indireto e implícito, ocorre sem que as pessoas tenham consciência ou reflitam sobre o que estão absorvendo. Já as intervenções educacionais para a sexualidade são intencionais e planejadas, com o objetivo de promover o diálogo e incentivar a reflexão, desconstruindo preconceitos e estereótipos, além de combater a desigualdade e a violência.

A implementação da educação para a sexualidade na pré-escola é necessária, mesmo diante de tabus, crenças e valores que possam existir nas famílias. A proposta de uma abordagem colaborativa entre família e escola exige a formação de parcerias, a promoção de diálogos abertos e a criação de estratégias que respeitem e integrem diferentes perspectivas. Ainda que existam diferenças, é fundamental alcançar um consenso entre os dois ambientes.

Os familiares ou responsáveis, como sujeitos que falam a partir de suas posições sociais, produzem discursos que refletem tanto suas preocupações quanto suas limitações em termos de conhecimento. Um exemplo disso é a afirmação:

> A introdução da educação sexual eu creio que seja uma ferramenta eficaz. Pode ser uma ferramenta eficaz na educação sexual da criança, porque na escola talvez explique de uma linguagem melhor do que os pais talvez não saibam explicar para a criança dentro de casa (entrevista nº 2).

Isso sugere que tanto o ambiente familiar quanto o escolar são fundamentais na formação das crianças e na proteção contra a violência sexual infantil. Dessa forma, enfatiza-se a importância de uma abordagem integrada e coordenada entre esses dois ambientes para garantir a segurança e o desenvolvimento saudável das crianças. Entretanto, cabe destacar que a criança não pode ser invisibilizada nesse processo, pois carrega consigo saberes que também precisam ser partilhados. Além disso, educadores/as devem evitar uma postura de soberba ancorada na cientificidade, reconhecendo que todos/as possuem vivências e que o enriquecimento

educativo vem da troca entre os diferentes atores envolvidos.

Ao analisar as percepções familiares sobre a escola como um espaço crucial para disseminar conhecimento sobre a prevenção da violência sexual, observa-se uma estrutura de poder que legitima a instituição escolar como responsável por produzir e distribuir esse conhecimento. Critica-se que essa visão pode reforçar a centralidade da escola, relegando a família a um papel secundário. A demanda das famílias por uma educação mais aprofundada e conscientizadora evidencia a necessidade de oficialização do discurso sobre sexualidade, destacando a insuficiência do conhecimento informal familiar e questionando os limites dessa divisão de responsabilidades. Nesse sentido, a escola se configura como o espaço legitimado para tratar de temas que as famílias, sozinhas, podem não estar preparadas para abordar plenamente, mas, ao mesmo tempo, uma postura inadequada dos educadores pode invisibilizar o papel da família nesse processo.

Essa centralização do discurso educacional na escola não ocorre de forma neutra ou desinteressada. Pelo contrário, essas práticas são controladas e influenciadas por estruturas de poder que determinam não apenas como, mas também onde o conhecimento sobre a prevenção da violência sexual deve ser produzido e disseminado. A institucionalização desse saber na escola reflete dinâmicas sociais e políticas que privilegiam a autoridade escolar em detrimento de outras formas de conhecimento, como aquelas que emergem no ambiente familiar. Ao observar essa dinâmica, torna-se evidente que a própria definição do local apropriado para a educação sexual se dá em meio a processos de hierarquização, que direcionam e limitam as possibilidades de participação da família nesse processo educativo e, mais ainda, da criança, cujo corpo é moldado e manipulado por esses discursos.

Além disso, ao analisar as entrevistas, percebe-se que, ao instruírem seus filhos e filhas sobre a prevenção da violência sexual, as famílias inserem-se em uma rede complexa de produção de discursos. Isso sugere que os núcleos familiares não estão apenas transmitindo informações de maneira isolada, mas também engajados em práticas sociais moldadas por essas mesmas relações de poder e mecanismos de controle do discurso presentes na sociedade. Assim, enquanto as famílias tentam desempenhar seu papel na educação sexual, elas também estão sujeitas às limitações impostas por um sistema que privilegia a institucionalização desse saber

na escola, configurando-se como participantes de um processo discursivo maior, que transcende o ambiente familiar.

Ao analisar as dinâmicas de poder presentes no discurso sobre a educação para a sexualidade, percebe-se como a legitimação da escola como principal espaço de disseminação de conhecimento reflete um poder simbólico que permeia a sociedade e molda a percepção de onde esse conhecimento deve ser produzido. Esse fenômeno é discutido por Kurtz e Cadoná (2021), que exploram as relações de saber-poder, concretizadas por intermédio da adesão a certos regimes de verdade, que se materializam como uma força de influência contínua na sociedade, resultando em uma "alienação social" que transforma gradualmente nossas formas de viver e pensar.

Essa alienação se manifesta quando as famílias, sem perceberem o impacto dessas estruturas de poder, aceitam a centralidade da escola nesse processo como algo natural, relegando seu próprio papel no processo educativo. Essa aceitação, como apontam Kurtz e Cadoná (2021), é resultado da presença constante desses regimes de verdade em nosso cotidiano, que se tornam tão integrados ao nosso crescimento que muitas vezes não questionamos suas implicações. Dessa forma, as famílias acabam se adaptando a essas influências, o que pode dificultar a aceitação de novas perspectivas que busquem um maior envolvimento familiar na educação para a sexualidade.

Nesse contexto, Louro (1997) argumenta que, apesar das transformações ao longo do tempo, a escola ainda exerce uma "marca distintiva" sobre os sujeitos. Essa marca se manifesta através de mecanismos sutis que a instituição utiliza para educar e diferenciar corpos e mentes, especialmente ao confinar temas como gênero e sexualidade a um campo disciplinar específico, que muitas vezes assume um enfoque predominantemente biologicista. Essa abordagem tende a limitar uma compreensão crítica e social mais ampla das questões de gênero e sexualidade, mantendo-as em um escopo restrito e técnico.

A construção desse campo, como Louro destaca, está profundamente enraizada em uma história de polêmicas e lutas. As decisões sobre a inclusão da educação para a sexualidade no currículo, assim como sobre o que deve compor esse campo e quem possui a autoridade ou legitimidade para tratá-lo, refletem conflitos e disputas que perduram ao longo do tempo entre diferentes grupos sociais. Nesse cenário de constantes avanços e retrocessos, percebe-se que tanto a escola quanto

as famílias se encontram envolvidas em uma tensão contínua, onde as "verdades" sobre sexualidade e educação são constantemente negociadas e redefinidas. Essa dinâmica reafirma a forte influência das estruturas de poder/saber na formação e perpetuação desses discursos.

Portanto, ao instruírem seus filhos e filhas sobre a prevenção da violência sexual, as famílias não estão apenas comunicando informações isoladamente, mas se inserem em um contexto mais amplo, onde suas ações são moldadas por forças sociais e políticas. Elas não apenas reproduzem, mas também contestam os discursos e práticas estabelecidos pela sociedade. A partir do discurso analisado, emerge uma compreensão multifacetada da violência sexual infantil e seus impactos, tal como percebida pelos núcleos familiares de crianças da pré-escola. Isso evidencia que, mesmo dentro de contextos familiares, há uma inter-relação constante com os discursos hegemônicos promovidos pela escola e pela sociedade em geral, resultando em uma complexa teia de influências e resistências.

Nesse sentido, Barbosa e Horn (2019) trazem uma importante reflexão sobre a infância como uma construção social em constante evolução, moldada por discursos sociais, legais e familiares. Essa construção envolve um embate contínuo entre diferentes visões de mundo sobre como a infância deve ser vivida, visões essas que estão profundamente ligadas a aspectos políticos, econômicos e morais. Portanto, acredita-se ser fundamental que os/as adultos/as reflitam criticamente sobre suas concepções de infância, reconhecendo que as crianças possuem suas próprias vidas, desejos e ideias, o que deve orientar nossa visão do cotidiano e a maneira como abordamos temas sensíveis, como a sexualidade.

Ribeiro e Martins (2017) complementam essa discussão ao destacar que as crianças demonstram curiosidade sobre a sexualidade, curiosidade essa que está intrinsecamente ligada às relações de gênero. A partir dessa compreensão, defendemos que é essencial que suas dúvidas e questões tenham espaço para emergir e sejam tratadas com clareza e simplicidade nas instituições de Educação Infantil, com a intenção deliberada de incluí-las nos processos educativos. Compreender a infância como uma construção social e atender às curiosidades das crianças sobre a sexualidade de maneira clara e adequada são, a nosso ver, passos importantes para criar um ambiente educativo que reconheça e valorize a singularidade de cada criança.

As entrevistas revelam que o conhecimento sobre a violência sexual infantil é gerado e disseminado dentro do núcleo familiar, ainda que reconhecendo suas limitações. As famílias, ao desempenharem um papel ativo na educação das crianças sobre seus corpos e os limites do contato físico, como evidenciado na fala "[...] com a minha filha, eu já falo pra ela que ninguém pode tocar nela, principalmente nas partes íntimas, só a mamãe. E se alguém tocar nela, ela tem que avisar a mamãe" (entrevista nº 3), mostram uma crescente demanda por mais educação e conscientização. Elas reconhecem a escola como um local crucial para a disseminação de conhecimento e para a prevenção desse tipo de violência.

Felipe (2011) argumenta que integrar a educação para a sexualidade ao currículo escolar oferece uma oportunidade única para tratar de temas como consentimento, respeito mútuo e autoconhecimento. Concordamos com essa visão, pois acreditamos que um programa educacional bem estruturado deve ir além das informações biológicas, incentivando a reflexão sobre valores, emoções e relações interpessoais. Essa abordagem auxilia crianças e jovens a identificar comportamentos violentos e abusivos, fortalecendo sua capacidade de se protegerem e de se desenvolverem de maneira saudável.

Barbosa e Horn (2019) reforçam essa visão ao discutir o papel central dos/as educadores/as na formação das subjetividades infantis. As autoras destacam que os/as professores/as, por meio de suas práticas pedagógicas, exercem uma influência profunda na transmissão de referências e valores, auxiliando na construção da percepção das crianças sobre diversos temas, incluindo violência e proteção. Acredita-se que essa conexão entre as percepções das famílias e a visão das autoras sublinha a importância dos ambientes educacionais, tanto a família quanto a escola, na formação das crianças.

Essas abordagens reforçam a ideia de que uma colaboração estreita entre família e escola é crucial para o desenvolvimento integral das crianças e para sua proteção contra a violência sexual infantil. Meyer (2003) complementa essa visão, destacando que o diálogo com as famílias e a formação dos/as professores/as são elementos fundamentais para o sucesso dessas iniciativas. Essas abordagens sublinham a percepção familiar da importância de uma colaboração estreita entre família e escola, não apenas na transmissão de conhecimentos, mas também na formação ética e emocional das crianças. A implementação de programas de

educação para a sexualidade, aliados ao apoio contínuo de educadores/as e familiares, revela-se essencial para criar um ambiente seguro e informativo, assegurando que as crianças cresçam com uma compreensão clara de seus direitos e com a possibilidade de se protegerem contra a violência sexual.

8.2 Percepções, crenças, valores e sugestões das famílias em relação à educação para a sexualidade na pré-escola

A análise das entrevistas revela a complexidade das percepções, crenças e valores das famílias em relação à educação para a sexualidade na pré-escola. Essa diversidade reflete não apenas as distintas realidades culturais e sociais das famílias, mas também evidencia as tensões e resistências que emergem quando temas sensíveis, como a sexualidade, são introduzidos no espaço escolar.

Meyer (2003) discute as implicações pedagógicas da educação para a sexualidade nas escolas, ressaltando a importância de desenvolver estratégias educacionais que respeitem o contexto sociocultural das famílias. No entanto, ao adotar essa perspectiva, cabe questionar até que ponto o respeito às crenças familiares pode se tornar uma barreira para a promoção de uma educação para a sexualidade crítica e emancipatória. Assim como a autora, é imprescindível refletir sobre o risco de que, ao tentar conciliar essas diversas crenças, a escola possa acabar reforçando normas conservadoras que perpetuam o silêncio e a omissão sobre temas cruciais para o desenvolvimento infantil.

A manifestação cotidiana da sexualidade pelas crianças no ambiente escolar exige uma observação atenta e sensível por parte dos/as educadores/as. No entanto, como argumenta Maia (s.d., s.p.), o diálogo sobre sexualidade muitas vezes é atravessado por valores familiares que podem ser moralistas e restritivos. Esse é um ponto central para a análise crítica: a escola, ao atuar como mediadora entre a família e a sociedade, deve ter cuidado para não reproduzir os mesmos preconceitos que buscam controlar e silenciar as expressões de sexualidade infantil. A educação para a sexualidade deve ir além de simplesmente respeitar os valores familiares, promovendo uma reflexão crítica que permita questionar e, quando necessário, desconstruir esses valores.

Felipe (2007) observa que as escolas são locais privilegiados para a

perpetuação de discussões sobre gênero e identidades sexuais. São, ainda, espaços de resistência, onde é possível desafiar e subverter normativas. As dinâmicas de poder manifestas nas práticas escolares, como piadas sexistas ou a vigilância sobre comportamentos infantis, devem ser alvo de crítica e transformação. Aqui, é necessário que a escola se posicione não como reprodutora de normas, mas como um agente ativo na promoção da equidade e da justiça social.

Britzman (2022) destaca a resistência enfrentada pela sexualidade não normativa no ambiente escolar, apontando que, mesmo as abordagens críticas, frequentemente recaem no moralismo. É importante sublinhar que essa resistência revela uma profunda dificuldade em lidar com a diversidade sexual e de gênero. A escola, ao ignorar ou suprimir discussões sobre sexualidades não normativas, reforça normas opressivas que marginalizam aqueles/as que não se encaixam nos padrões cisheteronormativos. Portanto, a educação para a sexualidade deve ser uma prática que questiona e desafia essas normatividades, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo.

As entrevistas indicam que as famílias confiam na escola como uma autoridade na educação para a sexualidade, especialmente quando as crianças depositam grande confiança nos/as professores/as, como evidenciado na fala: “[...] a minha filha, ela confia bastante na Prof., então, tudo que a Prof. falar pra ela é lei, né? Então, o que a Prof. falou é que a Prof. tá ensinando ela [...]” (entrevista nº 1). Embora essa confiança possa aumentar a eficácia da educação para a sexualidade na escola, ela também reflete a delegação de responsabilidades que muitas vezes exime as famílias de um envolvimento mais direto e consciente no processo educativo. Louro (1997) argumenta que a escola é um lugar privilegiado para problematizar e desconstruir normas de gênero, e essa responsabilidade não pode ser relegada apenas à instituição escolar. É necessário um esforço conjunto entre escola e família para garantir que as crianças recebam uma educação para a sexualidade que seja, ao mesmo tempo, crítica e emancipadora.

A maneira como a educação para a sexualidade é apresentada às crianças é uma área que merece uma análise rigorosa. As famílias destacam a importância da preparação de professores/as para abordar o assunto com as crianças, conforme a fala: “Tem que ser na linguagem, né? Por isso que a Prof. tenha um treinamento, né?” (entrevista nº 1). No entanto, essa preocupação pode, por vezes, limitar a capacidade

da escola de promover uma educação que transcenda a mera transmissão de informações biológicas. Defende-se, assim, que a escola se configure como um espaço de diálogo e questionamento, onde as crianças possam explorar e compreender a sexualidade de forma aberta e sem preconceitos.

Outro ponto de vista que reflete a visão crítica das famílias sobre a abordagem escolar é: “[...] pode ser uma ferramenta eficaz na educação sexual da criança, porque na escola talvez explique de uma linguagem melhor do que os pais talvez não saibam explicar para a criança dentro de casa” (entrevista nº 2). Essa percepção destaca o potencial da escola em atuar como mediadora na educação para a sexualidade, reforçando a necessidade de um diálogo constante e aberto com as famílias, de modo a garantir que essa mediação seja eficaz e respeite as necessidades e expectativas tanto das crianças quanto de suas famílias.

A educação para a sexualidade na pré-escola é compreendida como uma extensão ou complemento ao que já é ensinado no ambiente familiar, promovendo uma parceria entre escola e família. Esse aspecto fica evidente na fala: “Eu acho que é muito bom, porque precisa, tem que prevenir, porque como em casa a gente já fala, aí na escola o professor já ajuda também. É uma ajuda mútua da escola com a família” (entrevista nº 3). Essa sinergia facilita a comunicação entre familiares e filhos/as sobre sexualidade e contribui para uma formação humana integral, protegendo as crianças e preparando-as para lidar de forma saudável com questões relacionadas à sexualidade.

É importante, contudo, que a confiança das famílias na escola não seja vista como uma transferência de responsabilidades, mas sim como uma oportunidade de fortalecer a colaboração entre escola e família, potencializando os resultados positivos na formação das crianças. Essa colaboração é essencial para criar um ambiente educacional que promova a autonomia, o respeito e o empoderamento das crianças, conforme argumentado por Louro (2022).

As famílias também reconhecem a educação para a sexualidade como uma ferramenta eficaz para prevenir a violência sexual, como exemplificado na fala:

> Isso influencia positivamente, porque também pode ajudar talvez a identificar se dentro da própria casa ou no ambiente familiar ou com os amigos, colegas, sei lá, pode estar ocorrendo alguma violação desses direitos das crianças. E também identificar até um próprio abuso que possa estar ocorrendo dentro do ambiente familiar, dentro de casa (entrevista nº 2).

Outra declaração reforça essa percepção: “Crianças que são abusadas pelos familiares e é só na escola que elas conseguem dizer alguma coisa, sabe? Elas veem a escola como uma segurança, né?” (entrevista nº 5). Essas falas sublinham a importância de a escola ser um ambiente seguro, onde as crianças se sintam à vontade para denunciar casos de violência e buscar ajuda.

Lirio (2019) ressalta que, embora a escola seja um espaço importante para a detecção e prevenção da violência sexual, ela não deve ser a única responsável por essa tarefa. A proteção das crianças requer uma abordagem intersetorial, envolvendo saúde, educação, assistência social e justiça. É fundamental criticar a visão que coloca a escola como única responsável, reconhecendo a necessidade de uma rede de apoio que inclua diferentes setores da sociedade, incluindo também a sociedade civil.

A maneira como a educação para a sexualidade é apresentada é outra preocupação constante nas falas das famílias, como demonstrado:

> [...] Eu acredito que seria bom sim, só não sei qual é a forma disso, provavelmente há estudos, mas eu acredito que sim, que é necessário sim, com certeza a abordagem vai ser uma abordagem leve pra eles entenderem (entrevista nº 4).

Essa fala reflete um entendimento de que a educação para a sexualidade deve ser acessível e adequada à faixa etária das crianças, mas também levanta questões sobre até que ponto essa "abordagem leve" pode, inadvertidamente, simplificar demais o tema e reduzir sua importância.

A demanda por uma abordagem lúdica, como sugerido na fala a seguir, também foi apontada nas entrevistas:

> [...] Eu acho que com historinhas, trazendo histórias lúdicas, com desenhinhos, perguntando para os pais, sei lá, alguma coisa que os pais tenham que participar ou escrever, ajudar na tarefa de casa, sabe, complementando a história, completando ali, faz só uma parte da história, de repente, não sei, sabe, teria que ser algo a ver com histórias, eu acho que eles prestam muita atenção na história, acho que seria por aí. É, a linguagem deles, né? (entrevista nº 5).

Outra fala também reflete a preocupação com o uso da linguagem e a faixa etária da criança quando o assunto é sexualidade:

> [...] Olha, eu acho que teria que ter um pouco de cuidado, justamente assim, analisar a questão cognitiva da criança, até que ponto a criança da pré-escola poderia entender, de que forma ela poderia entender, mas certamente de

> uma forma mais lúdica, por exemplo, usando bonecos, histórias, fantoches, teatros, por exemplo... (entrevista nº 6).

Essas falas demonstram a preocupação com o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas também revelam uma possível subestimação da capacidade das crianças de compreender e internalizar conceitos importantes sobre sexualidade. Embora a sociedade muitas vezes negue, a criança já vivencia esse processo em sua formação. É crucial defender aqui que a educação para a sexualidade deve respeitar a capacidade cognitiva das crianças, sem, no entanto, subestimar sua capacidade de compreensão e reflexão crítica enquanto sujeitos que possuem um corpo marcado por sensações e desejos.

Durante as entrevistas, ficou evidente a preocupação das famílias com a qualificação dos/as profissionais responsáveis por conduzir a educação para a sexualidade. Há um reconhecimento de que, para abordar um tema tão delicado e complexo, é fundamental contar com educadores/as que possuam não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades para se comunicar de maneira adequada com as crianças. Um/a dos/as participantes expressou essa preocupação ao afirmar:

> [...] Eu creio que tem que ter um profissional capacitado nesse sentido. Não sei, talvez um profissional de psicologia infantil, alguém que saiba conversar com a criança nessa idade, de uma maneira, numa linguagem, num linguajar, que eles possam entender [...] (entrevista nº 2).

Essa fala destaca a necessidade de profissionais bem preparados/as para lidar com o tema. No entanto, é necessário questionar se a simples presença de um/a profissional capacitado/a é suficiente para garantir uma educação para a sexualidade que seja crítica e transformadora. É essencial que esses/as profissionais também estejam comprometidos/as com a promoção de uma educação que desafie normas sociais e promova a equidade e a justiça.

Essa necessidade de comunicação eficaz está em sintonia com a visão de Ribeiro e Martins (2017), que enfatizam a importância de uma abordagem lúdica na educação para a sexualidade. No entanto, as autoras alertam que essa abordagem lúdica deve ir além da simplificação, promovendo uma compreensão mais profunda das relações de gênero e sexualidade. Defende-se, assim, que a ludicidade, quando aplicada, deve ser uma estratégia pedagógica que permita às crianças explorar e entender a complexidade da sexualidade de maneira que faça sentido para elas, sem

perder de vista a profundidade e importância do tema.

Além disso, a fala: "Eu entendo que às vezes a mãe e o pai falando não é a mesma coisa que daqui a pouco alguma outra pessoa, uma Prof. ou enfim, alguém que ela (a criança) tenha confiança, né?" (entrevista nº 1) reflete a confiança das famílias na escola e nos/as professores/as como mediadores/as da educação para a sexualidade. Contudo, essa confiança deve ser acompanhada por uma análise rigorosa sobre o papel da escola e dos/as professores/as na reprodução ou desconstrução das normas sociais e culturais que influenciam a sexualidade. É fundamental considerar como as percepções e expectativas das famílias moldam a forma como a educação para a sexualidade é abordada na escola.

Pergunta-se: como a capacitação desses/as profissionais e a abordagem pedagógica utilizada contribuem para uma compreensão ampla e emancipatória da sexualidade nas crianças? A resposta a essa questão é crucial para garantir que a educação para a sexualidade nas escolas não apenas informe, mas também empodere as crianças, desafiando normas opressivas e promovendo a equidade e a justiça social. Para tanto, a colaboração entre escola e famílias é essencial, assegurando que a abordagem seja tanto respeitosa quanto transformadora.

Por fim, a educação para a sexualidade deve ser vista como uma ferramenta de resistência e transformação social, como enfatizado por Louro (2022). A escola deve ser um espaço onde as crianças possam questionar e desafiar normas sociais, desenvolvendo uma compreensão crítica e informada sobre a sexualidade. Isso exige que a escola se comprometa não apenas com a transmissão de informações, mas com a promoção de uma educação que empodere as crianças e as prepare para enfrentar as complexas dinâmicas de poder que permeiam suas vidas.

Esse compromisso, porém, não deve excluir as famílias, mas sim integrá-las de maneira que suas percepções sejam respeitadas e dialoguem com as práticas educativas. A educação para a sexualidade na pré-escola, sob uma perspectiva analítica, deve ser uma prática que vá além da mera transmissão de informações, constituindo-se como uma ferramenta de resistência, que ajude as crianças a questionarem e desafiarem normas sociais, promovendo uma compreensão ampla e inclusiva da sexualidade.

A análise do discurso das entrevistas realizadas com as famílias de crianças da pré-escola revelou diversas percepções e compreensões sobre a educação para a

sexualidade como ferramenta preventiva contra a violência sexual infantil. As famílias demonstraram uma compreensão clara e subjetiva do que constitui a violência sexual infantil, enfatizando a gravidade das violações dos limites físicos e emocionais das crianças. Essa compreensão está diretamente ligada ao reconhecimento dos impactos psicológicos, emocionais e sociais profundos e duradouros que a violência sexual pode causar, reforçando a importância de intervenções educativas adequadas e eficazes.

No que tange à educação para a sexualidade na pré-escola, as famílias entrevistadas, em sua maioria, veem essa prática como uma ferramenta necessária e complementar à educação familiar, essencial para a proteção das crianças contra situações de risco. Há um consenso de que a escola, ao lado da família, deve desempenhar um papel ativo na orientação e formação das crianças, preparando-as para reconhecer e se proteger de possíveis violências. Contudo, foi identificado que essa percepção positiva convive com resistências e barreiras, frequentemente moldadas por crenças culturais, religiosas e pelo receio de que os conteúdos abordados na escola possam não ser apropriados para a faixa etária das crianças.

Essas resistências refletem uma preocupação com a adequação do conteúdo e com a falta de preparo dos/as profissionais de educação para tratar de temas sensíveis como a sexualidade infantil. Algumas famílias expressaram a necessidade de maior controle sobre o que é ensinado na escola, sugerindo que os conteúdos sejam revisados e aprovados previamente por elas. Esse desejo por controle revela uma tensão entre a necessidade de garantir que as informações sejam transmitidas de forma apropriada e o receio de que o discurso escolar entre em conflito com os valores familiares.

A análise também destacou a importância de uma colaboração estreita e eficaz entre escola e família. As famílias percebem a escola como uma extensão da educação promovida em casa e acreditam que essa parceria é fundamental para garantir a eficácia das intervenções educativas. No entanto, essa colaboração não deve ser vista como uma transferência de responsabilidades, mas como uma oportunidade para fortalecer a sinergia entre os dois ambientes, assegurando que as crianças recebam uma educação para a sexualidade que seja coerente, abrangente e respeitosa das necessidades e expectativas familiares.

Em suma, a análise do discurso revelou que, embora exista um apoio significativo à educação para a sexualidade na pré-escola, há também desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à superação de resistências culturais e à necessidade de capacitação dos/as profissionais envolvidos/as. As famílias reconhecem a importância de uma educação que proteja e empodere as crianças, mas insistem na necessidade de uma abordagem participativa e dialógica, que respeite seus valores e crenças, ao mesmo tempo em que promova uma compreensão crítica e informada da sexualidade. A colaboração entre escola e família surge, portanto, como um elemento central para o sucesso dessa empreitada educativa, destacando a necessidade de construir pontes de entendimento e cooperação que resultem em um ambiente mais seguro e acolhedor para as crianças em idade pré-escolar.

Como autoras do estudo, sugerimos algumas diretrizes práticas para facilitar essa colaboração e fortalecer o envolvimento das famílias:

1) **Diálogo Transparente e Participativo**: Incentivar a criação de espaços regulares de diálogo entre escola e famílias, onde os conteúdos e abordagens sejam discutidos de forma aberta e colaborativa. Isso pode incluir reuniões periódicas, workshops e sessões de feedback, nas quais as famílias possam expressar suas preocupações e expectativas.

2) **Capacitação dos/as Profissionais de Educação**: Reforçar a necessidade de formação contínua para os/as profissionais da educação, não apenas em termos de conhecimento técnico, mas também em habilidades de comunicação sensível e eficaz. Esses/as profissionais devem mediar as discussões sobre sexualidade de forma a respeitar a diversidade de valores e crenças presentes nas famílias. Contudo, é igualmente essencial que abordem a sexualidade assegurando o protagonismo da escola nesse processo, garantindo que as informações transmitidas sejam precisas e completas. Em casos onde as visões familiares possam limitar a eficácia da educação para a sexualidade, é recomendável dialogar com as famílias sobre a importância de reconsiderarem suas perspectivas, sempre de forma respeitosa e fundamentada.

3) **Materiais Didáticos Colaborativos**: Desenvolver materiais didáticos em parceria com as famílias e as crianças, garantindo que os conteúdos sejam culturalmente sensíveis e apropriados para a idade. Ao envolver famílias e estudantes

na criação desses materiais, é possível assegurar que as abordagens pedagógicas sejam mais bem aceitas e compreendidas.

4) **Promoção de uma Educação Crítica e Emancipadora**: Encorajar uma abordagem pedagógica que vá além da mera transmissão de informações biológicas, promovendo uma educação que desafie normas sociais opressivas e empodere as crianças. Isso implica em ensinar não apenas o “como”, mas também o “porquê” da educação para a sexualidade, promovendo uma compreensão crítica das dinâmicas de poder que permeiam o tema.

5) **Estabelecimento de uma Rede de Apoio**: Integrar os esforços da escola com outros setores, como saúde, assistência social e justiça, para criar uma rede de apoio abrangente que possa lidar de forma mais eficaz com a prevenção da violência sexual infantil. Essa rede deve incluir a participação ativa das famílias, garantindo que todos/as estejam alinhados/as em seus esforços de proteção e educação das crianças.

Em síntese, a análise das entrevistas conduzidas revela que, embora as famílias reconheçam a relevância da educação para a sexualidade na pré-escola como uma medida preventiva crucial contra a violência sexual infantil, elas também enfrentam desafios significativos, principalmente relacionados às resistências culturais e à desconfiança em relação ao preparo dos/as profissionais de educação. Ao abordar essas questões, a análise não apenas descreve as percepções e preocupações das famílias, mas também responde de forma direta e fundamentada ao objetivo geral da dissertação.

Ao explorar as dinâmicas entre as percepções familiares, as barreiras culturais e as expectativas em torno da colaboração entre escola e família, a análise fornece uma compreensão crítica e detalhada de como esses fatores influenciam a implementação eficaz da educação para a sexualidade.

Essa compreensão é essencial para identificar as áreas onde é necessário intervir, promovendo uma abordagem participativa que valorize o diálogo e a cooperação entre escola e família. Defende-se, assim, que essa colaboração não é apenas desejável, mas fundamental para construir um ambiente educativo seguro e inclusivo, onde as crianças possam ser efetivamente protegidas e capacitadas a compreender seus direitos e a importância de se prevenirem contra a violência sexual.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender as percepções das famílias em relação à inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta de combate à violência sexual infantil. Por meio de entrevistas realizadas com os núcleos familiares de crianças da pré-escola da rede municipal de ensino de uma cidade localizada ao noroeste do estado do Rio Grande do Sul, foi possível identificar tanto o apoio quanto as preocupações das famílias em relação à implementação dessa educação no ambiente escolar.

No **Capítulo 2**, a metodologia da pesquisa foi detalhada, com ênfase nos procedimentos éticos e nos desafios enfrentados ao conduzir entrevistas sobre um tema tão sensível. A diversidade de percepções familiares, influenciada por fatores como classe social, religião e nível educacional, exigiu um esforço adicional para interpretar os dados de forma representativa e significativa.

No **Capítulo 3**, o estado do conhecimento foi explorado, destacando as principais teorias e pesquisas que fundamentam a educação para a sexualidade na infância. Essa base teórica foi essencial para contextualizar a importância do tema e delinear as lacunas existentes na literatura, reforçando a relevância deste estudo. A partir dessa revisão, foi possível observar como a educação para a sexualidade ainda enfrenta desafios significativos em sua implementação, especialmente devido a barreiras culturais e sociais.

O **Capítulo 4** abordou a educação para a sexualidade como uma ferramenta crucial na prevenção da violência sexual infantil. Foi discutido como a falta de informações e a persistência de tabus podem aumentar a vulnerabilidade das crianças. A análise dos discursos das famílias, realizada no **Capítulo 8**, reforçou essas conclusões, mostrando que, embora as famílias reconheçam a importância da educação para a sexualidade, ainda têm preocupações, especialmente quanto ao conteúdo e à linguagem utilizada.

No **Capítulo 5**, foram exploradas a evolução histórica e a base legal da educação para a sexualidade na educação infantil. Esse capítulo destacou os marcos legislativos que sustentam a inclusão desse tema nas escolas, oferecendo uma perspectiva crítica sobre os desafios e avanços nessa área. As percepções das famílias, analisadas posteriormente, confirmam que, apesar do suporte legal, ainda há

um caminho a ser percorrido para que essa educação seja plenamente aceita e implementada de forma eficaz.

O **Capítulo 6** focou no papel integrado da família e da escola na educação para a sexualidade, enfatizando a necessidade de colaboração entre esses dois ambientes. A pesquisa demonstrou que, embora as famílias confiem na escola como um espaço seguro para abordar a sexualidade, elas desejam que essa educação seja realizada de maneira sensível e alinhada aos seus valores, o que demanda um diálogo constante e transparente.

As regulamentações e diretrizes atuais sobre educação para a sexualidade, discutidas no **Capítulo 7**, mostram que, apesar das políticas existentes, há uma necessidade premente de capacitação contínua dos/as profissionais da educação para que se sintam preparados/as para abordar esse tema de maneira adequada, abrangente e respeitosa. A análise dos discursos das famílias confirmou essa necessidade, indicando que a preparação dos/as educadores/as é crucial para a aceitação e eficácia da educação para a sexualidade na pré-escola.

Ao final desta pesquisa, algumas reflexões importantes emergem. A integração entre família e escola se mostrou fundamental para a implementação eficaz da educação para a sexualidade. Essa parceria não apenas contribui para a aceitação desse tema no ambiente escolar, como também assegura que os valores e preocupações das famílias sejam considerados e respeitados, sem deixar de abordar o que é essencial e necessário para a proteção das crianças, promovendo um diálogo aberto e contínuo.

Além disso, a formação contínua dos/as educadores/as é essencial para que se sintam preparados/as para abordar o tema de maneira adequada e inclusiva, o que reflete diretamente na confiança das famílias nesse processo. As regulamentações e diretrizes são claras, mas a capacitação dos/as profissionais é o que garantirá a implementação eficaz e respeitosa da educação para a sexualidade nas escolas.

Os desafios culturais e sociais identificados durante a pesquisa reforçam a necessidade de promover diálogos abertos e informados com as famílias. Esses diálogos são cruciais para desmistificar os tabus em torno da educação para a sexualidade, garantindo que essa implementação seja tranquila e eficaz. Ao superar essas barreiras, é possível criar um ambiente mais acolhedor e protetor para as crianças.

A relevância das políticas públicas se torna evidente ao analisar a necessidade de um suporte robusto tanto para as escolas quanto para as famílias. Políticas públicas eficazes, que criem materiais pedagógicos adequados e ofereçam financiamento para programas de formação de educadores/as, são essenciais para o sucesso dessa implementação.

A sustentabilidade da educação para a sexualidade é outro aspecto crucial. O debate sobre educação para a sexualidade deve ser contínuo e sustentável, envolvendo não apenas a escola e as famílias, mas também a comunidade em geral. Para que essa educação seja eficaz, ela precisa ser adaptável às mudanças sociais e ajustada conforme necessário para atender às diferentes realidades das crianças, garantindo que seu impacto seja de longo prazo.

Avanços e novas perspectivas de pesquisa também são necessários. Novas investigações devem explorar a inclusão de tecnologias educacionais no ensino da sexualidade e focar em populações específicas, como crianças com necessidades especiais, para assegurar que todas as crianças recebam uma educação apropriada e inclusiva.

Por fim, esta pesquisa reforça que a educação para a sexualidade na pré-escola deve ser vista como uma estratégia preventiva essencial no combate à violência sexual infantil. No entanto, para que essa estratégia seja efetiva, é imprescindível que haja um diálogo contínuo e colaborativo entre a escola, a família e a comunidade. Somente por meio de uma comunicação aberta, que leve em consideração as preocupações e expectativas das famílias, será possível garantir uma educação para a sexualidade que seja abrangente e respeitosa.

Além disso, é necessário continuar investindo em políticas públicas voltadas para a formação dos/as docentes e o desenvolvimento de materiais pedagógicos que reflitam a diversidade das realidades sociais, assegurando que essa educação seja acessível a todas as crianças. Dessa forma, poderemos construir um ambiente educacional mais seguro, inclusivo e preparado para promover o desenvolvimento saudável das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15287 – Informação e documentos – projeto de pesquisa – apresentação**. Rio de Janeiro, 2011. Recuperado de https://www.cetam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/09_ABNT_NBR_15287-2011_Projeto-de-Pesquisa-1.pdf . Acesso em: 17 jul. 2024.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Escola e violência.** Brasília: UNESCO, 2002. 154 p. Disponível em: Escola e violência - UNESCO Digital Library. Acesso em: 12 jul. 2024.

ABREU, Ana Clara Alves de. **Educação Sexual: *definição e visões ao redor do assunto*.** Poletize, set. 2022. Disponível em: https://www.politize.com.br/educacao-sexual-definicao-visoes. Acesso em: 10 nov. 2023.

ABREU, Rachel Luiza Pulcino de. **"É algo socialmente construído": *gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes e estudantes*.** Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

AFRONTOSAS. **Out of the Shadows: Índice 2023 - Informativo Regional para América Latina e Caribe.** abr. 2023. Disponível em: https://afrontosas.org.br/out-of-the-shadows-indice-2023-informativo-regional-para-america-latina-e-caribe/. Acesso em: 17 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Abusos sexuais contra crianças crescem quase 70% no Brasil.** 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-05/abusos-sexuais-contra-criancas-crescem-quase-70-no-brasil. Acesso em: 17 jul. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Brasil precisa combater abuso sexual na infância com mais empenho, aponta debate.** Publicado em 24 jun. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/24/brasil-precisa-combater-abuso-sexual-na-infancia-com-mais-empenho-aponta-debate. Acesso em: 20 jan. 2023.

AIACHE, Sergio. **Qual é a importância da educação sexual nas escolas?** Instituto Aurora, jun. 2023. Disponível em: https://institutoaurora.org/qual-importancia-da-educacao-sexual. Acesso em: 12 ago. 2023.

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de; CENTA, Maria de Lourdes. **A família e a educação sexual dos filhos: *implicações para a enfermagem*.** Acta paul. enferm., v. 22, n. 1, fev. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/rT7Gpx3wNb9gq7GhNpdSHyk/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 14 jul. 2023.

ALTMANN, Helena. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola.**

Orientadora: Tania Dauster. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Educação, 2005. Disponível em: https://www.puc-rio.br/MICROSOFT-WORD-helenaalt. Acesso em: 5 ago. 2023.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**.** Dossiê Gênero e Educação. ***Rev. Estud. Fem.***, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200014. Acesso em: 15 jul. 2023.

ALVES, Adelana Araújo; DIMARÃES, Carla Cristina de Souza. O impacto do abuso sexual infantil na adolescência: *consequências emocionais e intervenções terapêuticas*. ***Revista FT - Saúde Coletiva***, v. 27, n. 125, 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-impacto-do-abuso-sexual-infantil-na-adolescencia-consequencias-emocionais-e-intervencoes-terapeuticas. Acesso em: 9 jul. 2024.

AMORIM, Amanda Freire; MOUSSA, Iasmin Amaral; RIBEIRO, Rosangela Kátia Sanches Mazzorana; ALVES, Rauni Jandé Roama; GONSALVES, Ana Cristina Cardoso. Impactos do abuso sexual infantil no desenvolvimento cognitivo e escolar. **Psicopedagogia*,*** v. 38, n. 116, p. 16-17, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v38n116/02.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. **Escola e Educação Sexual: *uma relação necessária*.** IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul, 2012. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/read/12558294/escola-e-educacao-sexual-uma-relacao-ucs. Acesso em: 9 jul. 2023.

ARAÚJO, João Fernando de. **Entre bolas e bonecas, panelas e carrinhos*: percepções acerca das questões de gênero e sexualidade no trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil*.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2021. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/772f9e47-bc27-4e7b-8c0d-e2e377ef594a/full . Acesso em: 9 jul. 2024

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

ASSEF, Júlia. A importância da educação sexual. **Revista eCycle**, 2023. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/importancia-da-educacao-sexual/. Acesso em: 12 jun. 2023.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. A cada dia a vida na escola com as crianças pequenas nos coloca novos desafios. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Org.). **Para pensar a docência na educação infantil.** Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019, p. 304. Disponível em: https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2016/08/Para-Pensar-a-Doc%C3%AAncia-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil-E-BOOK.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

BARROS, Suzana da Conceição. **Sexting na adolescência: *análise da rede de***

***enunciações produzida pela mídia*.** Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6346/tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jul. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: *ensaios sobre literatura e história da cultura*.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos**. Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2871/287122107020.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

BORSARI, Cristina Mendes Gigliotti. A Saturação em Pesquisa Qualitativa**.** In: BORSARI, Cristina Mendes Gigliotti. **Aborto provocado: *vivência e significado. Um estudo fundamentado na fenomenologia*.** São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.1library.org/viewer/doc/aborto-provocado-vivencia-e-significado-estudo-fundamentado-fenomenologia. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.010, de 26 de junho de 2014.** Altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de

direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis n.ºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.** Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010, Seção 1, p. 826. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf. Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf. Acesso em: 9 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde de crianças e adolescentes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_criancas_adolescentes.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV).** 2001. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/vigilancia-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis/vigilancia-dos-acidentes-e-violencias/pnrmav. Acesso em: 22 ago. 2024.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Adolescentes e Jovens: orientações para a implementação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_adolescentes_jovens.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde lança cartilha sobre educação sexual como política de transformação.** 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/saude-lanca-cartilha-sobre-educacao-sexual-como-politica-de-transformacao. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Caderno do gestor do Programa Saúde na Escola.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_saude_escola.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.** Brasília: MS, 2012. Disponível em: https://www.inca.gov.br/publicacoes/legislacao/resolucao-cns-466-12. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pdf/politica-nacional-enfrentamento-violencia-contra-mulheres. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Todos Pela Educação. Educação Sexual na Escola: Para que Serve?** 2018. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/para-que-serve-a-educacao-sexual-na-escola/. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. Governo Federal. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Crianças e adolescentes são 79% das vítimas em denúncias de estupro registradas no Disque 100.** Junho de 2022, atualizado em março de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/criancas-e-adolescentes-sao-79-das-vitimas-em-denuncias-de-estupro-registradas-no-disque-100. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo**.** In: LOURO, Guacira (Ed.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

BUENO, Alexandre Castanho. **Uma análise sobre a presença/ausência da**

transversalidade da “orientação sexual” no projeto político pedagógico do ensino médio de uma escola estadual de um município da região norte do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, RS, 2019. Disponível em: https://ppgedu.fw.uri.br/pt-br/mestrado/dissertacoes. Acesso em: 10 maio 2023.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; MARTINS, Juliana; SOBRAL, Isabela. **A explosão da violência sexual no Brasil.** 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 154-161, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

CADONÁ, Eliane; KOCH, Sabrina. **Ética e Direitos Humanos na Educação: o que os estudos de gênero têm a ver com isso?** Revista de Ciências Humanas – Educação, abr. 2019. Disponível em: https://www.uri.br/RevistaCienciasHumanas . Acesso em: 16 jul. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova prorrogação do Plano Nacional de Educação até 31 de dezembro de 2025.** 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1079890-camara-aprova-prorrogacao-do-plano-nacional-de-educacao-ate-31-de-dezembro-de-2025/. Acesso em: 26 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Pobreza e exclusão social aumentam casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: UNICEF entrega propostas para candidatos à presidência da República.** 2018. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/pobreza-e-exclusao-social-aumentam-casos-de-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-unicef-entrega-propostas-para-candidatos-a-presidencia-da-republica. Acesso em: 9 jul. 2024.

CANINEU, Maria Laura; CABRERA, Cristian González; ESCUDERO, Renata. **Dados sobre estupro no Brasil destacam a importância da educação sexual: *proteger crianças e professores; acabar com a politização da educação sobre gênero e sexualidade*.** Human Rights Watch, 25 jul. 2023. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/news/2023/07/25/new-rape-statistics-brazil-highlight-importance-sexuality-education. Acesso em: 26 ago. 2023.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. **Gestão de projetos** [tradução Ez2translate]. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Disponível em: https://issuu.com/cengagebrasil/docs/gest__o_de_projetos . Acesso em: 10 maio 2023.

COSTA, Maria Conceição Oliveira; CARVALHO, Rosely Cabral de; BÁRBARA, Josele de F. R. Santa; SANTOS, Carlos Antonio S. T.; GOMES, Waldelene de A.; SOUSA, Heloísa Lima de. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, 12(5), 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/d5zGNM3xJQCC6Tpj75W6XtM/?lang=pt. Acesso em:

18 jan. 2023.

CRISTALDO, Heloísa. **Brasil tem 4.486 denúncias de violações de direitos contra crianças.** Agência Brasil, Brasília, 18 maio 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/pais-tem-4486-denuncias-de-violacoes-de-direitos-contra-criancas. Acesso em: 13 set. 2022

DALLA NORA, Heloísa Derkoski. **Sobre produções discursivas de gênero na infância: o que Fala e faz falar a publicidade nos canais infantis do Youtube?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, RS, 2021. Disponível em: https://www.uri.br/producao_canais_youtube . Acesso em: 10 maio 2023.

DANZMANN, Pâmela Schultz; VESTENA, Liliane Tomazi; SILVA, Ana Claudia Pinto da; PEIXOTO, Maristela Jaqueline Reis Peixoto. Educação sexual na percepção de pais e adolescentes: uma revisão sistemática. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 11, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022. Acesso em: 31 ago. 2023.

DIAS, Rosa Maria. **Nietzsche a vida como obra de arte.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DOMINGOS, Ana Lúcia Silvério de Oliveira; SILVA, Fernanda Duarte Araújo. Concepções de criança e infância a partir da legislação brasileira**. Revista Partes**, São Paulo, 29 abr. 2016. Disponível em: https://www.partes.com.br/2016/04/29/concepcoes-de-crianca-e-infancia-a-partir-da-legislacao-brasileira/. ISSN 1678-8419. Acesso em: 22 ago. 2024.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade, família e ethos religioso.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Disponível em: https://cliqueapostilas.com/Content/apostilas/212e0dce4cb3e1878cfdd74f861fdfff.pdf . Acesso em: 17 jan. 2023

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/documentos-pdf . Acesso em: 17 jan. 2023

FELIPE, Jane. Erotização dos Corpos Infantis. In: LOURO, Guacira Lopes (Ed.). **O corpo educado: *pedagogias da sexualidade*.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

FELIPE, Jane. Scripts de gênero, sexualidade e infâncias*: temas para a formação docente***.** In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Orgs.). **Para pensar a docência na educação infantil.** Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019. p. 238. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/10183/189727/001090381.pdf . Acesso em: 7 ago. 2024.

FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, Gênero e Sexualidade: *Um*

debate Contemporâneo na Educação. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
FELIPE, Jane. **Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo.** Proposições, Campinas, SP, 14(3), 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643865. Acesso em: 15 ago. 2023.

FELIPE, Jane. **Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas.** Pro-Posições, 18(2), 2007. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/publicacao/2425/53-dossie-felipej.pdf. Acesso em: 8 ago. 2024.

FERNANDES, Fernanda. **A educação para a sexualidade nos anos iniciais.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/68800/R%20-%20D%20-%20FERNANDA%20FERNANDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 15 ago. 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina: UEL, 2009. Disponível em: https://maryneidefigueiro.com.br/files/uploads/976c7a39.pdf . Acesso em: 9 ago. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Formação de Educadores Sexuais: *Adiar não é mais possível*. 2. ed. Londrina: Eduel, 2014. **Revista Brasileira De Sexualidade Humana**, 25(2). Disponível em: https://doi.org/10.35919/rbsh.v25i2.161 . Acesso em: 9 ago. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: saberes essenciais para quem educa.** Curitiba: CRV, 2018.

FILHA, Constantina Xavier; RIBEIRO, Cláudia Maria; TEIXEIRA, Samanta Felisberto. Sexualidades, Gêneros e Educações**.** In: QUEIROZ, Elenita Pinheiro de; RIBEIRO, Silva Paula Regina Costa; VILAÇA, Teresa; BRÍCIO, Vilma Nonato de (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: *Memórias, lutas e insurgências nas educações*.** Campina Grande: Realize, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/corpo_genero.pdf . Acesso em: 25 dez. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 5 ago. 2023.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Cadernos de Saúde Pública**, 24(1), 17-27, jan. 2008.Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVkymVByhrN/?lang=pt . Acesso em: 25 dez. 2023.

FONTOURA, Natália de Oliveira; PINHEIRO, Luana Simões. Gravidez na adolescência. **Revista IPEA**, 7(60), 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/gravidez_na_adolescencia.pdf . Acesso em: 15 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** Trad. Maria Thereza da Costa e Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011c.

FURLANI, Jimena. **Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia.** SC: Grupo de Diversidade Sexual da UDESC, 2011a. Comunicação oral. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0tfttg. Acesso em: 21 dez. 2023.

FURLANI, Jimena. **Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia.** Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. Florianópolis, 6 jul. 2011b. Vídeo (canal virtual). Parte 2 – 11:45 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0tfttg. Acesso em: 21 dez. 2023.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez. 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982007000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jan. 2024.

GARBARINO, Mariana Inés. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. **Cadernos Pagu,** (63), e216316, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/ffnKR5RVpk7fTxy5crmnptF/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: *Um debate Contemporâneo na Educação*.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GONÇALVES, Carolina Stéphanie Rodrigues. **Administração da informação por mães heterossexuais informadas sobre a homossexualidade de seus filhos.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João del-Rei, 2021. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-

repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO%20CAROLINA%20FINAL.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane**.** Gênero e sexualidade em políticas contemporâneas. **Roteiro**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 475–490, 2016. DOI: 10.18593/r.v41i1.7546. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/7546 . Acesso em: 23 out. 2023

HANA, Odara; MORAIS, Micael. **A importância da educação sexual no Brasil.** UNICAMP, set. 2020. Disponível em: https://www.unicap.br/artigos/educacao-sexual . Acesso em: 16 ago. 2023.

HIETAMÄKI, Johanna; HUSSO, Marita; ARPONEN, Tiia; LAHTINEN, Hanna-Mari. Diferenças entre meninas e meninos na revelação de violência sexual**. Journal of Interpersonal Violence**, v. 39, n. 11-12, p. 2629-2654, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1177/08862605231221283. Acesso em: 22 ago. 2024.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS, Naiana Dapieve. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: *Identificação, Consequências e Indicações de Manejo.* **Revista Barbarói**, n. 49, p., jan./jun. 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Dados sobre estupro no Brasil destacam a importância da educação sexual.** 2023. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/news/2023/07/25/new-rape-statistics-brazil-highlight-importance-sexuality-education. Acesso em: 12 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades IBGE: População de Frederico Westphalen, RS.** Censo 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/frederico-westphalen.html. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS. **Assessoria de Gênero e Sexualidade (AGS).** Porto Alegre: IFRS, 2024. Disponível em: https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-genero-e-sexualidade-ags/. Acesso em: 22 ago. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2022: Policy brief.** 2022a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/242/atlas-2022-policy-brief. Acesso em: 17 jul. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, dois por minuto.** 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto. Acesso em: 17 jul. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Publicações do Atlas da Violência.** 2022b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes.

Acesso em: 17 jul. 2024.

KEMPE, C. Henry. **Abuso sexual, outro problema pediátrico oculto: a palestra de C. Anderson Aldrich de 1977.** 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/hTR8wBZKQNrYLm4HB6p849c/. Acesso em: 5 ago. 2024.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KURTZ, Taina; CADONÁ, Eliane. As questões de gênero como dispositivo de análise do discurso de ódio na mídia: *a criança esquecida***.** In: CADONÁ, Eliane (Org.). **Mídia e gênero na contemporaneidade Transversalidades: gênero saúde e educação.** Frederico Westphalen: URI, 2021. Disponível em: https://www.fw.uri.br/colecao_midias.pdf . Acesso em: 7 ago. 2024.

LEAL, Ana Clara de Sousa. **Educação sexual escolar no Brasil: *aspectos, história e relevância*.** In: VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80022. Acesso em: 19 ago. 2023.

LEGUIÇA, Michele Lopes. **"Atira no coração dela": corpos e scripts de gênero na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/108276918. Acesso em: 19 ago. 2023.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução à obra de Marcel Mauss.** Routledge, 1987.

LIMA, Carlos Emanuel Cardoso de. **Ética sexual cristã e moral sexual familiar em João Paulo II e em casais da Pastoral familiar de João Pessoa.** Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1494. Acesso em: 28 ago. 2023.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): *um espaço de disputas*.** 2010. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/24560. Acesso em: 2 set. 2023.

LÍRIO, Flávio Corsini. **Educação e violência sexual: fragilidades da rede de proteção.** In: ANPEd, 39ª Reunião Nacional, Niterói, RJ, 2019. GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_0. Acesso em: 5 ago. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Proposições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

73072008000200003&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 10 jul. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LUSTOSA, Amanda Peres; PEREIRA, Aline de Souza; MOREIRA, Deborah Pedrosa; SILVA, Anna Paula Sousa da; MARQUES, Lívia de Andrade; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Abuso Sexual contra crianças: Evidências para o cuidado de enfermagem. **Cadernos ESP**, v. 8, n. 2, p. 50-63, out. 2019. Disponível em: https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/141. Acesso em: 9 jul. 2024.

MAIA, Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e Educação Sexual.** Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Unesp). [s.d.]. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 6 ago. 2024.

MATOS, Rosana Trindade de. **Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: *em foco, a percepção de nove gestoras dos centros municipais de Educação infantil da DDZ/Leste II da cidade de Manaus-AM*.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8099. Acesso em: 6 dez. 2023.

MEDEIROS, Kátia Batista de. **Resistências de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e a escola na rede de proteção.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2018. Disponível em: https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/4525999146570085.pdf. Acesso em: 6 dez. 2023.

MEIRA, R.; SANTANA, L. Sexualidade na perspectiva histórico-cultural: primeiras aproximações**. Trilhas Pedagógicas**, v. 4, n. 4, p. 160-181, ago. 2014. Disponível em: https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/trilhas/volume4/11.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

MELLO, Eliane Azevedo de; ALMEIDA, Evandro da Fonseca; MÉDICI, Mônica Strege; CADONÁ, Eliane. O silenciamento da educação para a sexualidade na Base Nacional Comum Curricular**. Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 7, e5659, 2024. ISSN 1983-0882. Disponível em: https://doi.org/10.54033/cadpedv21n7-116. Acesso em: 23 ago. 2024.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete educação sexual.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em https://www.educabrasil.com.br/educacao-sexual/. Acesso em: 4 set. 2023.

MEYER, Dagmar E. Educação e sexualidade: *as configurações da sexualidade e do gênero na escola***.** In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: *um debate contemporâneo na educação*.** Petrópolis: Vozes, 2003.

MEYER, Dagmar. Educação em Sexualidade: Reflexões para uma Prática Inclusiva**.** In: **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: *tópicos e objetivos de aprendizagem*.** UNESCO, 2014, pp. 33-38. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762. Acesso em: 3 ago. 2024.

MEYER, Dagmar; RIBEIRO, Claudia M.; RIBEIRO, Paulo M. Gênero, sexualidade e educação: *'olhares' sobre algumas das pesquisas teórico metodológicas que instituem um novo G.E***.** In: DAL'IGNA, Maria Cláudia; POCAHY, Fernando. (Org.). **Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: *subversões, resistências e re-existências*.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Amanda Morgana. **A escola que educa as famílias: *Percepções e ações sobre a educação em um Espaço de Desenvolvimento Infantil*.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2019/tAmanda%20Morganna%20Moreira.pdf. Acesso em: 4 nov. 2023.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n 2, p. 154-164, jul. – dez. 2014. Porto Alegre. Disponível em: file:///C:/Users/elian/Downloads/admin,+01+Educ+P+Esc+2-2014+-+final+1.pdf . Acesso em: 18 jan. 2023.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agências da ONU fazem apelo diante de novos dados de violência de gênero.** 25 nov. 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/208824-agencias-da-onu-fazem-apelo-diante-de-novos-dados-de-violencia-de-genero. Acesso em: 20 jan. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais: O discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. **E-Curriculum**, v. 15, n. 1, p. 125-152, 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/23427. Acesso em: 15 fev. 2024.

OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli de. **Sexualidade, gênero e infância: *a relação escola, família e pediatria na Educação Sexual de crianças da Educação Infantil*.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2021. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/5580.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência, 2014.** São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São

Paulo, 2015. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório mundial sobre violência contra a criança.** Geneva: ATAR Roto Presse SA, 2006.

PAIXÃO, Érica de Souza. **A Construção de ações educativas de prevenção do abuso sexual na infância.** Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020. Disponível em: https://dspace.mackenzie.br/items/a5739ef3-9574-4857-93e7-7871738f762e/full. Acesso em: 20 nov. 2022.

PASTANA, Marcela; BORTOLOZZI, Ana Cláudia. Sexualidade e prazer: *considerações sobre intervenções em educação sexual***. Revista Mental: Revista de Saúde Mental e Subjetividade**, v. 14, n. 25, p. 9, 2020. Disponível em: https://revistamental.unipac.br/details/17. Acesso em: 13 ago. 2024.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias**. Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/GFtnWxDbf9vy85xnksmH8Bn/. Acesso em: 22 ago. 2024.

PAULA, Isis de. "Pare! Meu Corpo!": *Saiba como a Suécia usa a educação para prevenir violência sexual contra crianças*. **Folha de São Paulo** – Seminário Violência Sexual Infantil, 6ª Ed., 10 maio 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2023/05/pare-meu-corpo-saiba-como-a-suecia-usa-a-educao-para-prevenir-violencia-sexual-contra-criancas.shtml. Acesso em: 31 ago. 2023.

PEDROSO, Daniela. **Abuso sexual infantil.** [S.D.] In: Agência Patrícia Galvão. Dossiê Violência Sexual. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/abuso-sexual-infantil/. Acesso em: 6 ago. 2024.

PICOT, Joana; PASTOR, Jonathan; KAVANAGH, Josephine; COOPER, Keith; HARDEN, Ângela; BARNETT-PÁGINA, Elaine; JONES, Jeremias; CLEGG, André; HARTWELL, Debbie; FRAMPTON, Geoff K. Intervenções comportamentais para prevenção de infecções sexualmente transmissíveis em jovens de 13 a 19 anos: uma revisão sistemática**. Educação em Saúde**, v. 27, n. 3, p. 495-512, jun. 2012. DOI: 10.1093/her/cys014. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22350195/. Acesso em: 21 ago. 2024.

PODER360. **Abuso sexual contra crianças no Brasil cresce 70% em 2023.** Maio 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/abuso-sexual-contra-criancas-no-brasil-cresce-70-em-2023/. Acesso em: 5 jul. 2024.

REVÉS, Ana. **Qual a importância da Educação Sexual?** APEXA. 2020. Disponível

em: Qual a importância da Educação Sexual? – APEXA . Acesso em 12 jul. 2023.

RIBEIRO Cláudia Maria; MARTINS Kátia Batista. Brincares como obra de arte: *devir criança na expressão das relações de gênero e sexualidades nas instituições de educação infantil*. In: RIBEIRO Paula Regina Costa; MAGALHÃES Joanalira Corpes (orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 149. 284 p. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf#page=149. Acesso em: 08 ago. 2024.

RIBEIRO Marcos. **Educação em sexualidade: conteúdos - metodologia - entraves**. Wak Editora. Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, Arthur. **Desconstruindo estereótipos: a importância da identidade de gênero**. Rabisco da História, 25 nov. 2014. Disponível em: https://rabiscodahistoria.com/desconstruindo-estereotipos-a-importancia-da-identidade-de-genero/ . Acesso em: 25 dez. 2023.

RIBEIRO, Cláudia Maria. **Tecendo Gênero e Diversidade nos currículos da Educação Infantil.** Lavras: UFLA, 2012. 532 p. Disponível em: https://pt.slideshare.net/slideshow/tecendo-gnero-e-diversidade-sexual-nos-currculos-da-educao-infantil/47077483 . Acesso em Acesso em: 08 ago. 2024.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Governo dos adultos, governo das crianças: *Agentes, práticas e discursos a partir da "lei da palmada*". Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 248-271, maio-ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/6rZnN68DRDkzpvy6s48FD9Q/?format=html. Acesso em: 22 ago. 2024.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, p. 1254-1264, 2019. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701. Acesso em: 13 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 56.637, de 27 de junho de 2022.** Dispõe sobre a instituição da Comissão Interinstitucional de Educação para a Cidadania de Gênero no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 27 jun. 2022. Disponível em: https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=942581. Acesso em: 22 ago. 2024.

ROMARO, Rita Aparecida; CAPITÃO, Claudio Garcia. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões.** São Paulo: Vetor, 2007.

ROSA, Giovanna Rocha da. **Abordar a Sexualidade na Educação Infantil? *Um estudo sobre o posicionamento de familiares e de educadoras*.** Dissertação (Mestrado em Educação Infantil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em:

https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199206/001100579.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 jul. 2023.

SAFERNET. **Denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil reportadas pela Safernet às autoridades crescem 84% em um ano.** 2023. Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-imagens-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-reportadas-pela-safernet#. Acesso em: 22 ago. 2024.

SANTOS, Ana Laura Romano dos; ASSIS, Ana Luiza Rodrigues; MARRA, Ana Luiza Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Eduarda Pereira de. **Educação Sexual no Ambiente Escolar.** Repositório Anima Educação, Betim, MG, 2021. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14452/7/EDUCA%C3%87%C3%83O%20SEXUAL%20NO%20AMBIENTE%20ESCOLAR.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

SANTOS, Cícero Edinaldo dos. **Em nome do pai, da mãe e dos filhos: *A (des)ordem da família e suas regulações educacionais nos discursos pastorais da igreja católica*.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45722. Acesso em: 17 jan. 2023.

SANTOS, Fausi dos; MOMESSO, Maria Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Gestos de subjetivação*: as dificuldades para realizar uma história do corpo e da sexualidade.* Exedra: **Revista Científica**, v. 1, n. Extra, p. 48-63, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/b19b5c3d-abc3-4015-b507-fb36d5052eda. Acesso em: 16 jan. 2023.

SARINHO, Cinthia Câmara Azevedo Travassos. **Quando a escola (des) protege: *formação de professores para a prevenção das violências sexuais contra crianças e adolescentes*.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Maria da Guia Oliveira; DANTAS, Alessandra Vitória de Lucena; SANTOS, Erivaneide Dantas dos. **A Importância da Educação Sexual na Escola.** Anais CONEDU 2021. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA107_ID8439_30092021215157.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

SIQUEIRA, Wdemira Silva de Aguiar; NASCIMENTO, Maria do Livramento de Freitas**.** Educação Sexual: *um ensino de referência no desenvolvimento da sexualidade das crianças do Ensino Fundamental*. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 48, 15 dez. 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/48/educacao-sexual-um-ensino-de-referencia-no-desenvolvimento-da-sexualidade-das-criancas-do-ensino-fundamental. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUSA, Ana Lúcia de. **Gênero e Sexualidade na primeira infância: *Representações Sociais de professoras da Educação Infantil*.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19995?locale=pt_BR. Acesso em: 17 jan. 2023.

SPINELLO, Analice Horn. **Responsabilidades da escola e dos educadores: *sexualidade e políticas públicas de educação*.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2017. Disponível em: https://ppgedu.fw.uri.br/pt-br/mestrado/dissertacoes. Acesso em: 10 mai. 2023.

TEMER, Luciana. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

TEODORO, Carla Cristina. **O grito do Silêncio: *abuso sexual infantil, proteção integral e família. A Violência Doméstica Intrafamiliar e os desafios do Sistema de Garantia de Direitos*.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22350. Acesso em: 16 jan. 2023.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Escuta especializada X Depoimento especial.** Brasília: ACS, 2020. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/escuta-especializada-x-depoimento-especial. Acesso em: 26 jan. 2023.

TRINDADE, Adalberto de Araújo; HOHENDORFF, Jean Von. Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 10, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/rfCCNn4G736YmyvqWxBWD4w/. Acesso em: 22 ago. 2024.

UNESCO. **UNESCO defende educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir violência contra mulheres.** Nações Unidas Brasil, 2016a. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

UNESCO. **Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: *uma abordagem baseada em evidências*.** 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308. Acesso em: 22 ago. 2024.

UNESCO. **Orientações globais sobre como lidar com a violência de gênero relacionada à escola.** Paris: UNESCO, 2016b. 125 p. Disponível em: https://healtheducationresources.unesco.org/library/documents/global-guidance-

addressing-school-related-gender-based-violence. Acesso em: 21 ago. 2024.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade: *uma abordagem baseada em evidências*.** Edição revisada. Paris: UNESCO, 2018. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308. Acesso em: 7 ago. 2024.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade: *uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores de saúde*.** Paris, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281e.pdf. Acesso em: 7 ago. 2024.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Orientação Operacional para Educação Integral em Sexualidade: *Um Foco em Direitos Humanos e Gênero*.** Nova Iorque: UNFPA, 2014. Disponível em: https://www.unfpa.org/publications/unfpa-operational-guidance-comprehensive-sexuality-education. Acesso em: 12 ago. 2024.

UNICEF Brasil - Para Cada Criança. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: *estudo revela que a violência se dá de forma diferente de acordo com a idade da vítima*.** Outubro, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

UNICEF. **Combate ao abuso e à exploração sexual infantil: *o que nós podemos fazer para combater?*** 31 maio, 2023. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/blog/combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-infantil. Acesso em: 6 ago. 2024.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** 2023. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 22 ago. 2024.

UNICEF. **O Cuidado Integral e a Parentalidade Positiva na Primeira Infância.** Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/biblioteca. Acesso em: 22 ago. 2024.

VICENTE, Luciane da Silva. **A educação sexual nas diferentes versões da base nacional comum curricular: *da abertura ao silenciamento em torno da temática.*** SciELO Preprints, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5559. Acesso em: 15 fev. 2024.

VONK, Angélica Cristina Roza Pereira; BONAN, Claudia Bonan Jannotti; SILVA, Katia Silveira da. Sexualidade, reprodução e saúde**:** *experiências de adolescentes que vivem em municípios do interior de pequeno porte*. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 6, p. 1795-807, jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Jf9trqVNhkzDvbwNkvnP8Rj/?lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2023.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação.** Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcante. Abuso sexual infantil**.** In: GUILHARDI, H. J.; BORGES, M. B. B.; et al. Sobre comportamento e cognição**:** *contribuições para a construção da teoria do comportamento,* v. 10, Santo André: ESETec, 2002, p. 155-164.

ANEXO I

ROTEIRO PRÉVIO PARA ENTREVISTA COM FAMÍLIAS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRÉ-ESCOLA E VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL (QUESTÕES SEMIESTRUTURADAS)

Participante: _____

Quantos participantes representantes da família irão responder: _____

Grau de parentesco do participante com a criança:

( ) Mãe ( ) Pai ( ) Outro informar: _____

O objetivo desta entrevista é entender as percepções das famílias sobre a educação para a sexualidade na pré-escola como ferramenta de combate à violência sexual infantil. Conhecer suas perspectivas são essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Por favor, compartilhem seus pensamentos com sinceridade.

A) Conhecimento sobre Violência Sexual Infantil:

1. O que compreende sobre violência sexual infantil?
2. Você acredita que compreende os impactos da violência sexual nas crianças em idade pré-escolar?
3. Já conversou com seu filho(a) sobre prevenção da violência sexual infantil?

B) Percepções e Crenças sobre Educação Sexual na Pré-escola:

4. Qual é a sua opinião sobre a introdução da educação sexual na pré-escola como meio de prevenir a violência sexual infantil?
5. Você acredita que a educação sexual na pré-escola pode influenciar positivamente no desenvolvimento saudável das crianças?

C) Barreiras ou Resistências à Educação Sexual na Pré-escola:

6. Existem barreiras ou resistências por parte da sua família em relação à inclusão da educação sexual na pré-escola?

Se sim, quais são as principais preocupações ou objeções?

D) Recomendações para Implementação da Educação Sexual na Pré-escola:

7. Como você sugere que as escolas comuniquem e envolvam as famílias no processo de implementação da educação sexual na pré-escola?

Observações Finais:

8. Você tem alguma observação adicional ou comentário sobre o tema da violência sexual infantil e educação sexual na pré-escola que gostaria de compartilhar?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
RESOLUÇÃO 510/16 do Conselho Nacional de Pesquisa
CAAE

Título do Projeto: **EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA PRÉ-ESCOLA E AS PERCEPÇÕES FAMILIARES SOBRE SUA INCLUSÃO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO QUALITATIVO**

Você está sendo convidado (a) a participar do estudo que tem como **objetivo geral**: Compreender a percepção que o núcleo familiar ao qual a criança está inserida tem sobre a educação para a sexualidade na educação infantil, a partir da primeira infância, em uma cidade do noroeste do Rio Grande do Sul (Frederico Westphalen). **Tendo como objetivos específicos**: a) Compreender o que o núcleo familiar de crianças da pré-escola conhece sobre violência sexual infantil e seus impactos nas crianças em idade pré-escolar; b) Conhecer as percepções, crenças, valores e atitudes das famílias em relação à introdução da educação para a sexualidade na pré-escola como meio de prevenir a violência sexual infantil; c) Identificar possíveis barreiras ou resistências por parte das famílias em relação à inclusão da educação para a sexualidade na pré-escola; e d) Propor recomendações e diretrizes para a implementação da educação para a sexualidade na pré-escola de forma participativa e dialógica com as famílias ou responsáveis legais, levando em consideração suas percepções e necessidades, visando combater a violência sexual infantil.

A pesquisa é vinculada ao Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Frederico Westphalen, sob a responsabilidade da mestranda Eliane Azevedo De Mello e a orientadora Professora Dra. Eliane Cadoná.

Se você aceitar o convite, sua participação na pesquisa será por meio de uma entrevista. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita para análise. Para garantir o seu anonimato será utilizando um pseudônimo para identificá-lo/a nos relatórios e análises. As informações serão analisadas em conjunto com as de outros participantes não sendo divulgada a identificação de nenhum participante, sendo

assim garantida sua confidencialidade. Os materiais e documentação da pesquisa serão arquivados pela pesquisadora por um período de cinco anos em um pendrive e ao final desse período serão descartados de acordo com a norma ambiental vigente

A presente pesquisa apresenta riscos mínimos, mas sem possibilidades de causar algum dano à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. No entanto, vale descrever alguns riscos que podem ocorrer durante a entrevista para que ciente:

a) Abordar o tema da educação para a sexualidade pode ser delicado e pode causar constrangimento ou desconforto para alguns membros da família. Buscarei ser sensível e respeitosa ao abordar esses assuntos.

b) A entrevista pode envolver perguntas pessoais e íntimas, o que pode ser visto como uma invasão de privacidade por alguns membros da família. Por isso, é importante que esteja ciente do conteúdo da entrevista.

c) A discussão sobre educação para a sexualidade pode revelar diferenças de opinião ou conflitos entre os membros da família, caso os participantes decidam ser entrevistados junto ao parceiro ou parceira.

d) É possível que a abordagem da educação para a sexualidade possa entrar em conflito com algumas culturas sociais ou religiosas.

e) Sentir-se desconfortável ao falar do assunto educação para a sexualidade na educação infantil.

f) Impacto emocional: Tanto os entrevistados quanto os entrevistadores podem se sentir desconfortáveis ou emocionalmente afetados ao discutir discussões sensíveis relacionadas à sexualidade infantil.

Para minimizar todos os possíveis riscos buscarei por uma abordagem cuidadosa e ética, garantido a imparcialidade e anonimato.

Em relação aos benefícios, o estudo busca compreender a percepção familiar acerca da educação para a sexualidade na pré escola como ferramenta para combater a violência sexual infantil, e propor recomendações para implementação deste tema de forma dialógica entre família e escola levando em consideração as percepções e necessidades das famílias.

Esta entrevista pode ser uma oportunidade valiosa para discutir um tema importante e muitas vezes negligenciado. Desta forma, descrevo aqui alguns benefícios:

a) *Promoção de Diálogo Aberto*: Conversar com as famílias sobre educação para a sexualidade infantil pode vir a incentivar um ambiente de diálogo aberto em casa onde os pais podem se sentir mais à vontade para responder às perguntas das crianças e abordar tópicos relacionados à sexualidade de maneira tranquila e respeitosa.

b) *Prevenção de Comportamentos de Risco*: ter a oportunidade de esclarecer para a família que educação para a sexualidade não ensina a criança a fazer sexo, e que pode ajudar as crianças a entender os riscos associados a comportamentos sexuais precoces ou não seguros. Isso pode reduzir a probabilidade de gravidez na adolescência e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente prevenir violência sexual infantil.

c) *Desenvolvimento de Relações Saudáveis*: Explicar aos participantes que aprender sobre relacionamentos saudáveis, consentimento e comunicação, fazem parte da educação sexual e isso pode ajudar as crianças a desenvolver relacionamentos interpessoais positivos ao longo da vida.

d) *Redução de Estigma e Tabus*: Abordar a educação sexual tentando entender a ótica familiar pode ajudar a diminuir o estigma e os tabus relacionados ao corpo, à sexualidade, e as questões de gênero, promovendo uma compreensão mais saudável e menos preconceituosa sobre esses temas.

e) *Prevenção de Abuso Sexual*: Esclarecer para a família ou responsáveis que discutir educação sexual também pode ajudar a capacitar as crianças para reconhecer e denunciar situações de abuso sexual, tornando-as mais conscientes de limites pessoais e respeito mútuo.

f) *Melhor Compreensão de seus corpos*: Conversar sobre as mudanças corporais que ocorrem durante o crescimento da criança, pode reduzir a ansiedade e o constrangimento que as crianças podem sentir à medida que crescem.

g) *Alinhamento entre Escola e Família*: percepções e entendimentos familiares, assim como, suas perspectivas e anseios, podem ajudar a escola a garantir que os professores/as estejam alinhados com os tópicos e abordagens usados em sala de aula, proporcionando uma experiência educacional mais consistente.

h) *Famílias mais Conscientes*: A entrevista também pode sensibilizar as famílias para a importância da educação sexual e incentivá-las a buscar recursos adicionais, como livros, cursos e apoio profissional, para garantir que estejam bem

preparadas para abordar o assunto com seus filhos.

i) *Promoção da Saúde Global*: Deixar claro que a educação sexual não se trata apenas de sexo, mas também de saúde e bem-estar. Discutir esses tópicos pode contribuir para uma visão mais ampla da saúde física e emocional das crianças.

Lhe será concedido, tempo necessário e adequado para participar desta entrevista, dando-o/a oportunidade de refletir e decidir sobre sua decisão de participar ou não. Sua entrevista será realizada e acompanhada pela pesquisadora: Eliane Azevedo de Mello, sob coordenação da Prof. Dra. Eliane Cadoná. Destacando que sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição. Ao aceitar participar, o tempo para realizar a entrevista será conforme sua disponibilidade. Após a entrevista e transcrição da mesma, fornecerei um resumo do que foi planejado e oferecerei a oportunidade para que possa revisar e corrigir qualquer informação imprecisa, garantindo a precisão dos dados encontrados.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento tão pouco ressarcimento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Os dados coletados durante a pesquisa serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados.

Após análise e emissão do relatório final, lhe será disponibilizado cópia do relatório, assim como cópia do estudo completo.

Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer tempo através dos contatos: Eliane Azevedo de Mello, telefone: (55) 99942 1210, e- mail: a103014@uri.edu.br; Orientadora: Profa. Dra. Eliane Cadoná, e-mail eliane@uri.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa poderá ser contatado para esclarecimento de dúvidas através do telefone: (55) 3744-9000, ramal 306, das 08h às 11h30min.

Frederico Westphalen-RS, ___ de _____ de 2024

Participante Pesquisadora